REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 097 –TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102,108)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 102ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE JUNHO DE 2013 39300

1.1 – ABERTURA 39300

1.2 – EXPEDIENTE 39300

1.2.1 – Avisos do Banco Central do Brasil

Nº 79/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.153, de 2012, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 39300

Nº 80/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 227, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia. 39300

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão acerca das insatisfações populares que resultaram em manifestações em todo o País; e outro assunto. 39300

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa de um diálogo entre o Governo Federal, integrantes do Movimento Passe Livre e representantes políticos com o objetivo de superar a crise política e de credibilidade institucional que assola o Pais..... 39305

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Defesa das manifestações populares deflagradas no País recentemente..... 39307

SENADOR JORGE VIANA – Expectativa com a adoção de medidas, pelo Poder Legislativo, que atendam ao clamor dos movimentos populares; e outros assuntos. 39316

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Defesa do estabelecimento de uma agenda de propostas parlamentares para atender aos apelos da população brasileira..... 39316

SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Considerações acerca das manifestações populares ocorridas no País nos últimos dias; e outros assuntos..... 39319

SENADOR ROMERO JUCÁ – Destaque para a proposta de emenda à Constituição que visa estabelecer a coincidência geral das eleições. 39322

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Críticas ao aumento dos gastos com a máquina pública nos últimos dez anos; e outro assunto. 39332

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Defesa da federalização da estrada Pacarana, nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso; e outro assunto..... 39335

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da criação de uma agenda positiva para o Senado, em consonância com os anseios sociais. 39337

SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Comentários sobre as medidas anunciadas pelo Governo Federal em resposta às manifestações populares que têm ocorrido no País..... 39343

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Manifestação pela rejeição da proposta de emenda à Constituição que retira o poder de investigação criminal do Ministério Público..... 39348

SENADOR PEDRO TAQUES – Considerações acerca da falta de vontade política para a implementação de uma reforma política no Brasil. ... 39351

SENADOR ANIBAL DINIZ – Preocupação com a capacidade política de oferecer respostas concretas às atuais reivindicações populares; e outros assuntos. 39355

SENADOR IVO CASSOL – Comentários sobre as medidas anunciadas pelo Governo Federal na área da saúde; e outros assuntos..... 39364

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Defesa da ampliação da mobilização popular para propor uma pauta avançada de mudanças sociais..... 39369

1.2.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 702, de 2013, de autoria do Senador Jorge Viana. **Deferido. .....** 39374

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 703, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 28 de julho próximo. 39374

Nº 704, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, de 2013; e 247, de 2007. 39376

1.2.5 – Mensagens da Presidente da República

Nº 249/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012,

sancionado e transformado na Lei nº 12.828, de 2013..... 39376

Nº 250/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 12.829, de 2013..... 39376

Nº 253/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, sancionado e transformado na Lei nº 12.831, de 2013..... 39376

Nº 254/ 2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2013, sancionado e transformado na Lei nº 12.832, de 2013..... 39376

Nº 256/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000, sancionado e transformado na Lei nº 12.834, de 2013. 39376

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 192/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.152, de 2012, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 39376

1.2.7 – Ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº S/28/2013 (nº 215/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO para compor o Conselho Nacional de Justiça. 39376

Nº S/29/2013 (nº 216/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO DE FARIAS DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. 39418

1.2.8 – Pareceres

Nºs 561 e 562, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008... 39441

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 72/2013-CE)**. 39456

Recebimento do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região referente ao primeiro quadrimestre de 2013 **(Ofício nº 341/2013, na origem)**. 39461

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011. 39465

Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 594, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria*. 39465

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 39465

1.3 – ENCERRAMENTO..... 39468

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 39469

Bancadas dos Partidos 39470

Por ordem alfabética 39471

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 39472

4 – LIDERANÇAS 93473

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 39477

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 39478

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 39491

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 39499

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 39503

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 39509

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 39514

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 39524

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 39532

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.... 39541

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 39547

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 39554

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 39558

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 39562

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 39563

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 39564

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) 39565

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 39565

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 39566
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009) 39568
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 39570
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 39572
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 39574

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 39576
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) 39580
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 39584
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 39585
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. 39586
Comissões Mistas Especiais 39589

10 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 39593
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 39595
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 39595

Ata da 102ª Sessão, não deliberativa, em 24 de junho de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Pedro Taques e da Srª Ana Amélia

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 20 horas e 35 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Presidente do Banco Central:

– **Nº 79, de 20 de junho de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 1153, de 2012, de informações, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

– **Nº 80, de 20 de junho de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 227, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Ana Amélia.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria, mais uma vez, cumprimentar a todos e a todas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, bem como pelas redes sociais que o Senado disponibiliza; cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras que estão aqui no plenário, desejando uma boa semana a todos e que aqui, no Senado, possamos fazer um trabalho que, de alguma maneira, possa fazer jus aos compromissos que assumimos.

Como primeiro orador, convido para fazer uso da palavra o Senador Cristovam Buarque, nosso colega representante do povo do Distrito Federal nesta Casa.

Diga, Senador Randolfe. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Fez permuta a Senadora Ana Amélia com o Senador Paulo Paim, como segundo orador inscrito.

Com a palavra V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero começar, Senador, comentando aqui uma correção que eu recebi, de um internauta, por conta de uma frase que eu falei aqui – o Senador Paim era o Presidente, se não me engano – sobre a necessidade, neste momento de profunda crise, de abolirmos os partidos atuais. E a pessoa me corrigiu, dizendo que eu estava errado gramaticalmente ao dizer que precisava abolir, porque, segundo ele, já foram abolidos. Segundo ele, o que caracteriza e define, de fato, um partido, com uma unidade ética de todos os seus militantes, com uma unidade programática de seus filiados, não temos hoje. E ele dizia: "Não precisa abolir; é preciso [como eu também falei] refundar os partidos". E é preciso!

Essa é uma das causas que nós temos dessa crise; essa é uma das causas da falta de liderança que nós temos. Nós precisamos criar partidos de verdade. Eu me atrevo a dizer que aqui, no Senado, só há um partido que não tem nenhuma divergência interna, o PSOL, porque o Senador Randolfe é o único, e o Senador Randolfe é coerente. E digo isso deve haver partido que só tem um militante e ele não tem unidade nem ética, nem programática. E isso pela variedade, pela perplexidade, pela esquizofrenia que existe hoje em todo o processo político, e ninguém está excluído, nem o meu partido, nem eu próprio, nem ninguém.

Agora, nós temos que entender isso. E aqui, Senador Jorge Viana, eu tenho a impressão de que não estão entendendo ainda o que está acontecendo. Da mesma maneira que muitos não entenderam essa minha colocação, muitos não estão entendendo o que está acontecendo aí. E eu costumo dizer, nesses últimos dias, que bastam três palavras para explicar tudo isso, Senador Paim: "caiu a ficha".

Há pouco, a Senadora Ana Amélia comentava ali – eu acho até que ela deve falar sobre isso, mas tomo a iniciativa de lembrar – que muitas das pessoas que estão, hoje, nas manifestações foram ao exterior e viram como as coisas funcionam. Ela lembrava que até na Argentina, com toda a sua crise, o sistema de transporte público funciona melhor do que o do Brasil; as escolas estão melhores do que as do Brasil; o sis-

tema de saúde eu não sei, mas é bem capaz de que esteja melhor. Caiu a ficha!

Caiu a ficha de que nós somos a sexta economia do mundo e a 88ª em educação. Mas, mais do que isso, caiu a ficha de que, sem educação, o País não tem futuro. Essa ficha é nova. Não havia caído ainda a ficha de que, sem educação, o Brasil não tem futuro.

Caiu a ficha – e só muito recentemente eu comecei a ouvir isso aqui – de que nós temos que manter, sim, enquanto for preciso, o Bolsa Família; porém, caiu a ficha de que nós não temos como abolir, extinguir, parar o Bolsa Família porque não conseguimos absorver esses milhões de pessoas na modernidade. Caiu a ficha!

Caiu a ficha de que, se continuarmos nesse rumo, o Bolsa Família se transformará não em um instrumento de transição, mas em um instrumento permanente.

Caiu a ficha também de que nós temos o mesmo modelo há 20 anos e que esse modelo está se esgotando. Ele não consegue mais crescer quanto se queria, ainda menos crescer como desejaríamos. Além de pequeno é feito o nosso PIB. Aliás, o PIB é grande. Além de a taxa de crescimento do PIB ser pequena, o PIB é feio.

Caiu a ficha de que esgotamos o modelo que mantinha a estabilidade monetária sob controle e que, de repente, isso é uma ilusão, porque a inflação chegou.

Caíram as fichas!

Caiu a ficha de que não apenas mantemos a corrupção, apesar da faxina feita pela Presidenta, mas, mais grave ainda, mantemos a impunidade na corrupção.

Caiu a ficha e, ao cair a ficha, as pessoas foram para as ruas.

Caiu a ficha, Senador Jorge, de que o povo pagou os estádios e não vai entrar neles, não tem dinheiro, não vai poder pagar o ingresso pelo valor cobrado pela FIFA.

Caiu a ficha!

Até muito pouco tempo atrás, havia a ilusão de que íamos ter uma Copa no Brasil, mas as pessoas vão ver a Copa da mesma maneira a que assistiram a que foi no Japão: pela televisão.

Caiu a ficha, sobretudo, de que se pode ir às ruas com facilidade, graças aos instrumentos da Internet. Descobriu-se essa coisa maravilhosa que é você fazer uma mensagem marcando uma passeata para dali a dois dias, dizendo a hora, a cor da roupa que é para usar, a máscara que deve pintar na cara, e, na hora, aparece todo mundo.

Antes, para convocar uma passeata, nós precisávamos fazer dezenas, centenas, milhares, Senador Ricardo Ferraço, de reuniões de partidos, de ONGs, de movimentos. Precisávamos de semanas de preparação das faixas; precisávamos de um tempo enorme para conseguir divulgação na televisão, nos jornais. Caiu a ficha de que isso não é mais necessário, de que, com um simples apertar de dedos no computador, as pessoas vão estar na manifestação naquele dia certo.

Será que depois de tanta ficha caindo e colocando o povo nas ruas, não vai cair a ficha da gente de que algo tem que mudar? E esse algo não é a revolução na economia – esta precisa de ajustes; não é a revolução no social – este precisa de prioridades na saúde, na educação, na segurança. A revolução, a única possível, a fundamental hoje, é uma revolução na política, na maneira como nós fazemos política. É uma revolução que permita reduzir o custo das campanhas. E isso é fácil.

É preciso fazer com que, as eleições não sejam apenas para benefício dos advogados e dos marqueteiros como é hoje. O sistema que está montado aí beneficiou os marqueteiros, que recebem milhões, gastam milhões, para fazer a publicidade, e os advogados, para corrigirem os milhares de erros que nós cometemos todos os dias no processo eleitoral.

Isso pode ser reduzido, tanto o custo dos advogados, tendo um sistema eleitoral mais nítido, mais claro, onde os erros não sejam tão constantes, e tendo um sistema de publicidade barato, que cada candidato vá com sua cara à televisão, mostre porque quer ser deputado, senador, governador, prefeito, presidente, vereador, e que diga, que mostre as suas posições sem precisar do embonecamento de cada candidato.

Nós precisamos, provavelmente, reduzir essa tragédia de fazer da política uma carreira, em vez de ser um serviço público com prazo de validade.

Nós precisamos, inclusive para fortalecer novos partidos ou os partidos que estão aí sendo fundados novamente, acabar com a coligação. A coligação, no primeiro turno, é uma desmoralização; é um mercado de tempo na televisão que a gente faz. Se acabasse isso e se cada partido ficasse obrigado a lançar candidato a cargos majoritários, sobretudo no Executivo, nós acabávamos com essa promiscuidade entre os clubes eleitorais que se chamam de partidos.

Eu acho que é por isso, pelo desgaste dos partidos, que a ex-Ministra Marina não colocou a palavra "partido" no seu partido.

Basta isso para dizer que essa pessoa que me escreveu tem razão: eu errei quando disse que era preciso "vir a abolir". Segundo essa pessoa, "já foram abolidos". E, como partidos, foram; não o foram como legendas, não o foram como siglas, não o foram como clubes eleitorais, não o foram como carruagens que carregam os candidatos, mas como estrutura partidá-

ria, no sentido de uma unidade de valores, no sentido de unidade nos valores éticos de seus membros, no sentido da unidade dos programas dos seus militantes.

De fato, nós não temos muitos hoje, se é que temos algum. Mas é melhor deixar a hipótese de que temos para não incorrer no erro da supergeneralização.

Amanhã, por exemplo, Senador Randolfe, nós vamos ter a chance de votar aqui um partido, de minha iniciativa, que vai demonstrar se nós estamos caminhando no sentido de entender ou não o que está nas ruas. É um projeto meu que diz que cada um de nós que tiver mandato terá a sua declaração de renda submetida à malha fina, automaticamente. Quer coisa mais óbvia do que isso? É até um privilégio para quem faz suas coisas direitinho. Vai haver fiscais analisando os seus erros para você poder corrigi-los enquanto é tempo. Se isso já existisse, Senador Jorge Viana, a gente não estaria pagando o preço que está, porque o Senado não descontou Imposto de Renda de duas das parcelas que pagava de salários. Vinte anos, talvez, de erros. Isso não teria continuado, se tivesse passado por uma malha fina. Teria sido evitado prejuízo a tantos Senadores e, pior do que o prejuízo, o constrangimento e a vergonha de que uma parte da receita não pagava Imposto de Renda, e você tinha de colocar a declaração entre os vencimentos não tributáveis. Quando descobrimos isso e eu fui cobrar do meu contador, ele disse: "Nem que quisesse não poderia colocar essa renda entre os tributáveis, porque está lá na declaração de bens que é são rendimentos não tributáveis". Uma malha fina teria descoberto isso.

Amanhã, a Comissão de Economia tem a chance de votar isso, Senador Jorge. Há um parecer favorável do Senado Suplicy. Aproveito que aqui há Senadores da Comissão de Economia para dizer que eu acho que a opinião pública, a população, os que estão nas marchas, os manifestantes vão gostar desse gesto. Pequenininho assim, um gesto minúsculo, mas um gesto a favor. Derrubar isso amanhã será um gesto grande contra. Aprovar será um gesto pequeno a favor.

Nós temos de discutir até que ponto vai se continuar ou não com o voto secreto aqui, no Congresso. Nós já o derrubamos aqui, graças ao Senador Paulo Paim, que é o autor. Mas continua ainda valendo.

Recentemente, tivemos a eleição do Presidente do Senado. O povo tinha o direito de saber em quem cada um de nós votou e não sabe, porque foi secreta a votação.

Eu quero interromper, para dar a palavra ao Senador Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Cristovam Buarque, apenas desejo me congratular com V. Exª, porque eu sou muito otimista com as perspectivas e possibilidades dessas extraordinárias manifestações a que nós assistimos nos últimos dias. Subtraindo as cenas de vandalismo, que são absolutamente acessórias e precisam ser coibidas pelo Estado brasileiro, porque o Estado democrático não pode prescindir de um aparato de segurança que possa reprimir essas que são ações fora da curva, eu sou otimista com esse movimento, porque este movimento, por mais duro que fosse e por mais duro que seja o recado que as ruas estão transmitindo para a classe política, para todos nós que temos a delegação da população para atuar em seu nome, as ruas estão dizendo que a democracia representativa está sendo ameaçada e nós precisamos reagir. Reagir com atitudes, reagir com posições. Portanto, eu acho que este ambiente e esta crise que estamos vivendo – nunca deixamos de afirmar que esta crise também pode ser oportunidade – são uma oportunidade para o Senado da República colocar diante de si uma agenda como esta que V. Exª manifesta da Tribuna do Senado, que dá condição de nós começarmos um trabalho de resgate e de sintonia com aquilo que as ruas estão transmitindo e emitindo por meio desses sinais exitosos a que nós podemos assistir nos últimos dias. Desejo me congratular com V. Exª e dizer que este ambiente é uma oportunidade para o Senado, desde que nós saibamos interromper esta inércia em que estamos mergulhados, por ausência de agendas efetivas que possam colocar-nos em sintonia com as manifestações populares.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Ricardo, eu só tenho que me felicitar de estar aqui recebendo um aparte com o seu. Se esta Casa estivesse cheia e pessoas também estivessem sintonizados com esta visão, com a qual eu comparto totalmente, de que essa é uma grande oportunidade, talvez a gente pudesse tirar muito proveito positivo para o Brasil dessas manifestações.

Quando as pessoas perguntam o que eu acho dessas manifestações, eu digo: lamento que tenha demorado tanto. Até porque em 2003, Senador Taques, eu era Ministro. E um debate aqui, em escola de 2º grau, ensino médio, de Brasília, me perguntaram o que eles poderiam fazer para ajudar no meu trabalho de Ministro, e eu disse: vão para o Congresso e peçam que os Senadores e Deputados votem por mais recurso para a educação. Lembro que, no outro dia, quando saiu nos jornais, o Presidente Lula me ligou imediatamente para reclamar .

Se eles tivessem seguido o meu conselho, dez anos atrás, era possível a gente, hoje, estar em uma situação diferente. Mas cada coisa tem o seu momento. Eu é que estava errado, do ponto de vista do tempo

de fazer aquela proposta de manifestações. O tempo chegou agora, porque a ficha caiu agora.

Eu tinha, obviamente, pela idade, pela dedicação, obsessão. Eu sabia que faltava dinheiro para a educação. E eles não tinham tanta convicção que justificasse ir para as ruas. Agora, caiu a ficha. Caiu a ficha por diversas razões. Essa ficha precisa cair na cabeça da gente também, precisa cair no coração da gente também. Precisamos despertar também, como os jovens já despertaram. Se fizermos isso, o Senador Ricardo Ferraço tem toda razão, será uma grande oportunidade para todos nós.

Eu temo que desperdicemos essa oportunidade, iludidos com o fato de que, mais dias, menos dias, as manifestações vão sair das ruas. Tudo cansa. Eu temo que as pessoas se acomodem, esquecendo, Senador Taques, que a partir de agora as manifestações não param; elas saem das ruas e ficam nos quartos onde estão os computadores. Mas estão ligados. Eles estão permanentemente em manifestações. Manifestações invisíveis, para quem não estiver ligado nas mídias sociais, mas eles estão permanentemente ligados e prontos para, em poucas horas, irem para as ruas de novo, quando for preciso.

Eu passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco /PDT – MT) – Veja, Senador Cristovam: até esta expressão "caiu a ficha" é uma expressão, hoje, quase de antanho. Hoje nós precisamos estar lincados, ligados, nós todos políticos. O meu temor, Senador Cristovam, como V. Exª disse, é que deixemos passar este momento histórico. Deixemos passar por falta de reformas, por falta de concretizar os nossos discursos, as nossas reuniões. Senão, ao final de uma nova reunião, vamos montar uma comissão para discutir o que está sendo debatido, de há muito, nas ruas. Penso, sem querer ser "bidu" – e é até mesmo uma expressão de antanho – para descobrir o que esse cidadão da rua deseja –, que os vários pontos em debate se resumem a apenas dois – quero ter essa veleidade de dizer isso: inconformismo com a classe política, não com partidos políticos, esse ou aquele partido político, mas com a classe política, que não concretiza promessas, que não realiza compromissos, a classe política que não consegue sair do discurso e ir para a prática. Outro tema é a corrupção. Aliás, aqui temos uma tautologia, um raciocínio em círculos: a classe política e a corrupção. É mais ou menos igual àquele biscoito que "vende mais porque está sempre fresquinho, ou está sempre fresquinho porque vende mais". Nós temos um raciocínio em círculo. Infelizmente, muitos não querem debater a essência. Por exemplo, a PEC 37 foi um dos temas. Eu gostaria de ver os valentes que defendiam a PEC 37, eu quero ver esses valentões debatendo a PEC 37, com legitimidade, na democracia, esta semana.

Eles estão escondidos embaixo da cama, cobertos, com medo. Eu defendo que a PEC nº 37 seja colocada em votação esta semana. Cada um mostra a sua cara, inclusive o cara de pau deve mostrar a sua cara. Todos devem mostrar a sua cara. Nós não podemos jogar o lixo para baixo do tapete. Há muitos escondidos. Agora, todos são contrários à PEC, me parece que passaram óleo de peroba na cara. Com todo respeito, nós temos que tirar o discurso e colocar na prática.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sim. Só quatro aqui votaram contra o projeto, o nº 132. Onde estão os corajosos? E me permita mais um minuto. Quando nós poucos subimos à tribuna para falar contra a corrupção, muitos Senadores desta Casa falavam: "ah, udenistas, lacerdistas. Vocês são moralistas." Eu quero encontrar esses moralistas, hoje, no meio dessas passeatas. O que nós temos aqui são muitos políticos tremendo de medo das ruas, tremendo de medo e querendo se adonar desses movimentos. Parabéns. Agora, nós temos que tirar do discurso e passar para a prática. Algumas reformas políticas precisam ser feitas. Nada contra a Presidente Dilma, nada contra a coalizão que sustenta a Presidente da República. O meu Partido, o Partido de V. Exª, o PDT, faz parte da coalizão. Agora, coalizão não é submissão. A maior coalizão da história. Se a Presidência da República, com os partidos que estão com ela, desejar votar projetos estruturantes para o Brasil, este é o momento. No mais, é conversa fiada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu quero, primeiro, falar da ideia da coalizão. Eu sou contra o tamanho dessa coalizão, porque descaracteriza o Governo. Fui contra nosso Partido entrar com ministério. Não precisa dar ministério para aprovarmos aqui o que for bom que venha do Governo. E nem adianta ministério, porque nós não vamos fechar todos os militantes, todos os Senadores para aprovar...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) –... projetos que nos pareçam ruins a um ou outro. A coalizão, desde o começo – eu fui deste Governo no primeiro ano – eu dizia: exageramos. E nos descaracterizamos. Para manter a quantidade de cargos, atendendo à coalizão, nós quebramos a qualidade do serviço público, colocamos pessoas despreparadas. Daí a quebra na gestão, daí o atraso nas obras. Nós fizemos no Brasil uma coalizão tão grande, que virou

uma geleia geral. Chegamos ao ponto de ter que haver o 39º ministério dado a um vice-governador de Estado. Ou seja, a quantidade de ministérios e a distribuição dos cargos, conforme o loteamento da coalizão das diferentes legendas, geraram uma das causas. Esse é um dos ingredientes das manifestações. É um dos ingredientes que nós não vimos no momento e, de repente, nos surpreendemos.

Para mim, Senador Jorge, a maior surpresa nessas passeatas é que a gente tenha visto com surpresa. É surpreendente que elas cheguem como uma surpresa, quando eram absolutamente previsíveis. Sem saber a data, sem saber nem o mês, nem o ano, era claro que ia acontecer.

Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, quero dizer que houve muito mal-entendido até aqui, mas há um que a gente não pode esquecer: é o mal-entendido dos que estão dizendo que isso é movimento de direita. Acusar esses jovens de direitistas, de fascistas, de nazistas é um equívoco muito grande. Eles são manifestantes. Eles são manifestantes descontentes, inconformados, que guardaram o inconformismo durante um bom tempo – os que são um pouco mais velhos –, até que a bola estourou, até que a ficha caiu para valer.

Por isso, este é um dos mal-entendidos graves que vejo pela imprensa: pessoas, sobretudo do Governo, dizendo que são jovens de direita, que querem dar um golpe. Hoje, a única possibilidade de um golpe seria feita pela coalizão, e nenhum dos partidos da coalizão, com todos os seus erros, é golpista, nenhum. Então, não há possibilidade disso. Tem-se de incentivar, observando-se e atendendo-se àquilo que esses jovens pedem.

Mas, antes de concluir, passo a palavra ao Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Senador Cristovam, primeiro quero dizer que sua ideia é formidável. Amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos – mesmo sendo eu suplente –, tomara que o vosso projeto seja aprovado. É um bom sinal que o Senado dá à aprovação de vosso projeto, amanhã, na CAE. Espero ter a honra, mesmo suplente – espero, vou torcer para alguém faltar –, de poder votar favoravelmente. Assinei artigo que saiu no caderno *Ilustríssima* da *Folha de S.Paulo* de ontem, Senador Cristovam. O caderno *Ilustríssima*, inclusive, fez um apanhado, para entender essa semana histórica que o Brasil teve, esses sete dias. Eu acho que nós tivemos os sete dias que abalaram o Brasil, fazendo uma paródia da célebre obra do John Reed – *Dez dias que abalaram o mundo* –, nós tivemos os nossos sete dias que abalaram o Brasil nesta semana. Eu comecei um artigo fazendo uma referência ao meu filho, que, nesta semana, esteve em Macapá, participando das manifestações de rua da minha cidade. E queria fazer uma referência a isso, porque há vinte anos, como todos aqui sabem, eu estava nas ruas, participando de uma geração que estava ocupando as ruas com uma reivindicação específica, solicitando, pintando a cara, lutando por justiça, por *impeachment*, enfim. Então, eu estava nas ruas com uma reivindicação específica. Lembro-me de que a minha geração, nas ruas, também era criminalizada, e nos colocavam todo o tipo de rótulo; inclusive, a geração que nos antecedeu colocava rótulos na nossa. E a pior coisa que pode ocorrer é tentar rotular essa geração. É a pior coisa. E a prova histórica de que a minha geração (...)

(Soa a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – (...) não aceita rótulos foi o papel que a minha geração cumpriu, e a geração que antecedeu a minha. A geração que antecedeu a minha provou para a geração que a antecedeu que não aceitava os seus rótulos. Então, nós não podemos incorrer no mesmo erro com essa meninada que está ocupando as ruas, fazendo o que a nossa geração fez. Não tem crime maior do que rotular, do que atirar contra os sonhos de uma juventude. Não tem crime maior do que tentar rotular os sonhos de uma juventude. Não tem crime maior do que tentar atrofiar os sonhos da juventude. Não tem crime maior do que dizer a um jovem que ele não pode sonhar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Além desse crime todo, Senador Randolfe, é uma estupidez muito grande rotular dessa maneira (...)

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – (...) ao invés de querer entender o que é que está acontecendo. Entender o inconformismo; entender que a ficha caiu e que a ficha, depois que cai, não volta mais para dentro; ela continua aí, viva, incomodando e incomodada.

Por isso, talvez o maior desafio hoje, Senador Taques, antes mesmo que a gente faça essas mudanças políticas, é que nós entendamos que há uma cobrança por essas mudanças, que eu creio que lamentavelmente ainda não está permeando. O próprio fato de a Presidenta ir à televisão e fazer um discurso, que, sinceramente, deu a impressão de que não entendeu. Porque se ela tivesse entendido, ele devia começar dizendo: “Nós erramos!” Não ela sozinha, não o seu Governo; “nós” os políticos, ao longo dos últimos anos, erramos – e temos de agradecer aos jovens que estão nos mostrando nossos erros. E dizer o que ela proporia para que, nos 18 meses restantes

desse seu mandato, se transforme de candidata, que ninguém conhecia, em presidenta e de presidenta em estadista, dando um salto muito adiante do que é um presidente. Um estadista que agarra esse momento, que traz para a sua função aquilo que está na alma do povo e dá uma condução.

A Presidenta Dilma foi eleita – e temos de entender isso não como uma crítica, mas por conta do carisma do Presidente Lula, da força do Presidente Lula, e até hoje ela continua sendo aquela que o Presidente Lula ungiu. Há grande chance de ela ser a Presidente estadista: ela assumir isso e levar adiante (...)

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – (...) tudo aquilo que as crianças, os jovens, os adultos, hoje, nas ruas, estão pedindo: uma nova maneira de se fazer política no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Cristovam.

O Senador Randolfe se inscreveu como Líder. Por entendimento com o da vez, eu convido para fazer uso da palavra, em permuta com o Senador Paulo Paim, a querida Senadora Ana Amélia, representante do Rio Grande do Sul nesta Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Jorge Viana, eu queria agradecer muito ao Senador Paim, que era o orador inscrito, mas especialmente ao Senador Randolfe Rodrigues, que teria direito, por inscrição – pelo Regimento, é um orador inscrito e um pela Liderança –, a falar pela Liderança do PSOL, partido que ele representa com muita honra e que tem muito orgulho de tê-lo como Líder no Senado Federal.

Agradeço então aos dois Senadores pela cedência, porque só fiz por um motivo especial. Está aí o nosso Presidente Ricardo Ferraço, da Comissão de Relações Exteriores, e, às 15 horas, teremos, naquela Comissão, uma audiência pública para tratarmos dos "drones", mecanismo de comunicação e de segurança de que o Brasil precisa atualizar-se. Com isso, fiz o requerimento e teremos a reunião às 15 horas. Esse é o motivo de estar aqui recebendo o apoio do Senador Paulo Paim e Senador Randolfe Rodrigues.

É claro que o meu tema, Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, não foge à agenda do temário que todos os Senadores, certamente, deverão abordar hoje, como fizeram na sexta-feira, como fizeram na quinta-feira, que eu estava aqui na sessão também acompanhando a manifestação que mobilizou mais de cinquenta mil pessoas aqui no Congresso Nacional.

O diálogo iniciado hoje entre a Presidente Dilma Rousseff e os integrantes do Movimento Passe Livre, os governadores e os prefeitos das principais cidades e capitais brasileiras é importante passo, Senador Jorge Viana, para administrar e, se possível, superar a crise política e de credibilidade institucional que aflorou no País com os protestos em todas as cidades.

Retomar a conversa, o diálogo com as instituições democráticas, incluindo o Congresso Nacional, é decisão política que precisará de constância para o Governo demonstrar, nos próximos 18 meses, que conseguirá fazer ajustes importantes para atender as demandas da sociedade expressas nos cartazes manuscritos e espontâneos, exigindo qualidade na saúde, qualidade na educação, no transporte público e, sobretudo, um duro combate à corrupção. Este sim, o maior legado que a Copa pode deixar ao País e à população brasileira.

Cito a reforma política como uma necessidade urgente e já referida aqui pelo Senador Cristovam Buarque. Não é de hoje que muitos de nós, Senadores, temos cobrado, nesta tribuna, propostas concretas para modernizar nosso sistema político, com transparência, indispensável até para o combate à corrupção – e especialmente para isso.

Em tempos de redes sociais, as pressões para o uso eficiente do dinheiro público são cada vez maiores, exigindo atenção especial aos mecanismos institucionais de fiscalização por parte do Poder Público e também privado.

O Senador Cristovam Buarque, quando chegou, leu a mensagem de um internauta. Eu, como o Senador Cristovam, como o Senador Pedro Taques, Senador Ricardo Ferraço, Senador Paulo Paim, Senador Randolfe Rodrigues, como V. Exª, Senador Jorge Viana, temos usado as redes sociais. Elas são um instrumento valioso na interatividade, para você tirar uma temperatura, uma visão real da sociedade.

Senador Cristovam, V. Exª como eu e o Senador Pedro Taques também, recebemos mensagens, e faço questão de ler o *e-mail* do Wellingson Moraes.

Ele escreveu:

> *Excelentíssimos Senadores e Senadoras, acompanhei e continuo acompanhando a reação do Senado em relação aos últimos acontecimentos no Brasil, e de brasileiros. Este* e-mail *está sendo mandado para os Senadores que estavam presentes na noite do dia 21 de junho. O recado foi dado e vocês, inteligentemente, entenderam: o movimento é apartidário. Alguns partidos tentaram tomar o movimento para si e falharam um após o outro. A rejeição dos brasileiros aos partidos aconteceu a par-*

tir do momento que todos perceberam que os próprios políticos são vítimas desse sistema, sendo expulsos por somente defenderem uma visão que é contrária ao partido. [Nós sabemos disso, Senador Pedro Taques.] *Admiro a coragem dos senhores ao defenderem o voto avulso (ou candidaturas apartidárias). Podem ter certeza de que o apoio de que vocês necessitarão virá das ruas.*

Vim aqui para apresentar-lhes também a possibilidade de termos o voto livre e distrital. O movimento euVOTODISTRITAL, nesse momento, possui 145.681 assinaturas, e o número de pessoas cresce a cada minuto, com o conhecimento dos brasileiros dessa causa. Esse movimento possui um pequeno vídeo explicativo e convido-os a assistirem, neste link. Agradeço a atenção de todos.

O *link* é: euVOTODISTRITAL, sublinhado, uma palavra só. Então, esse é o *link* de Wellingson Moraes, 20 anos, estudante de computação e brasileiro.

Muito obrigada, Wellingson! Eu acho que é você e a sua geração que estão ajudando a construir um novo Brasil. E ao referir reforma política por um jovem que começou recentemente a votar – começou aos 16 anos –, nós vamos constatar que também é o anseio da sociedade.

Basta olharmos as recentes estatísticas ou pesquisas para entender essa necessidade. Na pesquisa encomendada pelo programa Fantástico, da Rede Globo, ao Ibope, mostrada ontem, a política, Senador Jorge Viana, foi apontada como uma das principais preocupações da maioria dos entrevistados.

Na última quinta-feira, quando os protestos se intensificaram em todo o País, com mais de 1 milhão de insatisfeitos nas ruas, o Ibope ouviu 2 mil manifestantes em Porto Alegre, capital do meu Estado e também do Senador Paulo Paim e do Senador Simon, além de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília, onde, como eu disse, mais de 50 mil manifestantes foram às ruas. Em todas essas cidades, a maioria dos entrevistados, ou seja, 65% demonstraram insatisfação com o atual modelo político brasileiro, e citaram a corrupção como um grave problema.

As limitações do transporte público, os elevados preços das tarifas, a baixa qualidade dos serviços públicos de saúde, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37 (PEC 37) – que tira do Ministério Público a atribuição para realizar investigações criminais –, os elevados gastos para a realização da Copa do Mundo e os baixos investimentos em educação também foram citados na sondagem feita pelo Ibope.

Por isso apoio, como sempre apoiei, a redução do financiamento público de campanha, o fim da reeleição, o mandato de cinco anos no caso de reeleição e defendo as disputas equilibradas com a desincompatibilização do candidato com quatro meses de antecedência para disputar cargos do Executivo, seja para presidente, governador ou prefeito. Isso, se continuar o sistema da reeleição em vigor no nosso País, porque é injusta a forma como hoje essa disputa acontece.

Tenho, inclusive, uma sugestão tramitando, nesta Casa, para possibilitar a modernização do nosso sistema política. A ideia surgiu após conversas durante o período eleitoral de 2012, nas eleições municipais, com diferentes candidatos a prefeitos de diversos partidos políticos das Regiões Sul e Centro-Oeste. É a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2012, de minha autoria, que está na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria do Senador Luiz Henrique da Silveira, do PMDB de Santa Catarina.

Essa proposta legislativa prevê uma disputa mais justa com o mecanismo de desincompatibilização. Isso é para evitar o mau uso da máquina pública em favor daquele candidato que está no poder. As atuais regras legais e a Justiça Eleitoral têm sido impotentes para coibir o uso da máquina pública em favor da reeleição daquele que tem o comando da administração. É, portanto, uma sugestão para tornar as disputas mais equilibradas e proporcionais e as eleições mais democráticas.

Acho, inclusive, que esta Casa precisa se pronunciar também sobre a lei que limita a criação de partidos políticos. A tramitação dessa lei havia sido suspensa aqui no Senado, no fim de abril, por decisão provisória do Ministro Gilmar Mendes, que acatou mandado de segurança apresentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg contra o projeto, por considerar que ele restringe direitos a grupos políticos minoritários. No entanto, o Supremo Tribunal Federal decidiu liberar a tramitação. Isso exige um posicionamento de todos nós Senadores sobre essa matéria.

Não concordo com ações que limitem a democracia. Inibir a criação de partidos políticos com impedimentos sobre o tempo de TV e barreiras à transferência do fundo partidário aos Parlamentares que migram para novas siglas é uma ameaça à pluralidade de ideias em relação à nossa sociedade. As mobilizações recentes, que deixaram o mundo virtual para ganhar a realidade das ruas, são apartidárias, sem vínculos com partidos políticos. São expressivas e significativas! Portanto, devem ser respeitadas, e muito.

Se a criação do partido Rede Sustentabilidade é uma opção em nossa democracia, como sugere a

ex-Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, essa deve ser uma opção a ser considerada por esta Casa.

Precisamos de uma reforma política real, com o apoio e a participação do Governo Federal, com a compreensão e com o debate de Deputados e de Senadores nos âmbitos municipais e estaudais. Precisamos fortalecer a democracia. A reforma política é um desejo da sociedade e deve ser uma vontade dos políticos.

Sobre o voto limpo, no Brasil, tivemos iniciativas importantes para o fortalecimento do nosso sistema. Uma forte campanha da Justiça Federal em favor do "Voto Limpo", focado em candidatos ficha limpa, sem antecedentes criminais, foi intensificada. Aliás, isso só aconteceu, o Senado e o Congresso só decidiram favoravelmente ao candidato ficha limpa depois que uma ação popular se tornou consolidada e concretizada com o apoio de instituições relevantes como a OAB e a CNBB.

Desde o fim da ditadura, todos os seis Presidentes enfrentaram desafios e deixaram alguns legados importantes para a nossa democracia.

Durante a Presidência de José Sarney, tivemos a redemocratização do País. Na era do ex-Presidente Fernando Collor, o Brasil teve uma abertura comercial. No Governo Itamar, o real foi criado. E o real foi consolidado na administração de Fernando Henrique Cardoso, com a modernização da economia e com a estabilidade econômica, uma conquista da sociedade brasileira. O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva avançou nos programas sociais. Agora, Dilma Rousseff tem a chance de mostrar ao País que o discurso da última sexta-feira pode ser a oportunidade para mudar, para deixar um importante legado à Nação, não apenas o relacionado à Copa do Mundo.

Apesar de a nossa democracia ser recente e de o nosso sistema político ser complexo, o Brasil é a Nação mais competente e ágil em apuração de votos e em organização de disputas políticas. É também o País com um povo capaz de, sem tutores ou líderes tradicionais políticos, levar a multidão às ruas para reclamar dos maus serviços prestados pelo setor público. Surpreende até que algumas lideranças que se consideram acima do bem do mal tentem rotular as manifestações como ação da extrema direita, dos conservadores; enfim, é uma série de rotulos que não condizem com a realidade.

Afinal, qual é a ideologia de quem está pedindo melhor saúde, melhor educação, melhor segurança pública ou o combate à corrupção? Que ideologia é essa? Essa é a ideologia de todos nós, não é uma ideologia exclusiva da direita, da esquerda ou do centro. Essa é uma necessidade, uma demanda da sociedade brasileira. Portanto, não pode ser rotulada a mobilização da sociedade. Não devem essas lideranças subestimar a inteligência nem a sensibilidade do povo, que é sempre capaz de se revelar melhor, bem melhor que suas elites.

Aqui temos a vantagem da urna eletrônica. O sistema é mais simplificado e direto. Mesmo o voto sendo obrigatório, a escolha de cada eleitor brasileiro é computada de forma direta e registrada, imediatamente, nas urnas, com a posterior auditoria na Justiça Eleitoral. Nas eleições municipais, fomos 138.544.348 eleitores aptos a votar em 5.568 cidades.

Aqui, no Brasil, a apuração eletrônica, no primeiro e segundo turnos, contou ainda com a intensa participação dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, os 3.033 juízes eleitorais e cerca de 1,6 milhão de mesários e servidores da Justiça Eleitoral.

Além da mais segura, temos, senhores, as eleições mais inovadoras do mundo. Do total de brasileiros que votaram nas eleições municipais, 7,8 milhões de eleitores de 298 Municípios de 24 Estados usaram a tecnologia da biometria, que permite verificar, na hora da votação, características biológicas nos mecanismos de identificação, como a impressão digital. A nova tecnologia será ampliada para outros milhões de eleitores nas eleições de 2014, segundo estimativas do próprio Tribunal Superior Eleitoral.

Temos, portanto, Srªs e Srs. Senadores, de avançar com esse debate nesta Casa. A reforma política, as ruas pedem, deve ser uma prioridade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu é que cumprimento V. Exª, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento. Daqui a pouco, farei também uso da tribuna para externar minhas preocupações e minha posição com relação a este momento tão especial que nosso País vive.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSOL, o Senador Randolfe Rodrigues.

Eu serei o próximo e terei a honra de falar depois deste querido e bom amigo, o grande Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – A honra será toda minha, Sr. Presidente. A honra será toda minha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento, quero fazer a leitura do comunicado do Movimento Passe Livre, de São Paulo. O Movimento Passe Livre está, neste momento, sendo recebido pela Presidente Dilma Rousseff. Estive em contato, ainda há pouco, com

uma das lideranças do movimento. Nesta semana, o movimento foi chamado para uma audiência pública na Comissão de Educação do Senado através de requerimento de nossa autoria.

Eu queria, antes de fazer meu pronunciamento, fazer a leitura do comunicado público do Movimento Passe Livre, que diz o seguinte:

À Presidenta da República, Senhora Dilma Rousseff,

> Ficamos surpresos com o convite para esta reunião. Imaginamos que também esteja surpresa com o que vem acontecendo no país nas últimas semanas. Esse gesto de diálogo que parte do governo federal destoa do tratamento aos movimentos sociais que tem marcado a política desta gestão. Parece que as revoltas que se espalham pelas cidades do Brasil desde o dia seis de junho têm quebrado velhas catracas e aberto novos caminhos.
>
> *O Movimento Passe Livre, desde o começo, foi parte desse processo. Somos um movimento social autônomo, horizontal e apartidário, que jamais pretendeu representar o conjunto de manifestantes que tomou as ruas do país. Nossa palavra é mais uma dentre aquelas gritadas nas ruas, erguidas em cartazes, pichadas nos muros. Em São Paulo, convocamos as manifestações com uma reivindicação clara e concreta: revogar o aumento. Se antes isso parecia impossível, provamos que não era e avançamos na luta por aquela que é e sempre foi a nossa bandeira, um transporte verdadeiramente público. É nesse sentido que viemos até Brasília.*
>
> O transporte só pode ser público de verdade se for acessível a todas e todos, ou seja, entendido como um direito universal. A injustiça da tarifa fica mais evidente a cada aumento, a cada vez que mais gente deixa de ter dinheiro para pagar a passagem. Questionar os aumentos é questionar a própria lógica da política tarifária, que submete o transporte ao lucro dos empresários e não às necessidades da população. Pagar pela circulação na cidade significa tratar a mobilidade não como direito, mas como mercadoria. Isso coloca todos os outros direitos em xeque: ir até a escola, até o hospital, até o parque passa a ter um preço que nem todos podem pagar. O transporte fica limitado ao ir e vir do trabalho, fechando as portas da cidade para seus moradores. É para abri-las [as portas da cidade] que defendemos a tarifa zero.
>
> *Nesse sentido, gostaríamos de conhecer o posicionamento da presidenta* [da República] *sobre a tarifa zero no transporte público e sobre a PEC 90/11, que inclui o transporte no rol dos direitos sociais do artigo 6º da Constituição Federal. É por entender que o transporte deveria ser tratado como um direito social, amplo e irrestrito, que acreditamos ser necessário ir além de qualquer política limitada a um determinado segmento da sociedade, como os estudantes, no caso do passe livre estudantil. Defendemos o passe livre para todas e todos! Embora priorizar o transporte coletivo esteja no discurso de todos os governos, na prática o Brasil investe onze vezes mais no transporte individual, por meio de obras viárias e políticas de crédito para o consumo de carros (IPEA, 2011). O dinheiro público deve ser investido em transporte público! Gostaríamos de saber por que a presidenta vetou o inciso V do 16º artigo da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12), que responsabilizava a União por dar apoio financeiro aos municípios que adotassem políticas de priorização do transporte público. Como deixa claro seu artigo 9º, esta lei prioriza um modelo de gestão privada baseado na tarifa, adotando o ponto de vista das empresas e não o dos usuários. O governo federal precisa tomar a frente no processo de construção de um transporte público de verdade. A municipalização da CIDE, e sua destinação integral e exclusiva ao transporte público, representaria um passo nesse caminho em direção à tarifa zero.*
>
> *A desoneração de impostos, medida historicamente defendida pelas empresas de transporte, vai no sentido oposto. Abrir mão de tributos significa perder o poder sobre o dinheiro público, liberando verbas às cegas para as máfias dos transportes, sem qualquer transparência e controle. Para atender as demandas populares pelo transporte, é necessário construir instrumentos que coloquem no centro da decisão quem realmente deve ter suas necessidades atendidas: os usuários e trabalhadores do sistema.*
>
> *Essa reunião com a presidenta* [da República] *foi arrancada pela força das ruas, que avançou sobre bombas, balas e prisões. Os movimentos sociais no Brasil sempre sofreram com a repressão e a criminalização. Até agora, 2013 não foi diferente: no Mato Grosso do Sul, vem ocorrendo um massacre de indígenas, e a For-*

ça Nacional assassinou, no mês passado, uma liderança Terena durante uma reintegração de posse; no Distrito Federal, cinco militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foram presos há poucas semanas em meio às mobilizações contra os impactos da Copa do Mundo da FIFA. A resposta da polícia aos protestos iniciados em junho não destoa do conjunto: bombas de gás foram jogadas dentro de hospitais e faculdades; manifestantes foram perseguidos e espancados pela Polícia Militar; outros foram baleados; centenas de pessoas foram presas arbitrariamente; algumas estão sendo acusadas de formação de quadrilha e incitação ao crime; um homem perdeu a visão; uma garota foi violentada sexualmente por policiais; uma mulher morreu asfixiada pelo gás lacrimogêneo. A verdadeira violência que assistimos neste junho veio [por parte] *do Estado – em todas as suas esferas.*

A desmilitarização da polícia, defendida até pela [Organização das Nações Unidas] *ONU, e uma política nacional de regulamentação do armamento menos letal, proibido em diversos países e condenado por organismos internacionais, são urgentes. Ao oferecer a Força Nacional de Segurança para conter as manifestações, o Ministro da Justiça mostrou que o governo federal insiste em tratar os movimentos sociais como assunto de polícia. As notícias sobre o monitoramento de militantes feito pela Polícia Federal e pela* [Agência Brasileira de Inteligência] *ABIN vão na mesma direção: criminalização da luta popular.*

Esperamos que essa reunião marque uma mudança de postura do governo federal que se estenda às outras lutas sociais: aos povos indígenas, que, a exemplo dos Kaiowá-Guarani e dos Munduruku, tem sofrido diversos ataques por parte de latifundiários e do poder público; às comunidades atingidas por remoções; aos sem-teto; aos sem-terra e às mães que tiveram os filhos assassinados pela polícia nas periferias. Que a mesma postura se estenda também a todas as cidades que lutam contra o aumento de tarifas e por outro modelo de transporte: São José dos Campos, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Goiânia, entre muitas outras.

Mais do que sentar à mesa e conversar, o que importa é atender às demandas claras que já estão colocadas pelos movimentos sociais de todo o País. Contra todos os aumentos do transporte público, contra a tarifa, continuaremos nas ruas! Tarifa zero já!

Toda a força aos que lutam por uma vida sem catraca.

Movimento Passe Livre, São Paulo.

Inicio, Sr. Presidente, este pronunciamento com um comunicado oficial do Movimento Passe Livre de São Paulo, que, neste momento, está em audiência com a Presidente da República.

Como disse esse comunicado, audiência conquistada. Esses estudantes, esses jovens, receberam o convite para essa audiência com muita surpresa e, acredito, a Presidente também, com surpresa, recebeu os notórios acontecimentos das duas últimas duas semanas, os notórios acontecimentos dos últimos sete dias. Sete dias que abalaram o Brasil, numa paronímia com *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, de John Reed, sete últimos dias que abalaram o Brasil e eu diria, Sr. Presidente, com a consciência de alguém que participou de uma geração de mobilizações, de uma geração que, há vinte anos, pintou a cara; que há vinte anos, participou de mobilizações de rua; de uma geração que cresceu e que foi forjada vendo outras gerações nas ruas.

Fui forjado na luta política, Sr. Presidente, aprendi com a luta política e o senhor que me conhece sabe disso muito bem. Aprendi com a luta política e aprendi com mandamentos de professores que ouvi.

Aprendi com discursos, como de Salvador Allende, que, no seu célebre e último discurso, ilhado, no La Moneda, no Chile, dizia: "A historia é nossa e é feita pelos povos."

Aprendi lendo trechos como o de João Fernandes Vieira, no século XVIII, que dizia, já no período do estado absolutista, que é necessário: "Desobedecer a El Rey, para servir a El Rey."

Aprendi, com a formação política, que é necessário se levantar sempre para fazer com que a sociedade avance; aprendi com a formação política, que a sociedade sempre precede o Estado. Aprendi, inclusive, na formação política, o que nos ensinaram discursos desta tribuna de grandes Parlamentares, como Ulysses Guimarães: que a sociedade é que precede o Estado e suas mobilizações é que fazem com que o Estado avance.

Então, Sr. Presidente, meus caros Senadores e Senadoras, aqueles que nos ouvem e nos assistem pela Rádio e pela TV Senado, um momento como este da história nacional deve ser saudado; um momento como este não pode ser criminalizado ou mal comparado.

Não é *twittando* imagens como esta que eu vi neste final de semana. Gente *twittando* imagem de 1964, tentando assemelhar essas manifestações de hoje com

a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Isto aqui é uma foto de 1964 da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em que havia um cartaz intitulado: O Gigante Acordou – tentando comparar com a *hashtag* dos jovens de hoje, tentando fazer essa comparação.

Pasmem, eu vi isso nessa semana em redes sociais. Eu vi em redes sociais alguns tentando alegar que esse movimento de rua, Senador Paulo Paim, dessa semana, é conservador, de direita e fascista.

Eu acho que esse caminho é o caminho de quem não está entendendo o que está acontecendo. Senão vejamos. A bandeira de ordem clara da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964 era a seguinte: Deus nos salve do comunismo. Não é essa a bandeira das manifestações de agora. Eu me reivindico alguém de esquerda, com formação de esquerda, com postura política de esquerda.

Essa meninada que está nas ruas tem uma posição política avessa a partidos políticos, mas, dentre eles que estão nas ruas, alguns, como os do Movimento Passe Livre, dizem claramente: "Nós somos um movimento apartidário, mas não somos antipartidários." É essa a declaração do Movimento Passe Livre. Vocês ouviram ainda há pouco a manifestação do Movimento Passe Livre. Isso não é uma manifestação de um movimento que seja antipartidário; é uma manifestação clara de um movimento que claramente tem posições políticas.

E, convenhamos, um movimento que assume uma posição clara de defesa do direito básico, elementar do acesso ao transporte; que assume uma posição política clara de defesa do direito dos índios; que assume uma posição política clara de defesa do direito dos trabalhadores; que assume uma posição de política clara de defesa do direito contra a criminalização do movimentos sociais não pode ser chamado de conservador.

Portanto, aqueles que tentam ousar a criminalizar ou a rotular os movimentos que ocorrem nessa semana dobrem a língua ao tentar isso. Talvez estejam tentando, e me parece que um dos artigos mais lúcidos que já vi nesse final de semana, de análise do que está acontecendo, é do Sr. Mino Carta, no editorial da *CartaCapital*.

O que ocorre é que, outrora, existia, na minha geração, na minha geração, Senador Paulo Paim... A minha geração foi às ruas. Eu tinha um partido político que ia às ruas e se orgulhava de estar às ruas e levando sua bandeira. A minha geração foi às ruas, pintou cara, pintava de vermelho, ia às ruas com a bandeira e não havia problema. Só que essa é a minha geração. E a minha geração, meu partido político, naquela época, tinha condições de fazer isso.

A pergunta é: "Hoje tem?" A pergunta é: "Por que hoje não tem?" "O que aconteceu nesse intervalo que perdeu a credencial de estar nas ruas e de empunhar e de levantar a bandeira?" Ao invés de tentar criminalizar e rotular, será que não é melhor refletir e perguntar por que perdeu a credencial e a identidade? Ao invés de tentar rotular e criminalizar, será que não é melhor perguntar por que perdeu a identidade com a meninada?

Por que não se identifica mais com essa geração de 18 e de 20 anos, ao invés de tentar criminalizar e rotular uma meninada que está no Twitter, no Facebook, nas redes sociais, no WhatsApp, que está na Internet, e, de repente, resolveu sair da Internet para ocupar as ruas, que compreendeu, de um momento para outro, que não é só nas redes sociais que se muda o Brasil, mas sim na luta concreta, que compreendeu isso e utiliza das redes sociais o mecanismo concreto da mobilização, e, com esses novos movimentos sociais, não se vale mais das velhas ferramentas de luta?

O que está acontecendo é um processo novo, rico e maravilhoso. Não tentem ser anacrônicos. Anacronismo é uma categoria da história que significa o seguinte: tentar fazer a leitura dos acontecimentos de um tempo com as categorias do tempo passado. É a mesma coisa a geração de 1968 tentar entender a geração da luta pelas Diretas e da luta pela anistia ampla com seus valores; a geração de 1968 e a geração da luta pela anistia ou pelas Diretas tentar entender a geração dos caras pintadas com os seus valores; e a geração de 1968, a geração da luta pelas Diretas e a geração dos caras pintadas tentar entender a geração de hoje com seus valores. Não tentem ser anacrônicos. São outros valores, são outras formas de lutas.

Não vou adiante nesse antipartidarismo. Não acho que seja esse o caminho, mas o caminho também não é criminalizar fazer rótulos e também colocar no gueto essa mobilização. Essa mobilização deve ser saudada e deve ser separada.

Está claro que os atos de excesso são exceções. Não significam o centro da pauta que eles estão defendendo. E, convenhamos, a pauta que eles estão defendendo não tem nada de conservadora. Não tem nada de conservadora. E não tem nada de golpismo defender saúde pública, defender educação, defender rejeição da PEC 37 e transporte público de qualidade.

Não tem nada de conservador defender saúde pública de qualidade.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Aliás, conservador é o Estado brasileiro nos últimos 22 anos sufocar a implementação de um dos melhores modelos de saúde pública do mundo pela

falta de investimento e subvenção à saúde pública e pela condescendência à saúde privada. Convenhamos, o Brasil gasta US$385 por habitante na sua saúde pública. Nós gastamos menos na saúde pública por habitante do que Uruguai, Costa Rica, Cuba e Argentina. Em 1980, o Governo Federal gastava 75% com a saúde pública. Hoje, o Governo Federal gasta 46% com a saúde pública. Em 1980, os Municípios e Estados gastavam 25%. Hoje, Estados e Municípios gastam 54% com a saúde pública. Ao longo de mais de 30 anos, o Governo Federal foi desresponsabilizando-se com a saúde pública. A saúde pública foi sendo sucateada.

Em 1988, nós constituímos um Sistema Único de Saúde, universal e gratuito de qualidade. Ao longo de 25 anos, nós não implementamos esse sistema de saúde.

Nós asseguramos na Constituição a universalidade do Sistema de Saúde, mas não asseguramos, investimos 3% do PIB, e para assegurar um sistema público de saúde gratuito e de qualidade nós precisávamos de 7% do Produto Interno Bruto. Nós precisávamos ter aprovado aqui 10% da receita bruta da União para serem investidos na saúde pública e nós não aprovamos.

Isso é bandeira conservadora? Ampliar os investimentos na saúde pública?

Convenhamos, por mais que seja saudada a vinda de novos médicos, ela por si só não resolve. Ela tem que ser combinada com aumento de investimento na saúde. Essa é a medida que deve vir. Ela deve vir acompanhada com o investimento de 10% da receita bruta da União na saúde.

Era essa a medida que deveria ter sido anunciada. Não podemos, em um momento de mobilizações de rua, nos contentar com a síndrome de Maria Antonieta, que, no meio da Revolução Francesa, comunicada que o povo queria pão, respondia que se não havia pães para o povo, que se concedessem os brioches.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Nós não podemos no momento de mobilizações populares de rua, conceder ao povo os brioches.

Num momento como este, em que se reivindica saúde de qualidade, é insuficiente somente a medida de convocar médicos. Temos de ampliar os investimentos em saúde pública.

Assim como as ruas reclamam educação, é importante a medida dos *royalties* para a educação. Mas também a ela deve ser somado o seguinte ponto: existe uma proposta de emenda nossa ao Plano Nacional de Educação que implica que os lucros das empresas estatais que hoje vão para o pagamento da dívida pública sejam todos destinados a obter a meta dos 10% do Produto Interno Bruto para a educação.

São necessárias medidas concretas. É necessário reduzir o que destinamos à divida pública. É necessário concretamente ampliarmos os investimentos em educação e saúde, e não simplesmente adotarmos medidas paliativas.

Não é possível responder aos reclames das ruas com brioches. Temos de responder os reclames das ruas com respostas concretas que ampliem investimentos em educação e em saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Por fim, Sr. Presidente, não me venham dizer que o Ministério Público é uma instituição conservadora. Foi o Ministério Público que socorreu a cidadania nos últimos 25 anos; foi o Ministério Público que socorreu parlamentares do Partido dos Trabalhadores nos últimos 25 anos, na oposição ao governo de Fernando Henrique; foi o Ministério Público que defendeu os direitos difusos e coletivos nos últimos 25 anos; foi o Ministério Público que defendeu o meio ambiente nos últimos 25. Não foram Promotores de Justiça e Procuradores da República que torturaram durante a ditadura militar, que cometeram tudo quanto foi de tipo de atrocidades.

Então, não venham com esse discurso de que o Ministério Público é uma instituição conservadora e que, portanto, a defesa da rejeição da PEC nº 37 é uma bandeira conservadora. É uma bandeira cidadã, e estão certos os meninos nas ruas! Não há nada de conservador nas suas bandeiras: defender transporte público de qualidade, defender mais investimentos em saúde, mais investimentos em educação, defender a rejeição de uma proposta de emenda à Constituição que só serve a ampliar a impunidade neste País. Eu tenho orgulho de estar ao lado dessas bandeiras. Essas bandeiras são progressistas, essas bandeiras são do lado certo do povo, do lado certo do Brasil!

Enquanto houver povo nas ruas, este País avança!

Mais uma vez estou com Allende, “a história é nossa e ela é feita pelos povos”.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento o meu querido amigo Randolfe pelo pronunciamento.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da palavra.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois de ouvirmos o Senador Randolfe Rodrigues, ouviremos agora o Senador Jorge Viana.

V. Exª dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu caro Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores e Senadoras, todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, queria desejar uma boa semana a todos e também dizer que estou na torcida para que o Brasil possa passar das semifinais e chegar na final da Copa das Confederações, já que nossa Seleção, liderada pelo nosso Felipão, assessorado pelo Parreira, até aqui tem renovado a esperança e a fé dos brasileiros na vitória do Brasil. Há muito tempo não víamos uma Seleção com o entrosamento, com a dedicação, com a união e com esse espírito bem brasileiro como a nossa Seleção demonstra na disputa desse campeonato que é muito competitivo, a Copa das Confederações.

Sr. Presidente, antes mesmo de fazer meu pronunciamento sobre, obviamente, esse movimento que tem tomado conta do Brasil, que ocorre de Norte a Sul e que é motivo de conversas em todas as ocasiões, eu queria passar aqui uma preocupação e, pelo menos, deixar um registro com o estado de saúde de Nelson Mandela, uma das figuras mais extraordinárias que nós tivemos – e temos – o privilégio de ver, uma referência para todos nós na maneira de militância. Eu fiz uma postagem, hoje, na minha *Fan Page* que eu queria reproduzir aqui, caro Presidente Paim e colegas Senadores e Senadoras, pedindo a Deus saúde e vida longa a Mandela.

Eu fiz a seguinte postagem:

Viva Mandela!

Nelson Mandela, uma dos seres humanos mais extraordinários, está lutando pela vida. Com seus 94 anos, ele é, talvez, o maior exemplo de como se faz a boa luta política.

Eu fiz questão de colocar assim, Senador Paim, por conta do período que estamos vivendo, um período rico, onde se oxigena a participação, a militância e a presença do povo brasileiro pedindo para ser sujeito das conquistas do Brasil.

E eu digo: “Com seus 94 anos, ele é, talvez, o maior exemplo de como se faz a boa luta política, como se revoluciona e se constrói a paz”.

Neste momento em que o nosso povo se manifesta por mais mudanças e melhor qualidade de vida em nosso País, eu compartilho com todos uma declaração de Mandela com que me deparei, hoje bem cedo, quando acordei, lá pelas cinco da manhã, quando navegava pela Internet atrás de notícias sobre Mandela. Essa declaração, que repito aqui da tribuna do Senado, obviamente, eu a usei para encerrar a postagem, ainda porque ela vem bem a calhar em face do momento que estamos vivendo. E, é claro, encerrei também pedindo saúde e vida longa a Mandela.

A declaração de Nelson Mandela a que me refiro é a seguinte:

Este é um dos momentos mais importantes na vida de nosso país. Estou aqui, em frente a vocês, repleto de profundo orgulho e alegria. Orgulho das pessoas comuns e humildes deste país. Vocês têm demonstrado tanta calma, paciência e determinação para reclamar este país para vocês, e, agora, com alegria, podemos gritar aos telhados: Finalmente livres! Finalmente livres!

Essa declaração de Mandela foi feita logo que ele conseguiu libertar a África do Sul do *apartheid*.

Sr. Presidente, todos nós estamos refletindo, conversando, e nós aqui, do Parlamento, discursando sobre esses episódios que fazem parte da vida deste Brasil contemporâneo, que, nos últimos dez dias, deixou-nos com preocupações, ou ainda, com um misto de preocupação e alegria, porque quem está na política por vocação, quem tem compromisso com os sonhos, quem carrega um sentimento de justiça permanente fica alegre quando vê a população na rua querendo mudanças, querendo melhor qualidade de vida, querendo questionar os serviços. Mas também, óbvio, todos nos preocupamos quando vemos os oportunistas, os vândalos, uma minoria se apropriando de momentos tão ricos na sociedade brasileira para tentar nos amedrontar a todos com a violência.

Nós estamos vivendo um movimento, Senador Paulo Paim, que tem uma causa bem definida. Ele começou, de fato, ligado a movimentos de esquerda da nossa juventude lutando, como fazem em todas as cidades, por um transporte público melhor e mais barato, no caso do movimento mais expressivo que vimos. A própria Presidenta Dilma está recebendo agora o Movimento Passe Livre.

Mas eu fui prefeito, fui governador, acompanho os noticiários e sei que não é de hoje que partidos de esquerda, inclusive o próprio PT, e a nossa juventude luta por um transporte de qualidade e, para tanto, enfrenta os prefeitos, inclusive os do PT, lutando contra os aumentos.

Houve, é óbvio, um enfrentamento com absoluto exagero por parte da Polícia de São Paulo, o que também ocorreu em outros Estados, e, nesse enfrentamento, se acirrou esse movimento. E não estou aqui partidarizando, até porque as polícias militares, no Brasil inteiro, agiram da mesma forma. Acho que erraram

na intensidade da busca de cumprir o mandamento constitucional de zelar pela ordem e pela tranquilidade da sociedade.

Abusaram da violência! E eu o denunciei aqui, da tribuna, sobretudo no começo. O certo é, contudo, que isso despertou na sociedade brasileira um sentimento, num primeiro momento, de solidariedade com o Movimento Passe Livre, mas acho que, também, uma energia acumulada ao longo de anos, fruto, quem sabe, como disse aqui, das boas mudanças que o Brasil experimentou nos últimos anos, especialmente nessa última década, com os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Refiro-me ao incluídos – incluídos em termos –, mas os incluídos que passaram para a classe C, para a classe média, mas será que...

Falei da tribuna, há dez dias, Senador Paulo Paim – V. Exª, inclusive, estava no plenário –, sobre uma jovem com quem conversei em São Paulo, quando meu pai, enfermo, estava sendo atendido no hospital. Ela empurrava a cadeira de rodas do meu pai, quando íamos a um exame, e eu, do lado, fiz-lhe uma pergunta. Isso faz quase um ano. Gosto de fazer perguntas a essas pessoas simples, que, às vezes, viram parte da paisagem, porque ninguém as olha no rosto, ninguém as cumprimenta, ninguém lhes faz perguntas, seja porque estão limpando o chão, seja porque estão servindo um café ou porque estão fazendo um serviço aparentemente menos qualificado. O fato é que eu gosto de sempre fazer perguntas a essas pessoas. E eu perguntei a essa mocinha, uma garota jovem, como ela ia, se ela trabalhava ali há muito tempo. Ela me disse que estava trabalhando há pouco tempo. Ela era da idade das minhas filhas. Perguntei-lhe, então, a que horas ela chegava ao trabalho, ao que ela respondeu: "Chego às 7 horas; é quando entro aqui no hospital". E falei: você mora onde? "Moro na Zona Leste". Perguntei ainda: "È longe daqui, do seu trabalho?" Então, ela respondeu: "Saio da minha casa às 3 horas da manhã". Três horas da manhã! E ela disse: "Eu chego em casa, de volta, às 11 horas da noite". É uma garota, trabalhadora, estudante, cheia de vida. Mas que vida uma garota dessas está levando? Ela está incluída, tem um trabalho, está estudando, tem um endereço.

Essas são as pessoas que foram incluídas; as pessoas que eram excluídas neste País. Estou falando de 40 milhões de pessoas! É mérito do nosso Governo, mérito do PT, mérito do governo do Presidente Lula, mérito do trabalho da Presidenta Dilma. Mas é fato concreto que quem alcançou um salário, que, agora, é três, quatro vezes maior do que o que era o salário mínimo, com ganho real, essa pessoa não tem o direito de querer uma vida melhor?

Há quanto tempo ela está querendo que os prefeitos, os governadores, e o próprio Governo Federal encontrem uma solução para as nossas cidades? Tem uma origem, tem causa um movimento desse tamanho. Há muitas outras questões, mas eu estou me referindo especificamente a uma situação com que, como ex-prefeito e ex-governador, eu sempre me preocupei: o funcionamento das nossas cidades.

Oitenta e quatro por cento do nosso povo vive nas cidades, amontoado, sem nenhuma condição. Vi ontem, no Fantástico, um caso idêntico ao da mocinha. Uma pessoa, um jovem negro, que mora na periferia, pessoa do bem – só na aparência a gente vê, do bem total –, pega quatro transportes. Ele sai de madrugada de casa, para onde só volta tarde da noite. Ele está mais do que com razão; ele tem o direito de querer uma mudança no funcionamento das nossas cidades.

A Presidenta Dilma está de parabéns: está reunida com Governadores e Prefeitos. Ela está tomando atitudes. "Ah, mas já é tarde!" Não! Ela está tomando atitude. O importante é que está ocorrendo uma importante reunião no Palácio do Planalto. Mas, e o Parlamento, o que está fazendo? Discursos. Nós estamos fazendo discursos. São dez dias, e tome discurso e mais discurso.

Sr. Presidente, sou o Vice-Presidente da Casa e, amanhã, deveremos ter reunião da Mesa Diretora. Para mim, já deveria ter havido uma reunião de Líderes, na semana passada. Não há nada mais importante do que tratar desse problema que todos os brasileiros estão tratando, de que todos nós estamos tratando! Deveria ter sido feita uma reunião dos Líderes desta Casa, chamada extraordinariamente, para que possamos encontrar uma maneira de dar uma satisfação à sociedade, do ponto de vista do Senado Federal, a Casa da Federação.

Vir aqui à tribuna xingar o PT, botar a culpa na Presidenta Dilma, botar a culpa no Presidente Lula é fácil. Não vão botar culpa no Congresso? Onde é que começa a responsabilidade do Congresso e onde termina, nesse episódio dos Três Poderes? Judiciário, Executivo e Legislativo: quem é que está com mais prestígio junto à população? Quem está com menos prestígio? Não tenho nenhuma dúvida de que, diante da população, nós estamos em uma situação pior. Temos mais críticas, é óbvio. Neste Poder, não é fácil enxergar o que o Congresso faz, a agenda.

O Parlamento vive do que fala, de fiscalizar, de cobrar. Mas também nós podíamos ter feito a nossa parte. Cadê a reforma política? Por que a política e os políticos, hoje, estão perdendo o prestígio, para não dizer que nós estamos caminhando para uma desmoralização? Porque nós não fazemos a nossa parte.

Eu estou seguro de que, com reunião de todos os governadores com todos os prefeitos de capitais, com a Presidenta da República, alguns ministros, o movimento das ruas vai ter respostas daquilo que cabe aos executivos fazerem. Pode não ser a melhor resposta, mas terá resposta, terá atitude.

Parabenizo a Presidenta Dilma, os governadores e os prefeitos de capitais. Mas, vamos que a Presidenta, os governadores e os prefeitos anunciem hoje uma série de medidas. E nós? E o Congresso Nacional? Jogar pedra nos outros é fácil. Primeiro, é um equívoco tentar transferir ou entender esse movimento, de norte a sul do País, da cidade pequena à maior metrópole, olhando para a história de eventos parecidos com esse que o Brasil já viveu. É um equívoco. Esse é um movimento contemporâneo, iniciado por pessoas incluídas. Não estou dizendo elite. Incluídas porque são pessoas que usam a ferramenta da Internet. Só 30% das pessoas no País acessam a Internet.

Lamentavelmente, não são 60, 70, como deveriam ser. A inclusão digital ainda não aconteceu em nosso País, mas os 30% de pessoas não podem ser chamadas de elite porque são pessoas que apenas saíram de uma certa exclusão e que, agora, têm um mínimo de inclusão, graças ao governo do PT do Presidente Lula, essas pessoas querem mais. Essas pessoas querem qualidade de vida, querem uma saúde melhor, querem, de fato, prioridade para a educação, querem uma infraestrutura no País para quem anda de carro nas estradas, ou de ônibus, para quem precisa dos portos, dos aeroportos, de energia. E elas estão pondo para fora, dando esse grito, dando essa oportunidade para os governos, para o Congresso e para o Judiciário.

Sr. Presidente, não sei se vai haver alguma repercussão na imprensa, mas eu espero, sinceramente. Passados dez dias de manifestações diárias, as Lideranças do Congresso Nacional não chamam para discutir a agenda deste Congresso? Nós vamos tampar os ouvidos, fechar os olhos diante do clamor das ruas?

Eu vou ficar, a partir de hoje, martelando naquilo que estou martelando já há dois anos e meses quando cheguei aqui. Qual é a explicação para o Congresso não ter feito a reforma política? Participei de uma comissão nomeada pelo Presidente Sarney, mas era uma proposta de fazer uma reforma política absolutamente convencional. Agora, com a população nas ruas, capitaneada por nossa juventude, não cabe mais reforma política convencional. A reforma política tem que ser radical – radical! Vou apresentar propostas que possam ser consideradas radicais. Não dá para discutir agora como é que vai ser o financiamento. Nós temos que tirar o máximo possível o dinheiro das disputas eleitorais. Tem que haver transparência, pouquíssimo dinheiro. Para ganhar eleição neste País, na maioria dos casos, é preciso haver duas bancas: uma banca de dinheiro e uma banca de advocacia. E eu acho que nós precisamos ser inovadores.

Eu fiz uma viagem a Taiwan, República da China, na antiga ilha de Formosa. São 23 milhões de habitantes, uma qualidade de vida extraordinária. Setenta por cento dos *softwares*, de todo esse material que compõe os *tablets*, computadores, são feitos lá. Um país fantástico, por esse aspecto.

Lá aconteceu um episódio. O parlamento, Senador Paim, unicameral, tinha sessão toda semana, com briga de murro entre os parlamentares. A televisão mostrava para o mundo inteiro parlamentares brigando uns com os outros, se agredindo, diariamente. A população foi para a rua. Em um encontro com a presidente do parlamento, perguntei qual era a composição do Parlamento, e ela disse que são 120 membros. Mas é unicameral, e são 120? Ela disse: "São 120. É porque houve uma grande redução. Eram duzentos e tantos, reduziu para 120". Mas quem reduziu? – perguntei. Ela disse: "Eu não sei". Como a senhora não sabe quem reduziu o número de parlamentares? Ela respondeu: "É que havia aqueles episódios de brigas permanentes. Houve uma desmoralização tão grande do parlamento que apresentaram uma emenda reduzindo o número de parlamentares. E, ninguém sabe como, por pressão da população, foi votada a redução do número de parlamentares. E eles aprenderam a não desmoralizar a sua própria casa."

Eu acho que nós, aqui do Congresso, do Senado, não temos que ficar discutindo só a agenda do Executivo. O Executivo vai fazer a sua agenda e, certamente, vai buscar no Congresso apoio, como a Constituição estabelece, para a implementação dessa agenda. Isso é uma coisa louvável. Vamos discutir e debater essa agenda. Mas eu quero saber é da nossa agenda, a do Senado, a da Câmara. Nós estamos esperando o que mais? O que mais nós vamos esperar? Que morra mais gente? Que a Copa das Confederações passe? Ou nós vamos trabalhar reunião de emergência de Líderes desta Casa?

Faço um apelo a todos os Líderes: convoquem uma reunião de Líderes suprapartidária, para discutir o que nós podemos fazer, do ponto de vista do Senado, do ponto de vista da Câmara e do Congresso, que não depende de ninguém, só da nossa vontade. Para mim, a mais importante agenda que nós temos para tratar é a da reforma política radical.

Eu queria deixar uma sugestão da tribuna. Acho que os Líderes partidários, os dirigentes partidários, os presidentes de partidos deveriam estar sentados se

reunindo suprapartidariamente. Eu queria ver o presidente do PT e o presidente do PSDB sentando com o presidente do PSB, do PDT. Todos sentados para discutir o Brasil e não para ficar torcendo uns contra os outros, porque, nesse movimento conduzido pelo povo brasileiro, querendo mais mudanças e qualidade de vida neste País e ética na política, há uma coisa: o pau que está dando em Chico está dando em Francisco.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, nós estamos tendo sérios problemas. Lá o prefeito é do PSB e o governador é do PSDB. Lá em São Paulo, há sérios problemas. Em todos os lugares do Brasil, independente de qualquer partido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porto Alegre é PDT.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Em Porto Alegre, a mesma coisa: PT e PDT. Nós temos o clamor de Rio Branco a Fortaleza.

Eu sugiro também – por que não? – começarmos a sair da zona de conforto, porque acho que o Congresso está na zona de conforto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Talvez pense que está, não é?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... porque não tomamos nenhuma atitude em dez dias. Nenhuma. Se a sociedade vir, se esse movimento na rua vir que os partidos, que hoje estão sendo todos questionados, resolveram se reunir para ver se há uma agenda mínima, pelo menos de diálogo, acho que já seria uma resposta.

Faço um apelo aos Líderes desta Casa para que convoquem uma reunião de emergência. Vamos discutir isso, mas discutir algo contemporâneo que possa mudar a relação que nós estamos tendo hoje entre o cidadão e quem ocupa este Parlamento. Eu faço esse apelo.

Vou trazer para cá – estou levantando com minha assessoria – propostas que possam ser, se implementadas, algo novo, que inovem a política. Nós temos agora que mexer na estrutura de como se compõe partido neste País, de como é que se cria a possibilidade de partido, de financiamento de campanha. Mas uma mudança radical, aproveitando esse movimento tão rico da sociedade para, quem sabe, colaborarmos para aquilo que é essência da democracia, que são os partidos. Não adianta...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vi com preocupação, ainda bem – e concluo, Sr. Presidente –, o querido colega, Senador Cristovam, fazendo aqui um ajuste na sua fala. Não dá para alguém chegar dizendo que nós vamos funcionar agora sem partidos – e o querido colega Cristovam veio aqui, fez o devido reparo –, mas acho que, com a sociedade bem na nossa frente clamando por mudanças, certamente não dá para fazermos aqui uma reforma convencional, por isso ela tem que ser radical. Certamente, nessa reforma radical, nós temos que criar espaços para candidaturas avulsas. Nós temos que criar espaços para que a estrutura partidária neste Brasil saia do cartório e tenhamos partidos que tenham lado, posições políticas bem colocadas. E não tenho dúvidas de que temos que trabalhar para tirar da política a determinante influência do poderio econômico.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

Amanhã, a minha Bancada do PT, nós vamos ter uma reunião – o Líder já está aqui, o Wellington –, onde vamos tentar cumprir com algo que só depende de nós. Tomara que esta semana seja produtiva para o Senado, para o Congresso, para a Câmara e que possamos nos encontrar suprapartidariamente e fazer...

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Jorge...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador Jorge, antes de V. Exª dar o aparte, está no seu tempo ainda, só cumprimentar a moçada que está aí – nós que falamos tanto da juventude: são os estudantes do nível fundamental do Colégio Sagrado Coração de Jesus, que estão assistindo da tribuna ao ex-Governador do Acre e Vice-Presidente da Casa, Senador Jorge Viana.

Seja bem-vinda, moçada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Wellington, é com prazer que o ouço.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Jorge, primeiro, saudá-lo. Vinha do aeroporto para cá ouvindo o vosso pronunciamento e já manifesto aqui, de pronto, que, ainda na semana passada e agora, conversando também com mais outros Líderes, eu tenho certeza de que o nosso Senador Rollemberg, e o Senador Acir, pelo PDT, também como Líder, acham que há um consenso da necessidade, sim, de termos o diálogo – a Mesa do Congresso e o Colégio de Líderes –, exatamente para que não percamos essa voz que vem das ruas. E vendo aqui, não atabalhoadamente, mas, pelo contrário, planejadamente, a pauta, aquilo que podemos votar ainda até o dia 15 de julho, aquilo que temos e devemos priorizar para o segundo semestre. Como Líder do Partido dos Trabalhadores, com a responsabilidade de liderar um bloco importante nesta Casa, devo apenas manifestar a V. Exª que há, da parte dos demais Líderes, essa concordância. A previsão é de que possamos, nesta terça-feira, definir. Aí ficou de o Presidente Renan tomar uma posição. Assim como, de um lado, quem está no Executivo terá esse encon-

tro com prefeitos, com governadores, também defendemos isso, como está previsto, com os movimentos sociais. E que possamos aprender, e aprender muito, com o que vem das ruas. Então, eu queria saudá-lo. Também tratarei sobre o tema, mas, de pronto, queria prestar aqui essa informação a V. Exª, que, além de termos o privilégio de ser do Partido dos Trabalhadores, também é um membro importante da Mesa, nosso Vice-Presidente do Senado Federal. Era isso e eu agradeço pelo aparte. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço.

Eu queria só encerrar dizendo que acho que amanhã é um dia muito importante, nós vamos ter reunião da nossa Bancada. Espero que a Mesa também possa ter reunião. E que o Colegiado de Líderes desta Casa, com a Mesa Diretora, possam trabalhar uma resposta, uma satisfação para a voz das ruas, discutindo uma agenda, uma agenda que atenda o clamor das ruas, não mais os acordos e os entendimentos da Casa. Porque o que está ocorrendo agora neste País é algo absolutamente novo, e essa instituição tão importante, a democracia, só vai recuperar seu prestígio junto à sociedade se nós fizermos com que haja uma sintonia entre o cidadão, entre o clamor das ruas e a nossa agenda de trabalho no Congresso. Muito obrigado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Senador Jorge (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Jorge Viana, que fez um belo discurso, alertando para a importância de termos uma pauta positiva, que vai ser na linha que eu vou falar um pouco mais tarde.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra neste momento ao Senador Rodrigo Rollemberg, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, antes do Senador Rodrigo Rollemberg, eu queria apenas me inscrever, pela Liderança do PMDB, assim que for possível, (...)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – (...) para usar da palavra, ou para uma comunicação inadiável – não sei se já se completaram as três comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Comunicação inadiável não tem ninguém inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Rodrigo Rollemberg, como Líder.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu assomo à tribuna na tarde de hoje com o mesmo espírito do Senador Jorge Viana e quero também aqui me somar às palavras do Senador Wellington Dias no sentido de que o que nós devemos fazer neste momento no Senado Federal é, de forma célere, construir uma agenda propositiva, uma agenda que dialogue com as manifestações que estamos assistindo por todo do País. Já tive oportunidade de dizer aqui que essas manifestações são extremamente legítimas e representam o encerramento de um ciclo, em que – entendo – a conquista da democracia, a Constituição de 1988, a estabilidade econômica e a redução da pobreza cumpriram um papel importante, mas insuficientes para satisfazer a população, especialmente a população que mora nos grandes centros urbanos e que hoje tem uma demanda grande pela melhoria dos serviços públicos, especialmente na área de mobilidade urbana, de saúde, de segurança e de educação. Essa população que pede hospitais padrão FIFA, que prefere abrir mão da Copa para ter educação de qualidade sabe que a corrupção é um grande mal que drena os recursos que poderiam estar sendo investidos nessa área. E não é à toa que grande parte da agenda dessa população diz respeito a questões políticas, diz respeito a questões de combate à corrupção.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que entendo que nós devemos imediatamente buscar construir uma agenda junto com todos os lideres partidários em torno destas duas questões: como aperfeiçoar, como modificar, como transformar o sistema político e como tomar medidas efetivas que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população nas cidades, especialmente na área desses serviços essenciais de mobilidade urbana, de segurança, de saúde e de educação.

Entendo que é importante uma discussão mais profunda sobre uma reforma política, não essa reforma política convencional, essa reforma política que toma como modelo avançado o financiamento público e a adoção de listas fechadas pelos partidos políticos. A população está mostrando o descrédito pelos partidos e certamente não apoiará qualquer medida que venha no sentido de aumentar o poder desses partidos como hoje estão organizados, dando a eles o poder de definir quem vai ser eleito e quem não vai ser eleito, e muito menos garantindo com isso o financiamento público de campanha.

Entendo que nós temos de avançar na ampliação dos instrumentos de participação popular, os instrumentos de democracia direta no nosso sistema – isso é possível com os recursos tecnológicos que temos hoje – e, ao mesmo tempo, que se possa efetivar a transparência.

Entendo que temos alguns projetos que, independente de uma discussão mais profunda de reforma política, podem e devem ser adotados imediatamente, Senador Wellington Dias, em uma agenda propositiva, a ser discutida por todos os líderes – e essa é a proposta que a gente faz – com o Presidente da Casa.

Por exemplo, acho que está mais do que na hora de apreciarmos e aprovarmos o voto aberto, não apenas para apreciação da cassação de Parlamentares, como, recentemente, fez o Senado Federal – e que está na Câmara dos Deputados –, mas o voto aberto no conjunto das votações. Podemos até excetuar no caso de escolha de Ministro do Supremo. Mas, hoje, a população não entende e reivindica – e corretamente – o direito de saber, Senador Wellington, como cada um de nós vota.

Senador Paim disse aqui (e ele tem razão) que, quando se adotou o voto secreto, se imaginava proteger o Parlamentar da pressão do Executivo; mas, ao longo destes anos, praticamente foram pouquíssimas as vezes que tivemos um veto derrubado, mesmo com o voto secreto.

Hoje, a pressão maior é a da opinião pública, é a da rua. O eleitor tem todo o direito de saber como vota seu representante. Então, antes de qualquer reforma política mais profunda, nós temos a oportunidade de avaliar a proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2006, que tem o Senador Paulo Paim como primeiro signatário, que institui o voto aberto.

Outra contradição do nosso sistema político, Senador Wellington Dias: hoje, para um projeto de iniciativa popular, Senador Ruben Figueiró, nós precisamos mais do dobro de assinaturas necessárias para a criação de um partido político. Para um projeto de iniciativa popular é necessário 1% de assinaturas do total de eleitores aptos a votar. Já para a criação de um partido político, nós precisamos de 0,5%, a metade do número de votos válidos para Deputado Federal na última eleição, o que faz com que se precise, para se criar um partido, na verdade, de menos da metade das assinaturas que são necessárias para um projeto de iniciativa popular.

Essa (...)

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – (...) população que está se manifestando, Senador Paulo Paim, (*Fora do microfone*.) quer participar do processo (*Fora do microfone*.) político. É saudável que participe do processo político, não apenas com projetos de lei, mas também com propostas de emenda à Constituição.

Pois eu sugiro, também, nessa pauta, a PEC3, de 2011, de minha autoria, que reduz o número de assinaturas para projetos de iniciativa popular, adotando os mesmos critérios, os mesmos números necessários para a criação de um partido político e dando, também, autonomia para propostas de emenda à Constituição.

Temos o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2013, do Senador Pedro Simon, que define como critérios para a ocupação de cargos e funções no Executivo os mesmos critérios adotados pela ficha limpa.

Está, aí, uma coisa óbvia! Se nós exigimos para uma pessoa, um cidadão participar do processo político, em que será submetido ao crivo popular, que ele não tenha sido condenado em segunda instância, por que não adotar os mesmos critérios para o Executivo? Existe um projeto de lei do Senador Pedro Simon tramitando com essa proposta.

Temos, também, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2012, do Senador Ricardo Ferraço, que institui o voto facultativo.

Eu acho que está na hora de adotarmos o voto facultativo, em função do avanço que nós tivemos dos meios de comunicação e informação. A população está absolutamente informada. Hoje, todo brasileiro, em qualquer lugar do Brasil, está informado e deve ter o direito de querer ou não participar do processo.

Nós temos de estimular a vontade de participar, de contribuir, como essa população está fazendo, indo às ruas, querendo participar politicamente, mudar a forma de fazer política.

Entendo que devemos discutir, sim, a questão do voto facultativo. É outra proposta que já está em tramitação no Senado.

Temos duas outras propostas de emenda à Constituição que versam sobre o mesmo tema, uma de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, outra de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que propõem o *recall*, o referendo revogatório do mandato. Essa é outra novidade que deve ser apreciada, elaborada e aperfeiçoada pelo Plenário do Senado e que aprofunda a nossa democracia.

Entendo que esse é um movimento importante.

Referi-me a cinco proposições, cinco proposições que já tramitam no Senado. Há outras, como a da candidatura avulsa, por exemplo, que podem ser elencadas, apreciadas e votadas imediatamente antes de qualquer reforma política profunda, mas que,

certamente, vão contribuir para aperfeiçoar, moralizar, democratizar o processo político e eleitoral brasileiro.

Ao lado disso, precisamos ter uma agenda social. E entre esses temas que devem ser priorizados, da agenda social, há o Plano Nacional da Educação, que prevê 10% do PIB para a educação. É um avanço. Já foi aprovado recentemente na Comissão de Assuntos Econômicos e precisa tramitar rapidamente nas demais comissões para vir ao Plenário. A destinação dos 10% dos *royalties* do petróleo para a educação, e outros temas que não tramitam no Senado, mas tramitam na Câmara e que os líderes do Senado e a Presidência do Senado devem buscar dialogar com o Presidente da Câmara, para que os mesmos sejam definitivamente arquivados ou aprovados.

Refiro-me, por exemplo, à necessidade imediata de arquivamento da PEC 37 e da PEC 33. As ruas estão dando uma mensagem clara de que não se podem reduzir os poderes de investigação do Ministério Público porque o Ministério Público tem contribuído para o combate à corrupção no País; como também nós não podemos submeter à Câmara as decisões do Supremo Tribunal Federal, depois de tomadas, a partir de uma ação direta de inconstitucionalidade. É reduzir o poder do Supremo e é reduzir o equilíbrio entre os Poderes.

Então nós precisamos imediatamente arquivar a PEC 37. E, sem dúvida, essa é uma decisão que dialoga com a voz das ruas.

Assim como precisamos também aprovar a Proposta de Emenda à Constituição da Deputada Luiza Erundina, que transforma o transporte público num direito social. É fundamental. Grande parte das manifestações ocorridas no Brasil surgiram, Senador Suplicy, a partir da demanda pela redução do preço da tarifa. E o transporte público hoje tem de ser visto efetivamente como direito social, como direito de ir e vir, já previsto na Constituição; mas o direito social ao transporte deve estar escrito na Constituição, no mesmo patamar de outros direitos.

Ouço, com muita alegria, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª aqui procura traduzir o sentimento dos jovens e de todos que se têm manifestado pelas ruas de nossas principais cidades, trazendo proposições que são muito relevantes. Ao citar a proposição da Deputada Luiza Erundina, cabe lembrar que ela, como Prefeita, chegou a propor que pudesse haver o passe livre para o Município de São Paulo. Não foi possível considerar à época aquela proposição, mas, de alguma maneira, o Movimento Passe Livre leva em consideração aquela que foi a reflexão da hoje Deputada Luiza Erundina de Sousa. V. Exª cita inúmeros projetos para modificar a forma segundo a qual são realizadas as eleições e o financiamento dos partidos e dos candidatos.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho muito importante que o mesmo movimento que iniciou a proposta da ficha limpa agora nos apresente, ao Congresso Nacional, uma proposta de iniciativa popular, para que haja uma reforma política que guarde relação, de alguma forma, com proposições que o Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialista Brasileiro têm feito. Uma das principais preocupações é, por exemplo, não mais se permitir que empresas ou pessoas jurídicas contribuam para as campanhas. Apenas, então, poderia haver um limitado montante proposto, por exemplo, o de um salário mínimo, como a maior contribuição que uma pessoa física poderia dar a um partido ou eventualmente ao conjunto de candidatos. Acho que são proposições que levaremos seriamente em consideração. Mas temos um prazo: para que essas proposições, as mais diversas, possam ser consideradas para valer e possam ser válidas para as eleições municipais de outubro de 2014, teremos de realizar o esforço de votá-las, de apreciá-las e aprová-las, para que sejam sancionadas antes de 3 de outubro. Isso é algo que todos nós precisamos levar em conta. Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg, pelas proposições que aqui analisa.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela contribuição que traz a este pronunciamento.

Cumprimento todas as pessoas que nos honram com suas presenças, visitando o Senado, na tarde de hoje.

Esse é o nosso objetivo, Senador Suplicy. Importante é registrar que, na carta aberta enviada pelo Movimento Passe Livre à Presidenta Dilma Rousseff, eles se manifestam favoravelmente a essa proposta de emenda à Constituição da Deputada Luiza Erundina, para tornar o direito ao transporte público como um direito social do mesmo patamar de outros direitos já previstos na Constituição.

Mas a contribuição que procuramos dar a este debate, Senador Acir, é uma contribuição objetiva. Já fizemos aqui o levantamento de cinco projetos que podem contribuir com a agenda positiva do ponto de vista de uma agenda política imediata. Estamos levantando, juntamente com a consultoria da Liderança do PSB e com a consultoria da Casa, outros projetos de uma agenda social, como é o Plano Nacional da Educação, como é a destinação dos *royalties* do petróleo

para a educação, como é o projeto de desoneração do transporte coletivo, que está na Comissão de Assuntos Econômicos. Enfim, vamos estudar quais são os projetos que, efetivamente, dialogam com a manifestação das ruas.

É importante dar efetividade às ações do Poder Legislativo. Grande parte das queixas que percebemos nessas manifestações se refere à falta de atitude dos Poderes, à falta de efetividade das ações dos Poderes em transformar essas reivindicações da população em conquistas permanentes, em conquistas definitivas.

Portanto, são estes projetos que, inicialmente, propomos, Senador Acir: a instituição do voto aberto e o fim do voto secreto; a redução do número de assinaturas para projetos de iniciativa popular, que é de minha autoria; o projeto de lei do Senador Pedro Simon, que exige os mesmos critérios do ficha limpa para a ocupação de cargos e funções públicos; a instituição do voto facultativo; as propostas do Senador Suplicy e do Senador Valadares de possibilidade de voto revogatório, ou seja, do *recall* nas eleições parlamentares, além da discussão sobre a possibilidade de candidaturas avulsas, sem abrir mão...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ...do papel importante que os partidos políticos desempenham, mas ampliando os instrumentos da democracia, ampliando as possibilidades de participação, também com a possibilidade de participação de candidaturas avulsas.

São seis propostas que vou sugerir ao conjunto de Líderes e ao Presidente do Senado, para que possam fazer parte de uma pauta propositiva, de uma agenda positiva do Senado para as próximas semanas.

Era essa a contribuição que eu queria deixar, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem!

Passo a palavra agora ao Senador Ruben Figueiró, do PSDB do Mato Grosso do Sul.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, permitam-me, antes de adentrar o texto do meu discurso, do meu pronunciamento, ressaltar dois fatos que considero importantes. O primeiro ocorreu no meu Estado, Sr. Presidente.

Na última quinta-feira, reuniram-se em Campo Grande lideranças indígenas e lideranças de produtores rurais, sob a Presidência do Sr. Governador André Puccinelli, com a presença ilustre de dois Ministros de Estado, o Ministro Gilberto de Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Ministro Adams, da Advocacia-Geral da União. A reunião que lá se realizou foi consequência de várias tratativas de Deputados Federais e dos três Senadores desta Casa representantes do Mato Grosso do Sul: Delcídio do Amaral, Waldemir Moka e eu. Tivemos a oportunidade de insistir com as autoridades da República em que havia a necessidade de se promover o entendimento entre índios e não índios para resolver em definitivo a questão das demarcações de terra, evitando, assim, os conflitos que enlutaram a sociedade sul mato-grossense.

A reunião foi produtiva. Decidiu-se, afinal, que, dentro de 45 dias, ou seja, daquela data até o dia 5 de agosto, haveria uma proposta do Governo, com a plena concordância das duas partes – produtores rurais e silvícolas –, para resolver, em caráter definitivo, essa questão. É um marco importante para a confraternização em meu Estado de duas importantes figuras do processo produtivo do meu Estado.

O outro fato que eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a presença do Senado nos acontecimentos da última quinta-feira. Nós estávamos presentes ali, nem todos nós, mas alguns dos nossos valorosos companheiros, como o Senador Pedro Taques, o Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Pedro Simon.

Eu me recordo de que cheguei à minha residência, em Campo Grande, depois de ter participado da reunião a que aqui me referi há alguns instantes. Estavam os nossos Parlamentares no Senado, na quinta-feira, à noite, em uma sessão de vigília, demonstrando, de forma muito candente, a solidariedade que o Senado Federal prestava à população que estava nas ruas defendendo as nossas ideias. A população as defendia num volume tão grande, que eu diria que foi um *tsunami* de ideias sobre o que está provocando uma revolta muito grande na consciência de toda a sociedade brasileira.

Registro, portanto, Sr. Presidente, esses dois acontecimentos, cumprimentando, efusivamente, os Parlamentares, os Senadores que estiveram presentes naquela sessão de vigília na noite da última quinta-feira.

Sr. Presidente, permita-me, agora, fazer um pronunciamento sobre o que desejo registrar, nesta tarde, na sessão do Senado.

Não há como negar que estamos vivendo um dos acontecimentos históricos mais importantes do País. Deus está nos concedendo a graça de participar deste

momento fundamental de inflexão nos rumos de nossa Nação. Temos nas mãos a oportunidade de ajudar a criar as bases do Brasil do futuro, com o apoio inconteste das ruas, nas milhares de reivindicações que nos chegam e que podem ser condensadas numa agenda enxuta: não roubar e fazer mais. Repito, é uma agenda enxuta: não roubar e fazer mais.

Não há como negar: as manifestações populares que tomaram conta do Brasil nas duas últimas semanas causaram perplexidade geral, estão assombrando o mundo. E ainda permanecem sobre nossas cabeças como um enigma a ser decifrado.

Na verdade, Sr. Presidente, o Brasil real não mudou. Ainda somos o mesmo País, com os mesmos problemas, com os mesmos vícios, com os mesmos erros, Senador Ataídes, com as mesmas dúvidas. O que mudou foi a nossa percepção de Brasil. Pensávamos, até poucos dias atrás – opinião esta, inclusive, lastreada em pesquisas de opinião, nas declarações otimistas de investidores nacionais e estrangeiros, nos índices gerais da economia –, que estávamos vivendo senão o melhor dos mundos, pelo menos um mundo suportável.

Acredito que estávamos inebriados com a nossa capacidade de resistência em não vivenciar aqui a crise internacional que solapou as economias americana e europeia. Estávamos comemorando o Brasil macro e negligenciando o Brasil micro, aquele Brasil do cotidiano, das mazelas recorrentes, dos escândalos em escala crescente, dos mensalões e obras superfaturadas, do desinteresse pelos problemas reais do povo, ou seja, daquelas pautas realmente relevantes para que a vida seja melhor e mais feliz.

Como nas cavernas platônicas, o que estávamos vendo eram as sombras da realidade, aquilo que as nossas ilusões gostariam que fosse a verdade. Mas a realidade dura e concreta era outra, muito diferente.

O processo histórico é sutil. A classe política, os governos, os especialistas e a imprensa não conseguiram detectar o acumulo de insatisfação das ruas e a iminência de um curto-circuito. Bastou que a faísca do aumento das tarifas de ônibus desencadeasse inicialmente uma pequena onda de protestos ocorridos em várias capitais do País para que o gigante acordasse. Em grandes, médias e pequenas cidades, levantou-se com rapidez assombrosa uma imensa fogueira de demandas reprimidas há anos de norte a sul de nossa Nação, como um *tsunami* de ideias.

E, assim, com as manifestações inicialmente pacíficas e ordeiras vieram, infelizmente, as ações de vândalos e irresponsáveis que se aproveitam de momentos de crise para destruir o patrimônio público e privado, saquear lojas, agredir inocentes, transformando um evento cívico importante em espetáculo da celebração da barbárie.

Mesmo dessa forma, podemos dizer com certeza que 99% daqueles que foram para as ruas levantar suas bandeiras e reivindicações fizeram com sentimentos de paz e grandeza, vislumbrando a construção de um País melhor para todos. Tenho absoluta clareza de que passado esse primeiro momento de maior tensão, o Governo saberá identificar os vândalos e puni-los exemplarmente.

Srªs e Srs. Senadores, o momento é grave. A juventude brasileira está dando seu recado. Temos que fazer uma reflexão serena dos acontecimentos. Temos que analisar esse processo com humildade, fazendo mea-culpa, pontuando nossas ações pelo bom senso e pela autocrítica. Não podemos mais olhar de cima e ditar regras como se fôssemos os únicos detentores do saber.

Temos que ouvir e ponderar. Temos que colocar nossas experiências no rumo do enriquecimento deste processo, e não recusar o clamor das ruas dizendo que elas não sabem o que querem e nem têm objetivos claros.

É óbvio, Sr. Presidente, o que a Nação brasileira está pedindo: ela quer educação e saúde de qualidade, mais transparência, mais recato e sobriedade dos homens públicos, mais honradez, mais honestidade, menos desigualdade social, menos criminalidade nas ruas, ou seja, demandas naturais de toda e qualquer democracia que se pretende avançada deseja e sonha!

Nada mais verdadeiro, neste aspecto, Senador Ataídes Oliveira, do que o clamor das ruas: o povo quer um serviço público com padrão FIFA. Ou seja: melhor qualidade e eficiência efetiva nos gastos com obras de infraestrutura, menos propaganda enganosa, mais respeito aos direitos, maior ligação efetiva e afetiva das instituições para com as pessoas – isso é, noutras palavras, os contribuintes, aqueles que sustentam a máquina municipal, estadual e federal, querem ser tratados como gente. E isso, convenhamos, não é pedir muito.

Srªs e Srs. Senadores, vejo que a Presidenta Dilma está, como a maioria de nós, atônita. Ficou claro que ela não estava preparada nem informada devidamente para lidar com um evento dessa magnitude. Nesses momentos, ela devia buscar inspiração numa frase do nosso saudoso Presidente Eurico Gaspar Dutra, conterrâneo ilustre do Senador Pedro Taques, e perguntar, entre aspas: “Neste caso, o que diz o livrinho?”.

Infelizmente, a Presidente não o fez. Preferiu ouvir duas pessoas da sua amizade pessoal, o ex-Presidente e o seu marqueteiro. Deu no que deu. Se atendesse as lições de um grande antepassado o Presidente Eurico

Gaspar Dutra procuraria "o livrinho" – ou seja, a nossa Constituição – e lá encontraria o caminho.

A Presidente Dilma poderia buscar na Seção V, no Capítulo Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional a fonte para tomar suas decisões emergenciais. Lá está escrito no art. 89 que: O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam 14 personalidades: o Vice-Presidente da República; os Presidentes da Câmara e do Senado; os líderes da maioria e da minoria do Senado e da Câmara; o Ministro da Justiça; e seis cidadãos prestantes à Nação. E o art. 90 diz que compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio; e sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, como é o caso que vivemos hoje.

Mas, Senhor Presidente, creio que chegou o momento de nossa Presidente ouvir, ouvir e ouvir. Ele precisa concluir que não é autossuficiente. Depois disso, tomar decisões, agir, tirando do horizonte a questão eleitoral. Não é hora de ficar ouvindo marqueteiro. Não é hora de pensar em popularidade. Não é o momento de partidarizar questões sabidamente de fundo institucional. Em crises como esta que se revela o estadista.

Pergunto, portanto, Srs. Senadores, não seria, pois, esse o momento de grande oportunidade para a Senhora Presidente assumir a condição de estadista e abrir a janela que mostraria o seu desejo de reencontrar, num halo de esperança, o clamor que vem das ruas?

O clamor decantado por Castro Alves de que "a praça é do povo, como o céu é do condor". Venha às nossas praças, Senhora Presidente. Tome decisões que podem ser desagradáveis àqueles que querem o gozo do poder, diminuindo o número de Ministérios, pelo menos para 20; dê transparência aos gastos da Presidência da República, todos e todos, como passo inicial à sua caminhada para as praças do povo e verá, aí então, a renovação, confiança que das praças lhe fugiu.

Sabemos que lidar com a realidade é difícil e complicado. Mas o momento exige desprendimento, prudência e cautela. Mais ainda, Srs. Senadores: grandeza de espírito moral, discernimento e separação clara dos interesses públicos dos privados.

Aqui a oportunidade de se pensar seriamente em uma reforma estruturante de nossas instituições por meio da convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva em que nós Parlamentares dela não participaríamos, dando à Nação a demonstração de nosso espírito público, desambição e desejo de que o texto encontrasse os mais ardorosos anseios do povo. Esta Assembléia seria eleita e integrada por cidadãos que fariam apenas a elaboração do novo texto constitucional.

Por fim, Srªs e Srs. Senadores, o Legislativo e os partidos políticos devem mergulhar na elaboração de propostas concretas que promovam uma ampla reforma das nossas instituições.

Temos que começar pela reforma política, tão mencionada aqui nesta sessão, Sr. Presidente, passando pela reestruturação dos conceitos de gestão pública, buscando tomar medidas que possam garantir a estabilidade econômica, impedindo o descontrole da inflação, redefinindo com clareza as funções dos Poderes, impedindo a fragilização da política fiscal, enfim, temos que estabelecer um novo pacto político-econômico-social com a Nação e lançando, dessa maneira, as bases para a construção de um novo País.

Os partidos devem priorizar o diálogo com a juventude. A democracia corre sério risco com a crescente despolitização que estamos vendo nas ruas. O repúdio dos jovens aos partidos revela sinais perigosos, trazendo à nossa memória o advento do fascismo e do nazismo. Temos que alertar a sociedade brasileira o quão perigosa pode ser essa aventura caso não sejam esclarecidos pontos fundamentais da importância do Estado democrático de direito.

Para finalizar, Sr. Presidente, a sociedade está a nos dar lições valiosas neste momento. Temos que apreendê-las e dar-lhes corpo, alma e sentido. Toda a crise gera oportunidade. Não devemos sequer imaginar que essas manifestações sejam um clamor de desespero e sim um verdadeiro grito de esperança.

Sr. Presidente, eu queria dar o último toque às minhas palavras e dizer que nesta Casa, no Senado da República, pelos meses que aqui estou – vou completar agora seis meses do meu período de mandato –, nesses seis meses, encontrei um ambiente de trabalho, de responsabilidade, de senso público, de brasilidade. Nós estamos aqui cumprindo o nosso dever.

Qual é o argumento, qual é o instrumento de guerra que nós temos? É a nossa palavra, e isso temos feito. E não só isso, não só a nossa palavra, é a nossa caneta, a nossa imaginação, a nossa ideia. Quantos projetos foram apresentados aqui, sobretudo Propostas de Emenda à Constituição, que visavam e visam modernizar a Carta Magna de 1988?

Há poucos momentos falou desta tribuna o Senador Rodrigo Rollemberg. Mencionou que pelo menos cinco propostas de alta relevância para a estruturação da nossa Carta Magna estão aqui ainda dormitando. Mas não por nossa responsabilidade.

Eu até diria, Sr. Presidente, que seria de todo conveniente que a tramitação das Propostas de Emenda à Constituição tivesse um rito obrigatório no tempo. Tal-

vez 90 dias no Senado; talvez 90 dias na Câmara, para apreciá-las, para demonstrar que as nossas propostas não podem ficar submetidas ao princípio da gaveta. Elas têm que vir a público, têm que ser debatidas, e nós temos que nos pronunciar sobre elas.

Então fica aqui, Sr. Presidente, a minha manifestação nesta tarde, com profundo respeito aos oradores que usaram da palavra, inclusive àqueles que disseram que nós não estamos cumprindo o nosso dever. Estamos sim. Estamos, dentro das nossas possibilidades, dentro das nossas prerrogativas, nós estamos – e bem! – cumprindo o nosso dever.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Cumprimento o Senador Ruben Figueiró pelo seu pronunciamento.

Alternando um orador inscrito, uma comunicação inadiável e um líder, passo a palavra agora ao Senador Romero Jucá, para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro que, apesar de breve, considero importante.

Quero primeiro registrar que a movimentação dos últimos dias no nosso País demonstra a maturidade política do povo brasileiro. Nós somos favoráveis a todo tipo de manifestação pacífica, independentemente de concordarmos ou eventualmente discordarmos. Nas próprias manifestações nós vemos questões que são discordantes entre si, grupos defendendo questões diferentes, mas numa ampla democracia. Eu acho que os abusos devem ser coibidos, mas realmente o País dá um passo além no sentido de discutir maduramente uma pauta que deve ser levada em conta pelos governos estaduais, municipais e federal e também pelo Congresso Nacional. Então, essa pauta realmente tem de ser discutida e tem de ser avaliada e votada de acordo com a responsabilidade de cada item.

Acho que não temos de votar nada de afogadilho, mas também não temos de deixar de discutir e votar qualquer matéria, por mais delicada que seja. Então, cada assunto dará o seu ritmo e fará com que a imprensa e a sociedade possam acompanhar.

Um dos pontos que está sendo discutido, Sr. Presidente, é exatamente a reforma política, que, no meu terceiro mandato de Senador, já vi ser discutida aqui, Senador Pedro Taques, diversas vezes. Nós já aprovamos aqui diversos projetos, encaminhamos para a Câmara, discutimos, e, na verdade, a reforma política termina não saindo da forma como a sociedade espera, e os mecanismos da democracia não se aperfeiçoando efetivamente.

E um dos pontos de que quero tratar, na questão da reforma política, é exatamente a minha Proposta de Emenda à Constituição nº 71, Senador Acir Gurgacz, que prevê a coincidência de mandatos para a eleição estadual, municipal e federal.

Nessa minha PEC, proponho que, na eleição de 2016, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores tenham seis anos de mandato, para que, em 2022, haja a coincidência de eleições – efetivamente, aí sim, uma eleição única para o País.

Por que proponho isso, e o que isso tem a ver com a movimentação das ruas, que está ocorrendo? Ora, uma das cobranças grandes que está ocorrendo – e com razão – é a melhoria dos serviços públicos, é a implementação de políticas públicas coerentes, que atendam melhor à população. Essa implantação da política pública depende do Executivo, mas também do Legislativo, da questão política, porque são os projetos de lei, são as discussões político-partidárias que efetivamente aprovam as políticas públicas que são implementadas.

E o que há hoje, no País? Hoje, no País, os partidos, os políticos, os governantes trabalham, permanentemente, com um olho na política pública e outro olho na eleição, porque, ano sim, ano não, há eleição no Brasil – quando não é eleição municipal, é eleição estadual e federal. Ora, se há eleição ano sim, ano não, no ano anterior ao dessa eleição, os governantes e candidatos estão pensando como vão disputar a eleição, ou seja, a classe política, os partidos políticos, os governos estão permanentemente pensando também no processo eleitoral, e, muitas vezes, essa visão do processo eleitoral embota a ação da política pública, ou enfoca diferentemente, às vezes, essa questão.

O que é que eu pretendo com a minha emenda constitucional, com a minha PEC? Eu pretendo que essa discussão de eleição se dê de quatro em quatro anos. Portanto, nós vamos ter três anos sem eleição, dando margem a que realmente os governantes, os partidos, os políticos possam se concentrar nas políticas públicas, para que essas políticas públicas possam ser avaliadas e implementadas e possam ser fruto dessa avaliação político-eleitoral no momento da eleição. Dizer que a eleição coincidente faria com que o pleito fosse somente nacional não é verdade, porque cada candidato a Presidente da República teria que ter, em cada Estado, em cada Município, uma candidatura que o apoiasse apresentando políticas públicas que tivessem enfoque nacional, estadual e municipal, porque teria que haver efetivamente a relação do eleitor com a eleição municipal, com a eleição estadual e com a eleição nacional, e isso melhoraria, não tenho dúvida também, a qualidade dos candidatos, porque cada

partido colocaria na eleição, para puxar voto para o governador, para o Presidente da República e para o prefeito, os seus melhores candidatos, porque haveria aí uma simbiose, haveria aí uma convergência de propostas que seriam analisadas.

Então, eu gostaria de fazer este registro.

Quero dizer que conversei com o Relator dessa minha emenda constitucional, o Senador Luiz Henrique, que é um político experiente, um político preparado, um político que já presidiu o PMDB, um político que tem uma visão estratégica importante.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E pedir que seja pautada rapidamente, já que a discussão é para que a gente discuta reforma política. Que seja pautada essa emenda constitucional, para que, aqui, no Senado também, a gente discuta um tema que considero extremamente importante, e que as ruas também consideram extremamente importante.

Nós precisamos mudar a política, nós precisamos reformar o processo político, e um tema como esse deve ser discutido nesse momento.

Nós vimos na pesquisa que foi feita pelo Fantástico, pelo Ibope, sobre os manifestantes, que a grande maioria dos manifestantes não se vê representada por nenhum partido político, não se vê representada por nenhum político, não tem representação partidária, mas está querendo participar. Então, acho que esse é um caminho importante.

O País amadurece, e é importante que essas movimentações tenham consequência. Essas consequências serão efetivadas aqui, no Congresso, no Governo Federal, no Governo Municipal, no Governo Estadual, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, nos partidos políticos e também nas organizações sociais.

(Soa a campainha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Essa movimentação e a ação política são feitas por todos. Alguém já disse: “A movimentação que está sendo feita no País é contra a política.” Não é contra a política. O que os manifestantes estão fazendo no Brasil é política, é manifestação da vontade popular, é manifestação de protesto, são questões que estão sendo levantadas. Tudo isso, em tese, é a grande política. O que nós temos que fazer é ver como convergir essa política para que as instituições possam sair fortalecidas desse processo, e não enfraquecidas.

Era este o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir a transcrição da minha Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2012.

Muito obrigado.

(Soa a campainha.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2012

Estende para seis anos o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2016, para estabelecer a coincidência geral das eleições.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores a serem eleitos em 2016 será de seis anos.

§ único: As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, a partir de 2022, ocorrerão concomitantemente às eleições para Presidente da República, Governadores, Vice-Governadores de Estado, Senadores da República, Deputados Federais e Deputados Estaduais, para mandato de quatro anos.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil são realizadas eleições a cada dois anos, alternando eleições municipais, para seleção dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, com eleições gerais, que escolhem Deputados Estaduais, Distritais e Federais, Governadores e Senadores, além do Presidente da República e seu Vice-Presidente. O objetivo da presente Proposta de

Emenda à Constituição é fazer coincidir esses dois momentos eleitorais numa única eleição geral, realizada a cada quatro anos. Para tanto, amplia o mandato de Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores a serem eleitos em 2016 para seis anos, a fim de que no ano de 2022 seja realizada a primeira eleição geral do País.

O calendário atual apresenta dois inconvenientes. O primeiro, é o custo adicional que o registro da vontade do eleitor em dois tempos implica. É claro que a concentração das eleições num único momento importaria na economia significativa de recursos públicos.

O segundo é a complexificação desnecessária, do cenário político do País, em detrimento da transparência da atividade política e da informação dos eleitores. Hoje a relação entre mandatários federais, estaduais e municipais altera-se a cada dois anos, ou seja, a cada novo resultado eleitoral. Alinhamentos, acordos, pactos de governabilidade precisam, por conseguinte, ser reconstruídos a cada biênio. O quadro da política é mutante, com maior instabilidade e incerteza. Em contraste, emergiria da eleição geral única um quadro político estável por todo o quadriênio seguinte. Todos os atores teriam clareza a respeito de suas tarefas, dos meios disponíveis e das alianças formadas na situação e na oposição, na União, nos Estados e nos Municípios. Os eleitores, por sua vez, teriam acesso a um quadro mais claro da realidade política, com condições de melhor formar melhor juízo a respeito da continuidade ou da substituição de seus representantes.

Essas as razões por que pedimos a nossos ilustres pares apoio para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**

Senador	Assinatura
1 EDUARDO LOPES	
2	
3	
4	
5	
6	
7 CRISTOVAM BUARQUE	
8 ALVARO DIAS	
9 JOSÉ PIMENTEL	
10 JOÃO CAMPOS	
11	
12	
13	
14	
15 LINDBERGH FARIAS	
16 JOSÉ ADRIANO	
17 ALOYSIO NUNES	
18 FLEXA RIBEIRO	
19 MARCELO ANTONIO COSTA	
20 WILSON PEDROSO	
21	
22	
23 PAULO BAUER	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

CAPÍTULO IV
Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

~~II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devem suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;~~

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO II
DO PODER EXECUTIVO
Seção I
DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

~~Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente.~~

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º - A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º - Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição,

observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a [illegible] independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder- lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os carços será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

~~Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subseqüente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.~~

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro dom[illegible] anterior ao término do mandato dos que devem suceder, aplicadas as regras do art. [illegible] no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subseqüente ao da eleição;

~~IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:~~

~~a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;~~

~~b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;~~

~~c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinqüenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;~~

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes;

e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes;

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes;

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes;

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes;

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes;

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes;

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes;

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes;

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes;

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes;

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes;

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes;

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes;

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes;

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes;

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Passo a palavra, agora, ao Senador Paulo Paim, pela inscrição, em permuta com a Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou permutar com o meu amigo Ataídes, que me fez um apelo emocionado. Não tem como o meu coração resistir. Permutei com ele, então.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª está atendido.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins.

V. Exª tem a palavra por 20 minutos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero agradecer ao Senador Paim por ter aceitado o pedido de permuta que fiz a ele, porque daqui a pouco tenho um compromisso com o Relator da nossa LDO de 2014.

Muito obrigado, Senador Paim, pela sua compreensão.

Sr. Presidente, antes de começar a minha fala, eu queria fazer um ligeiro comentário.

Eu lamento, lamento e lamento profundamente ver as nossas crianças, os nossos jovens, senhoras e senhores, deixarem os seus lares para ir às ruas correr riscos para defender os seus direitos. Eu percebo que todo mundo está dizendo que é lindo o povo ir às ruas para reivindicar seus direitos. Não. Eu não vejo como uma beleza. É uma pena que eles estão sendo obrigados a ir às ruas para buscar os seus direitos.

Eu queria deixar este registro, Sr. Presidente.

Pois bem, agora, eu pergunto à nossa Presidente. À nossa, não. À Presidente do nosso País, à Presidente Dilma: Vossa Excelência acha que o povo, acha que o seu discurso satisfez o clamor do povo nas ruas? Não, Presidente. Vai continuar dizendo que o nosso País está em céu de brigadeiro?

Nós temos dito aqui, sempre, que a situação econômica e financeira deste País está muito mal. E, agora, sim; agora o povo foi às ruas e mostrou o porquê de este País não estar bem.

Aqui, Sr. Presidente, eu assinalei: como podemos achar que o nosso País vai bem? Não temos segurança. A nossa saúde está na UTI. Estamos aí falando em importar médicos. Caramba! Com tantos médicos que nós temos no País, por que não fazemos um concurso, não valorizamos mais a nossa classe médica?

A nossa educação é uma calamidade pública. Isso é sabido por todos nós. Há falta de transparência na gestão pública. Isso é uma questão falada no dia a dia. Há impunidade, que é a mãe da corrupção. Em sequência, a corrupção em nosso País campeia nos quatro cantos. Há falta de investimento em infraestrutura. O transporte urbano é deficiente e caro. Total deficiência em logística. Incompetência dos nossos gestores, com algumas exceções. Crescimento insignificante. Um País autossustentável em quase tudo, Presidente, e nós somos, em termos de crescimento, praticamente o menor da nossa América. Só conseguimos ganhar do Paraguai, porque lá não se produz absolutamente nada.

Dívida interna. Em 2002, a dívida interna da União era de R$641 bilhões. Hoje, ultrapassou a casa dos R$2 trilhões – isso em dez anos! O Presidente Lula fez uma verdadeira farra com o dinheiro público. Saiu de R$641 bilhões para mais de R$2 trilhões. E o povo, às vezes, nem sabe disso.

Por que esse dinheiro não foi, então, para atender às necessidades de logística, de infraestrutura, para a saúde, para a segurança, para o transporte urbano? Para onde é que foram esses R$2 trilhões? Ou seja, essa diferença de R$1,5 trilhão. Para onde é que foi esse dinheiro?

Folha de pagamento. Em 2002, a folha de pagamento da União era de R$64 bilhões. Dez anos depois, é de R$215 bilhões a folha de pagamento. Hoje. Algo está errado nisso aí! Em dez anos, quadruplicou o número de funcionários? Há quase 30 mil comissionados neste País?

Fazendo uma comparação com os Estados Unidos, que teve um PIB de US$15 trilhões ou de US$16 trilhões este ano, Sr. Presidente, não há cinco mil cargos de confiança naquele país. Nós temos 30 mil cargos de confiança, quase 30 mil, e uma folha de pagamento de R$215 bilhões?!

Uma empresa que sair de uma folha de pagamento de 64 para 215, se não tiver um bom faturamento, ela quebra no mês seguinte. Mas o Brasil não quebra, porque este País é magnífico.

Mas esses números o povo precisa conhecer. Eu fiz questão de trazer só estes dois números: os da dívida interna e os da folha de pagamento. Alguém vai ter que pagar isto, esses R$2 trilhões. Vai ter que pagar. Isso é dinheiro extraído do FGTS, de poupança e de outros mais.

Para mim, foi criado, recentemente, o 40º ministério neste País. É um ministério virtual, ao qual dei o nome de MVEP. MVEP é o Ministério Virtual de Estratégia Política, que tem como Ministro ou 1º Ministro o marqueteiro, o tão competente marqueteiro João Santana. Ele está dando as cartas, e isso é um risco iminente para este País, tão iminente que mais de cinco milhões de pessoas já foram às ruas.

Eu aproveito para pedir aqui agora, Senhora Presidente: deixa a campanha e a eleição para 2014.

Vossa Excelência tem uma aceitação hoje extraordinária. Vamos trabalhar! Vamos resolver os problemas do Brasil! Vamos demitir por enquanto esse marqueteiro. No ano que vem a gente contrata ele!

As sonhadas reformas! Eu estou político há oito meses, mas há anos eu escuto falar em reformas, reformas, reformas e reformas, mas essas reformas não acontecem. O meu antecessor, que acabara de falar desta tribuna, o nobre Senador Jucá, falou sobre o problema da reforma política, inclusive sobre uma PEC de autoria dele. Ele disse que de dois em dois anos há campanha, há eleição neste País. Eu resumo essa história com mais facilidade: o político brasileiro está sempre em campanha política. Em 2010, para governador. O governador acabou de ganhar e já começou a fazer campanha para eleger prefeitos dois anos depois. Elegeu os prefeitos, aí, então, começa a montar uma estratégia para campanha de governador dois anos depois. Ou seja, os nossos políticos não têm condições de trabalhar. Eles têm que fazer campanha dia e noite. Isso está errado! E não tem que ter PEC, salvo o melhor juízo.

A reforma política está aí. É só tirá-la da gaveta. Nossos companheiros, nossos pares, por que não? Por que não tirar essa reforma política da gaveta e não votar essa reforma política?

Por que, então, não colocar essas eleições de cinco em cinco anos, concomitantemente, para vereadores, prefeitos, governadores, Senadores e Presidência da República? Cinco ou seis anos? Eu tenho a mais absoluta certeza de que este País iria ganhar muito, que o povo brasileiro iria ganhar muito.

Reforma tributária. Não dá! O empresário lá de fora não vem investir no Brasil. Falta qualificação da mão de obra. A carga tributária é uma das maiores do mundo.

Reforma previdenciária. Não dá! Essa reforma previdenciária deveria ter acontecido há muitos anos. Está aí a se falar da reforma previdenciária. Não pode!

Desse jeito, o País não anda, não caminha, está travado. Não há empresas que queiram investir em nosso País. E os nossos empresários estão, há longa data, já amargando prejuízos. Isso é muito preocupante. Se essas reformas não acontecerem, o desemprego está à vista, e isso muito me preocupa.

Reforma do Poder Judiciário. Nós também temos que fazer as reformas do Poder Judiciário.

E, voltando à reforma política, eu percebo que não há interesse deste Congresso. Em 2011, estive nesta Casa por quatro meses. Nesse período, foi discutida a reforma política, mas, dias depois, ela foi engavetada e nunca mais se falou dela.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: Presidente Dilma, Vossa Excelência não deve se sentir a única culpada por essa catástrofe que o nosso País está vivendo. Não. A culpa do que está acontecendo hoje, no nosso País, não é de inteira responsabilidade da Presidente Dilma. Este Congresso também é culpado – viu, Sr. Presidente? –, porque aqui, com exceção de uma minoria, todos os atos são abonados, carimbados e devolvidos a Vossa Excelência, à Presidência da República.

Vejam só: as reformas que são de inteira responsabilidade e incumbência deste Parlamento, há anos, estão engavetadas. Esta Casa não atende aos anseios da sociedade.

Prova disso é que quando se faz uma pesquisa para ver a aceitação do Congresso Nacional, é uma dos piores do País. Isto é lamentável. Este Parlamento hoje tão rico em sabedoria, com tantos governadores, ex-governadores, ex-Presidentes da República, políticos extremamente capacitados e competentes, mas a coisa aqui não anda, a coisa não funciona. Esta Casa não é proativa e o povo brasileiro sabe disso.

O Poder Judiciário também é corresponsável com tudo o que está acontecendo neste País. Claro que sim! Porque a impunidade é a razão maior de todas as mazelas cometidas pelos gestores, uma vez que eles não temem a lei. É sabido que há muitos, inúmeros magistrados honestos, competentes, comprometidos em cumprir as leis, mas a ex-Corregedora-Geral de Justiça, Drª Eliana Calmon, disse: "Existem bandidos de toga". Ela disse. Então, nosso Poder Judiciário também é culpado com o que está acontecendo hoje em nosso País. Não é só a Presidência da República não. Não é só a União não. É o Congresso Nacional e é o Poder Judiciário.

Tem mais uma coisa interessante que tenho observado ultimamente. Eu percebo que a corrupção tem passado obrigatoriamente pelos nossos Tribunais de Contas. Isso me preocupa muito. Temos que criar um conselho nacional para fiscalizar e acompanhar os nossos Tribunais de Contas.

O povo brasileiro quer é respeito, dignidade, transparência, honestidade, competência e que o Governo cumpra suas atribuições. Nos últimos dias, mais de cinco milhões de pessoas de todas as idades tomaram as ruas do nosso País para protestar e externar sua indignação com o descaso do Governo para com a sociedade. O sentimento do povo é de revolta e indignação.

As causas que estão levando o povo às ruas são inúmeras e não somente o preço das passagens de ônibus.

Corrupção. Eu tenho dito: essa coisa maldita e malvada, neste País, é sistêmica. E ratifico: é maldita e malvada, porque desvia o dinheiro público da saúde, da educação, da segurança e de outros investimentos tão necessários ao desenvolvimento do País e ao bem-estar de toda a nossa sociedade.

Vejam que absurdo: segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), no Brasil são desviados aproximadamente R$200 bilhões de dinheiro público a cada ano, fruto da corrupção e da má gestão pública – R$200 bilhões!

A nossa saúde, Presidente, a nossa segurança e a nossa educação... Com R$60 bilhões se resolveria toda essa situação. Duzentos bilhões é o número da corrupção e da má gestão. E o pai e a mãe dessa corrupção têm nome: é a falta de transparência no uso do dinheiro público e a impunidade, como eu já disse. Enquanto não houver transparência, enquanto houver impunidade, haverá corrupção.

Educação. Falta investimento na educação. Há muito tempo observamos o descaso e o desrespeito com o ensino brasileiro, mesmo quando se sabe que a educação é a base de uma nação. Os noticiários trazem, quase todos os dias, inúmeros problemas, como a falta de escolas de qualidade e de tempo integral, a falta de valorização dos professores, classe esquecida pelas autoridades.

E nós sabemos que a vida começa na mão de um professor. A criancinha, depois que dá seus primeiros passos, começa a pronunciar as primeiras letrinhas na escola, e esse professor não é valorizado, infelizmente, em nosso País.

E isso aconteceu com o médico. Eu morria de medo, Sr. Presidente, que um dos meus filhos optasse por fazer o curso de Medicina, porque eu sabia que eles não seriam valorizados.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Agora veja o que aconteceu em nosso País. Onde estão nossos médicos? Nunca foram valorizados, ninguém quis fazer mais Medicina. E agora? Vamos importar médicos cubanos e trazer para cá. Que tolice! Que irresponsabilidade! Mesmo sabendo o quanto o médico é importante à nossa sociedade.

Falta de investimentos na saúde. É incompreensível o caos instalado na saúde pública do País. A falta de médicos, a falta de estrutura, a superlotação dos postos de saúde e hospitais públicos são problemas que necessitam ser revistos urgentemente pelo Governo.

Segurança pública. A sociedade brasileira sofre com a falta de segurança – o cidadão sai de casa, mas não sabe se vai voltar –, com o aumento da criminalidade e com o domínio das drogas. O Governo precisa fortalecer políticas de combate à violência.

Eu não estava vendo, Sr. Presidente, outra forma de mudança nos rumos deste País se não fosse através de uma mobilização e de uma forte manifestação do povo brasileiro, pacificamente, é claro. E isso aconteceu.

Tenho certeza que, doravante, nossos governantes, nossos gestores e a classe política, em que me incluo, terão de rever...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... a sua forma de atuação.

Sr. Presidente, diante de todo o exposto e pelo clamor dessa multidão que foi às ruas de todo o País, o Governo Federal terá obrigatoriamente que tomar decisões urgentes para reparar todas essas deficiências e atender às reivindicações do povo brasileiro.

Chegou a hora de os políticos brasileiros – nós – reverem a sua forma de fazer política, esquecendo os seus interesses próprios em prol dos interesses da sociedade brasileira.

E acredito que, se as decisões necessárias não forem adotadas e colocadas em prática imediatamente, o rumo dessas manifestações poderá...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... ser o *impeachment* da Presidente Dilma. *(Fora do microfone.)* Porque esse jovem que saiu às ruas, manifestou, mostrou que não está descontente com R$0,20, não. Está descontente com a saúde, com a segurança, com a falta de investimento, com a roubalheira, com a corrupção. Se ele não tiver a resposta, ele não vai ficar calado, não.

Eu ouvi alguns políticos até dizendo que essa manifestação, logo, logo, vai se acalmando e vai deixar de existir. Não sei. Na minha leitura, eu não sei se é isso que vai acontecer.

O que eu espero é que os nossos gestores, é que a classe política reveja seus valores e tome as providências cabíveis urgentemente.

E, para finalizar, Sr. Presidente…

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – … há essa história da PEC nº 37 em um país (*Fora do microfone*.) que está cheio de ladrões. A corrupção campeia os quatro cantos deste País. Onde há coisa pública, há ladrão – eu nunca vi coisa igual –, há corrupto e corruptores. Não se tira poderes de autoridades. Dê poderes a autoridades.

Essa PEC nº 37 é uma pouca vergonha. É fruto político. No meu entendimento, isso é fruto político. Isso é cria de político. E ela não pode ser aprovada.

Mas fico contente porque o povo, Presidente, se manifestou a respeito da PEC nº 37…

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – … de uma forma muito contundente, graças a Deus e ao bem de todo o povo brasileiro.

E esse voto, pelo que eu sei, é aberto. E quero ver que político tem a coragem de dizer: "Eu sou a favor da PEC nº 37". Eu quero ver. Porque esse político que falar que é a favor da PEC nº 37 pode mudar de profissão. Ele pode mudar de profissão, pelo que eu vi nas ruas. Então, essa PEC nº 37 é uma vergonha. Ela não deveria nem ser colocada em votação, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Ataídes.

Falará, pela Liderança do PDT, o Senador Acir Gurgacz. Logo depois, o Senador Paulo Paim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última sexta-feira, realizamos uma audiência pública da Comissão de Agricultura no Município de Espigão do Oeste, em Rondônia, onde discutimos a federalização da estrada Pacarana, que liga o Município de Espigão do Oeste, em Rondônia, ao Município de Aripuanã, no Mato Grosso, possibilitando a conexão da BR-364 e também da BR-174.

Com a federalização desta estrada, a nossa intenção é potencializar a sua utilização para o escoamento da produção agrícola, principalmente da soja, do milho, do café, do leite, entre outros produtos da região, tanto da região de Rondônia quanto, principalmente, da região do Mato Grosso, na Região Noroeste do Estado, o que hoje ocorre de forma precária devido às péssimas condições das estradas – são estradas vicinais e estradas de terra, geralmente esburacadas no verão e totalmente com atoleiros na época do inverno, na época das chuvas na Região Amazônica –, trazendo assim muitos prejuízos para os nossos agricultores. Volto a dizer: tanto a agricultores do Estado de Rondônia, como também agricultores do Estado do Mato Grosso.

Com a federalização, 15 Municípios e aproximadamente 400 mil pessoas serão beneficiadas diretamente; pessoas que moram nos dois Estados da Região Amazônica, dentre eles Espigão do Oeste, Cacoal, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Ji-Paraná, Machadinho d'Oeste, isto no Estado de Rondônia; e Aripuanã, Rondolândia, Colniza e Juruena, no Mato Grosso.

Levamos lá, Senador Pedro Taques, que preside esta sessão, a sua mensagem de que é a favor e nos apoia na federalização desta rodovia. Da mesma forma, levamos a mensagem também do Senador Blairo Maggi, do Senador Jayme Campos, todos estão unidos para fazer com que essa ligação do Noroeste de Rondônia com o Mato Grosso possa ser uma rodovia federalizada.

Na audiência, chegamos num entendimento com o DNIT, com os Governos dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, com Prefeitos da região, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, para que a proposta de federalização seja apresentada e aprovada no Congresso Nacional.

Após a aprovação do projeto pelo Congresso, o DNIT fará o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da rodovia, determinando o traçado e o projeto de engenharia. Este é um processo que pode demorar um pouco, mas estamos trabalhando para que tudo ocorra de forma muito rápida.

O mais importante é que lançamos a semente da federalização da Estrada do Pacarana em solo fértil e, com certeza, ela terá uma boa irrigação de todos os agricultores e moradores da região, assim como esperamos que tenham o adubo forte dos governos dos Estados de Rondônia e do Mato Groso; e do Governo Federal, para que em breve possamos comemorar mais essa boa colheita para a infraestrutura dessa região essencialmente agrícola.

Eu tenho insistido na melhoria das estradas rurais justamente porque existe uma defasagem muito grande de investimentos na infraestrutura para escoamento da produção em todo o País. As estradas vicinais ou as linhas rurais que conectam o agricultor, o nosso produtor, a um centro de abastecimento ou a uma BR, geralmente são estradas de terra e cheia de buracos.

Já estamos trabalhando junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no sentido de melhorar a situação das estradas vicinais, inicialmente com a destinação de retroescavadeiras, motoniveladoras e caminhões caçambas, para que as prefeituras possam trabalhar mais no sentido da manutenção dessas estradas.

Além das máquinas, entendo que deveria haver um convênio com as prefeituras para que elas pudessem contratar e manter um técnico para acompanhar a utilização destes equipamentos. Um técnico que orientasse a abertura ou adequação das estradas, a abertura de tanques para criação de peixes, de canais para irrigação e outros serviços ao agricultor.

Além disso, estamos discutindo uma parceria com o Governo Federal, inclusive, para a implantação, através do MDA, de um convênio com os Estados e Municípios, para a criação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais, que, com baixo custo, essas estradas rurais possam receber uma camada asfáltica.

Esses seriam os caminhos para o agricultor continuar produzindo no campo, comercializando os alimentos na cidade, tendo mais renda e melhores condições de vida.

Na sexta-feira, também participei da inauguração de uma agroindústria para produção de iogurte e derivados...

... de leite em Espigão do Oeste (*fora do microfone.*).

Um empreendimento que, além de gerar emprego e renda para os agricultores e os moradores da região, se reveste de grande importância na medida em que representa o crescimento da indústria para o processamento e transformação de nossos produtos primários. O aumento da produção e da produtividade na agricultura é fundamental, pois, mais do que isso, é importante que os agricultores possam agregar valor aos seus produtos através da indústria.

Estamos trabalhando, juntamente com o governador Confúcio Moura, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, e o apoio do MDA, para promover essa transformação na agricultura rondoniense, com apoio à instalação de agroindústrias e empreendimentos agrícolas em todo o nosso Estado. A meta é criar uma rede forte de agroindústrias com base familiar para beneficiar o leite, o café, o cacau, o pescado e os frutos da Floresta Amazônica, bem como todos os produtos da agricultura familiar.

Outro tema que eu trago nesta tarde, Sr. Presidente, é a questão das travessias urbanas de Porto Velho.

Essa é uma obra que começou a ser projetada em 2007, no segundo mandato do ex-prefeito Roberto Sobrinho, um ano antes do início das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira. As obras se iniciaram em julho de 2009 e até hoje não foram concluídas, estando os viadutos inacabados, e a situação das vias projetadas são motivo de vergonha para a Administração Pública da nossa capital e para todos os rondonienses.

Os moradores de Porto Velho já não suportam mais os engarrafamentos, o pó e a lama nas vias inacabadas e clamam por uma solução urgente para esse problema que são os viadutos inacabados.

No inicio desta tarde, estivemos com o Prefeito Mauro Nazif e o General Fraxe, Diretor- Geral do DNIT, para encontrarmos uma solução, uma saída rápida para esse problema. E ficou pontuado que a prefeitura vai continuar o processo licitatório, vai continuar a executar essa obra. O que falta hoje é um levantamento daquilo que foi feito, daquilo que falta fazer, para que o DNIT possa criar o processo licitatório, enviá-lo para a prefeitura e a Prefeitura de Porto Velho executar, em forma de RDC, a licitação para terminar, por definitivo, essa novela que são os viadutos e as travessias urbanas da nossa capital de Porto Velho.

Portanto, ficou marcada para segunda-feira próxima a ida dos técnicos do DNIT a Porto Velho, para levarem em mão o projeto, aquilo que falta para acabar as travessias urbanas; reunirem-se com os técnicos da prefeitura e darem inicio ao processo licitatório em definitivo para concluir essa obra o mais rápido possível, com a mesma qualidade, com a mesma precisão com que foram feitas as travessias urbanas e o viaduto de Ji-Paraná. E eu vou acompanhar de perto, *pari passu*, todos os desdobramentos desse processo, assim como nós fizemos com a restauração da BR-364 e com as vias de Ji-Paraná e o viaduto do nosso Município.

Também recebemos a informação do General Fraxe de que foi resolvida a licitação da BR-425, em definitivo. A empresa que ficou como segunda colocada negociou com o DNIT e aceitou reduzir também o seu preço. E o DNIT, portanto, vai homologar a licitação, vai fazer o contrato e vai dar a ordem de serviço. Essa era uma outra obra importantíssima que está parada por conta de uma licitação malfeita no passado, de uma empresa que começou a obra, paralisou a obra, entregou-a da maneira que está.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ... que nos acompanham pela TV Senado, essa novela da BR-425 realmente, definitivamente, chegou ao fim. O DNIT achou uma solução, vai homologar a licitação da empresa que ficou como segunda colocada e vai dar a ordem de serviço. É uma empresa de Rondônia: Rondônia Transportes e Empreendimentos ou algo parecido. Mas não importa o nome; o importante é que esse problema será resolvido o mais rápido possível. A população de Nova União e Guajará-Mirim pode ter certeza de que é uma obra que vai ser feita com boa qualidade e vai ser iniciada nos próximos dias.

Essas eram, Sr. Presidente, as informações que eu tinha para passar, principalmente, à população de Porto Velho, à população de Espigão do Oeste e à população de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Acir.

Falará S. Exª o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Taques, não tem como vir à tribuna e não falar deste tema. Já na semana retrasada, ficamos aqui, em torno de quatro Senadores, e assistimos a mais de 20 mil pessoas manifestando-se em frente ao Congresso e, de lá para cá, mobilizações em todo o País. Na semana que passou, novamente ficamos aqui, um grupo de Senadores, fizemos uma vigília que terminou em torno de uma hora da manhã.

Sr. Presidente, durante esse fim de semana, fiquei acompanhando, pelos meios de comunicação e por informações que recebia de parte de militantes dos movimentos sociais, o que está acontecendo no País. De fato, é preocupante para todos. A pergunta que me fizeram: "Paim, que geração é essa?" Confesso que respondi: "Essa não é a geração somente dos nossos filhos, essa é a geração dos nossos filhos e também dos nossos netos".

Quem tem em torno de 60 anos já tem filhos e tem netos. Falo isso porque lembro-me das mobilizações contra a ditadura, de que todos nós participamos, e depois a ascensão à Presidência da República do Presidente Lula.

Que geração é essa? Essa é a geração da Internet. Quando Lula se elege Presidente muito desses meninos e meninas, jovens, tinham 10 anos e, agora, estão nas ruas. Passaram-se 10 anos. Essa é a geração do tempo real, e um dos meninos me dizia: "Se pensam que nós não temos informação, se enganam e não perceberam que apertamos um botão e sabemos o que está acontecendo em Caxias, no meu Rio Grande; em Canoas; ou lá em Nova York". É uma geração muito mais informada do que a nossa. É uma geração que sabe, até pelo Portal da Transparência, o que está acontecendo no Judiciário, no Legislativo e ali do outro lado da rua, no Executivo.

Tudo é muito rápido, tudo é em tempo real, e nós estamos ainda estamos devagar; perto dessa geração, lento, quase parando. Essa geração quer pressa, essa geração não quer mais esperar. Por isso, Sr. Presidente, como todos sabem que fui e sou muito vinculado aos movimentos sociais, interagi, durante estes meus anos no Congresso, com todas as centrais sindicais.

Agora mesmo, estava reunido com os trabalhadores do comércio, empregados e empregadores; na semana passada, estava reunido com empresários dos transportes e com os líderes do transporte e trabalhadores; dialoguei um pouco, nesta semana ainda, com as centrais sindicais, e o que percebo, Sr. Presidente? Ninguém aqui é dono da verdade, mas todo mundo tem direito a dar a sua opinião, mas, sentindo na pele o toque da moçada nas ruas, sentindo na pele essa rebeldia, essa indignação de alguém que não ficou amordaçado – amordaçado, digamos, ficamos nós no tempo da ditadura –, mas que ficou calado. Essa geração estava calada, mas estava no computador, estava na Internet. Eles estavam na rede social, eles acompanhavam tudo, inclusive a Primavera Árabe. Geração que só ouvia os pais falarem da rebeldia, da contestação no combate à ditadura e quantos que foram para as ruas. Isso é fato, é real. E nós não podemos aqui fazer de conta que não estamos percebendo. Claro que todos têm direito de dar a sua opinião. Mas eu fico na linha daqueles de que nós, do Congresso Nacional, temos que apresentar definitivamente uma pauta propositiva, positiva. Essa pauta tem que ser colocada, uma pauta um pouco arrojada, uma pauta que não depende de consultar o Executivo e o Judiciário, até porque ambos haverão de apresentar a sua pauta. A Presidenta, agora mesmo, está falando numa Constituinte exclusiva, está falando em plebiscito, está falando em mobilidade; está reunindo Governadores, está reunindo Prefeitos, está reunindo os movimentos sociais. E nós, do Congresso Nacional, também temos que dialogar com a sociedade.

E não adianta alguém aqui dizer: "Não, porque eu faço isso, eu faço aquilo". Eu, coisa nenhuma. Aqui não existe "eu". Essa onda pega todos, pega todos os partidos, todos, todos!

Se quisesse, eu poderia destacar que eu apresentei, no ano passado, até o Congresso unicameral, proposta arrojada na época. Eu apresentei a candidatura avulsa, e sem nenhum demérito a partido, há mais de 10 anos. No entanto, fui achincalhado quase. Diziam que eu estava fazendo uma proposta contra partido. Não. Apenas dizia eu que, na Itália, na Alemanha e em outros países, existe candidatura avulsa, e isso não diminuiu a força dos partidos. Eu apresentei, há muitos anos, o fim do voto secreto em todas as instâncias do Parlamento, e não avançou. Mas outras propostas surgiram de todas as áreas – de Parlamentares e da sociedade –, mas só que nós não votamos nem de Pedro, nem de Paulo, nem de João, nem de Maria, nem de Roberto.

Por isso, Sr. Presidente, o Senado da República tem por obrigação apresentar para a sociedade uma proposta positiva. Por que não submeter à votação – há na Câmara e há no Senado – o fim do voto secreto? Por que o Senado, Senador Pedro Taques – V. Exª, para mim, é o maior defensor do fim da PEC nº 37 –, e a Câmara não se reúnem e dizem: "As ruas estão ali. Estão as fotos nos jornais. Está na TV. São milhões de pessoas dizendo que não querem". Por que não se reúnem rapidamente e decidem: "Vamos votar o voto secreto! Arquive-se a 37. Arquive-se a 33?" É apenas

uma vontade política. E não há aqui, para mim, ninguém melhor do que ninguém e ninguém mais valente do que ninguém. É bom senso. Está claro o que as ruas estão sinalizando e depende de nós.

Fala-se muito no transporte gratuito a custo zero. Há proposta aqui no Senado e uma na Câmara já, que dizem simplesmente custo zero para o trabalhador, e sem nenhum problema. O empregador paga 6%... Até 6%, o empregador paga, do transporte gratuito, para o assalariado. Muito bem, já que vamos subsidiar que essa parte de até 6% o trabalhador não paga e fica com o transporte gratuito, zero. A maioria das empresas já dão, muitas dão, são poucas que ainda cobram aqueles 6%. Há projeto para ser votado, aqui e na Câmara dos Deputados.

Senador Waldemir Moka, faço questão do aparte de V. Exª. V. Exª, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, tem demonstrado, sou testemunha, no dia a dia, sua preocupação também com essa situação.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Senador Paulo Paim, quero concordar com a pauta que V. Exª propõe. Aliás, na quinta-feira ou na sexta-feira, conversei com vários Parlamentares, inclusive com V. Exª...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sou testemunha disso.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – ... sobre a preocupação que tenho. O encaminhamento que faço... Conversei, inclusive, com o Presidente da sessão, o Senador Pedro Taques. Tenho comigo que isso não será de um Senador, de dois, de três; isso terá de vir de um entendimento, evidentemente, da Casa como um todo. Daí por que acho que os Líderes, realmente, têm de... A reunião de Líderes é importante, o comando da Casa, a Mesa Diretora, e a pauta, uma pauta do Congresso, do Senado, independentemente da posição de Governo. Na maioria das vezes, quando se vai votar um projeto, sempre tem alguma questão em relação ao Governo. Aí se deixa de votar em função de um outro entendimento. Vou dar-lhe um exemplo específico. Eu, por exemplo, sou inconformado com o fato de que a Emenda nº 29, que regulamentou recursos para os Municípios, para o Estado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para a saúde.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Que com ela a União não tenha nenhum compromisso. A União tinha de ter um compromisso, no mínimo, de 10%. Fala-se em importar médicos. Tudo bem, é possível. Eu, por exemplo, defendo um concurso público para 10 mil médicos, jovens médicos, com lugares preestabelecidos. Se esses jovens não forem ocupar essas vagas no concurso, aí nós teremos uma prova de que realmente há um déficit de médicos no País. Mas não é o médico que vai resolver e sim a infraestrutura. Vários jovens médicos não vão para o interior porque no interior não têm condição para que possam exercer a Medicina conforme sua formação, residência, enfim. E esse assunto é mais complexo porque não é um médico num hospital; o hospital precisa de três, quatro, cinco médicos, uma equipe multidisciplinar. Então, é mais complexo. Agora, sem investimento na saúde, e este investimento passa... Ou para que a União coloque os 10% e destine, porque, hoje, a saúde está por conta dos Municípios, que, dos entes federativos, é o que menos recebe recurso. De cada R$100,00 arrecadados do contribuinte, R$66,00 ficam com o Governo, um pouco mais de R$20,00 para os Estados e a menor parte fica com os Municípios, e são os prefeitos, hoje, que mais gastam com a saúde. Estou dando apenas um exemplo do que seria, na minha avaliação, uma pauta. A questão da educação, essa questão da saúde, a Emenda nº 29, e, como diz V. Exª, a PEC nº 37. Eu, por exemplo, acho que não tem que retirá-la da pauta, tem que ser votada e, aí, quem é a favor e que é contra que se coloque. O que não se pode é ficar adiando isso, que não me parece ser a melhor solução. Mas quero finalizar, dizendo a V. Exª que tenho ficado aqui, tenho conversado, tenho dito aos Senadores que é preciso uma agenda positiva do Senado da República, e uma agenda que diga respeito ou sintonizada com o que estamos ouvindo aqui, nas ruas, não só de Brasília, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, mas no País como um todo. Trazer essa agenda positiva para dentro do Congresso Nacional. Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Waldemir Moka.

Com enorme satisfação, vou dar o aparte, agora, para o Senador Ferraço, mas, antes, quero dizer ao Senador Waldemir Moka que a PEC nº 37, no meu entendimento, pela pressão popular, como V. Exª tem dito, virou unanimidade. Todo mundo é contra, V. Exª tem destacado isso. Já que é unanimidade, que todo mundo é contra, ou manda essa porcaria arquivar logo ou vota, então, só para enterrar de vez, porque não tem mais ninguém que a defenda, no meu entendimento, não há um único Senador, um único Deputado. Acho que até o autor da PEC nº 37 já é contra. Se o fato é real, ou votamos, ou arquivamos.

Senador Ferraço, por favor.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Paulo Paim, eu me considero uma espécie de cristão novo aqui, no Senado Federal, e longe de mim deixar de considerar a força das palavras. Julgo que, neste momento, entretanto, não há nada mais impor-

tante do que a força das nossas atitudes. As pessoas, os trabalhadores que no dia a dia estão disputando uma melhor condição de vida ficam a nos perguntar: por que nós não conseguimos romper e superar essa inércia e esse marasmo de coisas que são absolutamente óbvias? O Senado tem diante de si uma oportunidade, e, como bem disse o Senador Moka, esta não é uma oportunidade individual, esta é a uma oportunidade coletiva para o Senado da República, que é muito maior do que qualquer um de nós; nós estamos aqui de passagem. A instituição tem uma importância muito grande, uma importância constitucional por ser a Casa da Federação brasileira, por ser a Casa que organiza e harmoniza a solidariedade federativa, mas nós precisamos entender de uma vez por todas o clamor das ruas e com atitudes, e V. Exª traz para a tribuna exemplos objetivos, efetivos que devem compor a pauta desta Casa para que nós possamos virar essa página e possamos enfrentar tantos e tantos outros desafios. O que desejo é cumprimentá-lo e me congratular com a voz de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Exª porque tudo o que eu falei aqui V. Exª também já defendeu na tribuna – quero apenas dar esse depoimento –, como o que eu falei também do Senador Moka e do Senador Cyro Miranda, e não tenho dúvida alguma, Senador Wellington Dias, de que todos têm essa visão. O que neste momento as ruas estão dizendo é: "Por favor, os senhores que são médicos operem, façam, encaminhem!".

Eu lhe confesso, Senador Wellington Dias, que eu recebi agora informação de que poderíamos ter um plebiscito sobre uma Constituinte exclusiva. Eu responderia, com o maior carinho do mundo, da seguinte forma: claro, se botar um plebiscito ali, na rua, sobre uma Constituinte exclusiva, a população vai querer uma exclusiva porque vai dizer: "Eu não quero que este Congresso aí faça a reforma partidária", o resultado para mim é quase que 10x1 ou 10x2 ou 10x0.

Então, muito mais do que pensamos, nós temos que operar, o Executivo tem que operar; nós temos que fazer. Se é o plebiscito, que seja o plebiscito, mas que nós temos que operar. Eu não tenho nenhuma dúvida. É como fazer um plebiscito hoje, depois de um crime hediondo, a favor da pena de morte, vai dar pena de morte. Plebiscito para ver quem vão ser os Constituintes, se vai ser este Congresso ou um novo Congresso vindo das ruas: dez a zero, vai ser o Congresso vindo das ruas. Então, se o Congresso não quiser ficar numa situação delicada, tem que operar, tem que votar, e por que não ir além um pouco do que as ruas falam? Eu vou dar um exemplo: eu luto, e nós lutamos – porque já votamos, não sou eu –, pela história do famigerado fator previdenciário. Vocês acham que os senhores aposentados e pensionistas em casa não estão conversando com os filhos mais jovens e dizendo: "Vão por mim para as ruas, porque eu não posso ir, com o meu salário não dá mais para sobreviver"? Claro que estão dizendo! Só que alguém não quer ver! E nós temos propostas alternativas – não sou eu: nós – como a que já está na Câmara, porque lá construíram um substitutivo que resolve essa questão. Se já tem isso, não é nem acabar com o fator, é uma alternativa que a sociedade assimila, de dar para os trabalhadores assalariados o que já tem para os servidores. Ponto. É a mesma. A mesma regra. É a mesma regra. Mas não, "esse assunto eu não discuto", "esse assunto é tabu", "não pode deliberar".

São pequenos gestos, no meu entendimento, que, se o Senado e a Câmara afirmassem perante a sociedade, fortaleceriam a democracia, e, com isso, como os senhores disseram, e eu concordo: não é uma questão individual, é uma questão coletiva, como é o movimento na rua. O movimento na rua é um movimento coletivo. E se alguém pensa que são só os jovens se enganam. Porque eu vi ontem, aqui em frente ao Congresso, crianças com dois anos, três anos, cinco anos, oito anos, abraçadas aos pais, pintando uma nova aquarela, com as cores do Brasil, apontando um novo Brasil. Eu vi ontem homens e mulheres de cabelos brancos, abraçados aos filhos, dizendo: "Sou brasileiro, com muito orgulho, sim, senhor". É o momento de esta Casa ouvir, interpretar e encaminhar, de votar aquilo que as ruas estão pedindo.

Sr. Presidente, me perguntaram como é que ia ser, Senador Suplicy, o movimento lá na minha cidade, em Canoas, hoje. Então, quero fazer um apelo à minha cidade, Canoas, que dizem que poderá ter 50 mil, cem mil, nas ruas, e todos sabem o carinho que eu tenho, por exemplo, pelo Conjunto Guajuviras...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... que ajudamos a ocupar, que está se deslocando para a BR-116. O apelo que eu faço a cada um é que não haja violência, que não haja quebra-quebra, que haja um movimento pacífico, como nós sempre fizemos em Canoas. Na ditadura, saímos de Canoas com cinco mil pessoas, chegamos em 20 mil em Porto Alegre, e não quebramos um vidro, não pisamos numa flor, não amassamos a grama de cada jardim. Essa é a história de Canoas.

Por isso, eu peço a minha querida Canoas. É legítimo o movimento.

Vocês todos sabem que nós apoiamos o movimento desde que não haja quebra-quebra, não haja

agressão ao patrimônio público, ao patrimônio particular ou às pessoas.

A informação que tenho, Senador Wellington, é que, neste momento, na BR-116, Getúlio Vargas, pela entrada principal para Porto Alegre, ninguém entra e ninguém sai. A população tomou a BR-116, a principal entrada da capital. Dizem que o congestionamento...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... já vai a quilômetros e quilômetros. Até o momento, a manifestação está pacífica. Espero que continue assim, que seja mais um gesto, um gesto que dê um sinal amarelo para o Congresso, para o Executivo e para o Judiciário de que a população quer, de fato, respostas, e as respostas são para ontem, não são nem para hoje. Por isso que eu entendo na linha do que foi colocado para o Srs. Senadores. O Executivo está reunido, está fazendo a sua parte. Podemos até não concordar 100%, mas ele está fazendo. Você mesmo me dizia, Senador Wellington, que a Presidenta está tomando uma série de medidas...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ..., e o Legislativo também tem que tomar as suas.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pelas recomendações que faz a todos os militantes que possivelmente já estarão iniciando sua manifestação lá em Canoas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dizem que em Caxias também. É a última notícia que chegou aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... e em Caxias para que ela seja realizada de forma pacífica, mas dizendo da importância de estarmos todos muito atentos às reivindicações. Quero também enaltecer a maneira como a Presidenta Dilma resolveu receber hoje os representantes do Movimento Passe Livre, assim como todos os governadores e prefeitos das capitais. Avalio que estamos avançando em direção de poder atender aos anseios da população que protesta.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, se V. Exª me brindar... Digo que seu aparte é um brinde V. Exª é meu Líder e sabe do respeito que tenho por V. Exª. Quero, mais uma vez, reafirmar que V. Exª me informava, há pouco tempo, que a Presidenta, neste momento, está ouvindo os líderes dos movimentos sociais, está ouvindo prefeitos, está ouvindo governadores, e vai dar encaminhamentos, com certeza absoluta, que mostram que o Executivo está se movimentando, ouvindo, como eu digo, a batida dos tambores nas ruas.

A minha fala, no dia de hoje, é para que o Congresso, para que o Senado e a Câmara também atendam, ouçam o tocar do pandeiro, eu diria, do tamborim, o tocar de cada um dos nossos homens e mulheres que estão a andar pelas ruas do Brasil pedindo soluções.

O Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Eu quero, primeiro, parabenizar V. Exª pela forma como traz esse tema apenas para prestar duas informações. A primeira é de que a Presidenta já está fazendo, acaba de fazer um pronunciamento. Ela recebeu prefeitos, está recebendo movimentos sociais e governadores e também quer dialogar com o Congresso Nacional. Entre as medidas há pouco reafirmadas por ela estão a austeridade fiscal, ponto importante do diálogo dela com os prefeitos e com os governadores, com compromisso da Presidenta, pela União, a proposta de um plebiscito constituinte para a reforma política... O objetivo, para que V. Exª compreenda, é que se tenha, de um lado...

(Soa a campainha.)

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – ... um debate da população, que já tem, inclusive, a iniciativa de um projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E que inicia com o respaldo das ruas.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Exatamente. E constituinte para ter um olhar específico para isso. Na questão da saúde, ela reafirmou o compromisso de melhorar a saúde. Citou o exemplo de, primeiro, verificar onde há necessidade de médicos. Aí se abriria para médicos brasileiros. Onde nenhum médico brasileiro se apresentou? Aí mantém a posição corajosa de trazer médicos de qualquer parte do mundo para atender às necessidades do povo. Ela tratou de mais dois pontos, nesse entendimento, nesse pacto com os governadores, com os municípios, onde o Governo Federal se dispõe a disponibilizar 50 bilhões para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde o grande foco é a área de transporte, e reafirmou a sua posição em relação ao compromisso dos recursos dos *royalties* com a educação. Então, eu queria colocar isso e, da minha parte, como líder...

(Soa a campainha.)

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – ..., informar a V. Exª que, já na semana passada, dialogamos, com as manifestações, sobre a importância de o Colégio de Líderes tratar dessa pauta com a Mesa, até o dia 15, até o período do recesso, com a pauta prioritária. No segundo semestre, qual é a pauta prioritária? Ouviríamos esses anseios da população para

determinar as nossas prioridades. Eu queria agradecer, mas também apresentar isso a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias. Eu afirmava aqui que o Executivo está se mobilizando, está se movendo. Acho que o Congresso ainda está devagar, que ele tem de se mover com mais agilidade, para que a gente possa responder a essa expectativa tão grande que se criou na sociedade em relação ao nosso trabalho aqui. Eu acredito, sinceramente, que algumas medidas nós poderíamos tomar antes do recesso. Poderíamos tomar algumas medidas básicas. Por exemplo: a própria PEC de que V. Exª fala tanto, Senador Pedro Taques. Qual é o problema de votá-la ou arquivá-la? V. Exª, inclusive, reafirmou hoje: "Vamos votar! Pronto! Acabou!" São medidas imediatas que poderiam ser tomadas.

Qual é o problema de apontarmos que vamos, efetivamente, terminar com essa história de voto secreto no Congresso Nacional? Não vejo problema nenhum. Qual é o problema de, na mesma linha da PEC nº 37, nós logo deliberarmos – todo mundo sabe que eu votarei contra também – sobre a PEC nº 33? Qual é o problema de nós dizermos que vamos, de uma vez por todas, resolver essa questão do fator previdenciário, que toca na vida, no mínimo, de 20 milhões de pessoas? Qual é o problema de dizermos que vamos resolver essa questão?

Claro que a reforma política é importante, mas eu entendo que nós não podemos ficar – quero deixar muito clara a minha posição – somente na reforma política, como se a reforma política fosse a resposta para todos os problemas que nós estamos enfrentando. É um dos problemas fundamentais que temos que enfrentar, mas, vinculado a ele, nós temos de olhar, sem sombra de dúvidas, para um problema de que as ruas estão reclamando, que é o da mobilidade urbana, do transporte. De que problema as ruas reclamando? Da saúde. De que as Do que as ruas estão dizendo?

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da educação. Do que as ruas estão dizendo? Da violência. Então, (*Fora do microfone.*) é preciso que a gente saiba unir reforma política, educação, saúde e combate à violência. No mínimo, esses quatro pontos, claro, localizados com o eixo que fez com que o movimento chegasse aonde chegou, que é a mobilidade urbana, ou seja, o transporte coletivo, seja do trem, do metrô ou do ônibus, como a gente viu em toda a imprensa neste fim de semana.

Sr. Presidente, eu fiz um pronunciamento, que acabei não lendo, mas a essência do que está no meu pronunciamento eu coloquei aqui no meu discurso de improviso. Por isso, peço a V. Exª, agora que eu o termino, que considere o meu pronunciamento como lido na íntegra.

Obrigado, Presidente, Senador Pedro Taques.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. as recentes manifestações ocorridas de norte a sul do nosso país buscam colocar na pauta nacional uma série de reivindicações: no campo político, de transporte coletivo, da saúde, da educação, da segurança.

Desde o inicio dei o meu apoio ao movimento e disse aqui mesmo desta Tribuna que a minoria de vândalos não representa a maioria democrática que está nas ruas exigindo seus direitos.

Muito dessas bandeiras e reivindicações do movimento já tramitam no Congresso Nacional. Eu entendo senhor Presidente, que nós podemos colocar em votação esses projetos, demandas da sociedade.

A função do Legislativo é discutir os problemas do país, os anseios da população. E, a partir dos cenários que forem surgindo e seus devidos encaminhamentos, sugestões, criar leis ou melhorar as já existentes para que estas deem respaldo jurídico necessário. Esse é papel do Legislativo! Não é, pelo contrário, ficar parado, estático e omisso olhando a banda passar.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 20/2003) acaba com as votações secretas no Congresso Nacional, em todas as situações. O texto tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Acabar com as votações secretas em todas as situações é muito mais do que uma necessidade. É uma exigência da nossa democracia que ainda precisa ser aprimorada. O Senado pode dar essa resposta. Vamos votar de imediato a PEC 20 de 2013, que acaba com as votações secretas no Congresso Nacional. Vamos ao caminho da transparência. Temos que oxigenar a democracia.

Candidaturas avulsas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 21/2006) prevê candidaturas de pessoas não filiadas a partidos políticos. O texto tramita da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

As candidaturas independentes não representam novidade, uma vez que são aceitas pela grande maioria dos países democráticos. Nove, em cada dez, utilizam esse sistema.

Cerca de 37% aceitam candidatos avulsos em eleições legislativas e presidenciais; perto de 40% apenas para eleições legislativas; e outros 13% apenas para eleição de presidente da República.

Esse sistema não implicará no enfraquecimento dos partidos. Estou apenas defendendo o princípio da democracia plena e o alargamento da expressão das lideranças populares.

Sr. Presidente. Transporte. O PL 6851/2010, já aprovado pelo Senado e tramitando na Câmara dos Deputados prevê que o empregador custeará integralmente o vale-transporte. O texto está na Comissão de Trabalho.

Isso representa um grande avanço social e trabalhista, pois aqueles trabalhadores que dependem do vale-transporte serão beneficiados. Eles não descontarão a alíquota de 6%, como é hoje.

Sobre essa questão de transporte coletivo e mobilidade urbana, eu gostaria de me estender um pouco mais.

Há um ano e meio eu fiz algumas reflexões em artigo publicado na imprensa. E aqui eu passo a ler o resumo desse artigo:

A questão da mobilidade urbana já se consolidou como uma das principais preocupações de qualquer sociedade moderna.

No Brasil há uma gama de problemas e questionamentos que devem ser enfrentados, de maneira urgente e firme, por nossos gestores públicos.

O fato é que a qualidade de vida de todos nós está ligada à facilidade e à agilidade com que nos locomovemos diariamente, seja por lazer, seja para o trabalho.

Além disso, a cada vez mais delicada questão ambiental aponta para soluções coletivas e sustentáveis de transporte, buscando uma diminuição significativa de seus impactos ambientais e do gasto de energia fóssil ou não-renovável.

É verdade que o debate em nosso País sobre a mobilidade − sobretudo devido à realização dos grandes eventos esportivos nos próximos anos − cresceu e ganhou força.

Entretanto a despeito desse maior volume de discussões, estamos ainda muito, mas muito distantes de um quadro satisfatório em nossa mobilidade urbana, quer pelo aspecto prático, quer pelo coletivo, quer ainda pelo ambiental.

Os congestionamentos, a cada dia que passa, ficam maiores e piores. Enquanto isso, modalidades como o metrô, os trens urbanos e os veículos leves sobre trilhos ainda encontram dificuldades para ampliar o seu espectro e incrementar as opções de transporte nas grandes cidades.

Ao compararmos nossos números com o de metrópoles mundo afora, vemos o quanto estamos atrasados e aquém do necessário nesse campo. Enquanto São Paulo, com seus mais de 30 milhões de habitantes na região metropolitana, dispõe de um sistema de metrô com apenas 74 quilômetros de extensão, Londres e Nova York possuem, cada uma, mais de 400 quilômetros em linhas.

Em nossa vizinhança latino-americana, a capital do México tem 202 quilômetros em linhas de metrô, enquanto Santiago, com uma população bastante menor do que a metrópole paulista, ostenta 94 quilômetros em sua malha urbana.

É fato que a tendência hoje, no mundo inteiro, é a substituição dos veículos individuais automotores por bicicletas, trens e metrôs, integrando os deslocamentos curtos aos de maior escala.

Nesse sentido, nas grandes cidades europeias, vemos enormes bicletários em todas as estações de trem e metrô, com inúmeras bicicletas particulares ou de aluguel.

Nos centros dessas metrópoles, o acesso de carros particulares costuma ser bastante restrito, com a cobrança de pedágios e multas.

Sr. Presidente, voltando às propostas que tramitam no Congresso Nacional que vão ao encontro da pauta das manifestações, eu passo a falar sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 23/2005) que amplia o engajamento popular na elaboração das peças do Orçamento Público, ajudando a definir as prioridades para a aplicação dos recursos.

Ou seja, o projeto prevê a parceria entre governos estaduais, municipais e sociedade civil na escolha das suas prioridades a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

O Orçamento Participativo, que é a síntese da PEC 23/2005, é uma forma resgatar a democracia direta e a participação popular. O texto está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Chamo a atenção para o Projeto de Lei nº 209 de 2005 que torna inafiançável de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva cometidos pelo alto escalão da administração pública.

O chamado crime do colarinho branco vem retirando de milhões de brasileiros a oportunidade de ter acesso a direitos básicos da cidadania, como seguridade social, educação, saúde, entre outros.

Esse projeto é destaque no livro “Quem mandamos para a prisão – Visões do parlamento brasileiro sobre a criminalidade”, de autoria da socióloga Laura Frade. O projeto tramita na Comissão Temporária de Reforma do Código Penal.

O Congresso tem outro grande desafio: colocar em discussão e votação a taxação das grandes fortunas. Creio que o debate pode ser feito da melhor maneira possível e de forma propositiva.

Apesar dos avanços na redução da desigualdade social, a concentração de renda no Brasil ainda é mui-

to alta. Figuramos na lista dos países que apresentam os níveis mais altos de desigualdade.

Os mais pobres são os mais penalizados pela carga tributária. Para os 10% mais pobres da população, a carga de impostos atinge cerca de 30% da renda, e, para os 10% mais ricos, a carga tributária representa 12%.

Considerando que os pobres sofrem com os chamados tributos indiretos, lembramos que a cada cem reais em produtos alimentícios, 45 reais são impostos.

Nós não podemos mais fechar os olhos para o que está evidente para toda a sociedade: a injustiça do sistema tributário é uma das responsáveis pela desigualdade social.

E para encorpar ainda mais essa discussão é importante citar que vários países do mundo já adotam a taxação das grandes fortunas; Alemanha, França, Suíça, Áustria.

Em 1999, o bilionário norte-americano Donald Trump propôs um imposto sobre grandes fortunas para que o governo dos Estados Unidos pudesse ter recursos suficientes para saldar a dívida pública.

O próprio Presidente Barack Obama propôs ao Congresso americano a criação de um novo imposto para taxar os chamados ricos. Eu estou convicto de que essa discussão está caindo de madura em nosso país.

Aliás, lembremos aqui que, a Constituição de 88, cuja construção tive o privilégio de participar, garante a possibilidade de taxação de grandes fortunas por meio de lei complementar (artigo 153, VII).

Sr. Presidente, cabe aqui uma pergunta: Por que o Congresso Nacional não vota os projetos aqui falados. Que interesses estão por trás. Qual é o medo?

Penso que já devíamos ter arquivado a PEC 37 e a PEC 33. Penso que já devíamos ter aprovado uma alternativa ao fator previdenciário. Penso que estamos em falta com os aposentados e pensionistas brasileiros.

Sr. Presidente, o Brasil e o mundo inteiro estão de olhos focados nesse movimento, nessas manifestações, que nos últimos dez dias, praticamente, pararam o país. A esses jovens que aí estão, juntam-se outros brasileiros: agora os de meia-idade, os 'cabeças brancas', homens e mulheres, dispostos a irem às ruas, bradar justiça, clamar direitos e melhores dias para o nosso país e a nossa gente.

Senhores e Senhoras Congressistas, senadores e senadoras, deputados e deputadas, ouçamos a voz das ruas... Tenhamos humildade em compreender que os tambores estão rufando.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O Senador Paim será acatado, na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Agradeço...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...se puder me inscrever para uma (*Fora do microfone.*) comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim. V. Exª será inscrito, nos termos do Regimento.

Falará, pela Liderança do PT, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Taques, meus colegas Senadores e Senadoras, os que fazem esta Casa e os que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas retransmissoras no Brasil, destacando aqui, é claro, o meu Nordeste, o meu Piauí.

Sr. Presidente, primeiro, trago aqui uma posição clara do nosso Governo e também, no mesmo caminho, do Partido dos Trabalhadores. Estive com o Presidente Rui Falcão, que, inclusive, encaminhou uma posição a todos os filiados e ao País, primeiro, do nosso apoio às mobilizações, manifestações, reivindicações, legítimas, da sociedade brasileira. Pela história do nosso Partido, pode até parecer repetitivo, mas é exatamente isso que queremos reafirmar.

Segundo, quero dizer que penso que as manifestações, embora tenham uma pauta muito grande, com muitos pontos, são, ainda assim, muito importantes, porque são muitos os problemas. Acho que há certo desejo silencioso que agora explode, vem às ruas.

Confesso que esses dias, Senador Paulo Paim, me lembrei muito da minha juventude. Naquele tempo, o ambiente era muito diferente. O regime era militar e, praticamente, ao sair de casa para ir a um movimento como esse, havia um risco de ser sequestrado, de ser assassinado, enfim. Mas quero dizer do orgulho que tenho não apenas do que fiz sozinho, mas também no nosso Partido – e tenho orgulho da história que vivi nele –, por ter contribuído para chegarmos a essa situação que temos hoje, de um País com democracia, com direito de manifestação, de liberdade de imprensa, de partidos organizados. E quero aqui ressaltar que não há democracia sem organização partidária. Podemos ter os defeitos, podemos ter práticas, inclusive, de corrupção, de crimes – e nós cobramos isso, que tem que ser tratado, seja do meu Partido, seja de qual partido for... Mas não há democracia, não há país democrático, nem mesmo, em alguns casos, reinado – a não ser que seja uma ditadura –, não há uma re-

presentação democrática que não seja legitimada pelo povo. No caso do nosso País, a legitimidade se dá pelo voto livre de todos com mais de 16 anos e até daqueles com mais de 65 anos, incluindo dos analfabetos, o que foi tema de debates. Segundo, também, sim, das organizações sociais, que também defendemos e que são uma pilastra da democracia.

E aqui eu quero me somar a tantas vozes que ouvi aqui hoje e também na semana passada falando da necessidade de este Congresso Nacional, mais especificamente este Senado, ter uma reunião da Mesa com o Colégio de Líderes para tratar também daquilo que é responsabilidade nossa.

Já na semana passada dialogávamos com o Senador Renan e ele manifestava que esta semana estaria tratando com os Líderes para que a gente possa combinar a nossa pauta com as vozes, Senadora Ana Amélia, Senador Randolfe, vindas das ruas.

Quero, enfim, dizer, aqui, antes de passar ao Senador Randolfe, da importância de termos, neste instante, o Poder Executivo também fazendo a sua parte. A Presidenta não só se colocou para a Nação, colocando as suas prioridades, esclarecendo, por exemplo, sobre temas como esse relacionado à Copa, dizendo que, na verdade, os estádios são investimentos privados, colocando o seu compromisso com a educação...

Senador Paim, há pouco, a Presidenta fez um pronunciamento, também recebendo prefeitos, recebendo líderes dos movimentos sociais, recebendo governadores, falando do compromisso com a austeridade fiscal. O que isso tem a ver? Tem a ver exatamente com o momento do Brasil mundial, com o desejo de crescimento. A classe média alta, especialmente, cobra, nas manifestações, a necessidade de crescimento da renda, a necessidade de atendimento de políticas nas áreas da saúde e da educação. Aqui, a Presidenta também se apresenta inclusive sobre esses dois temas: o compromisso, sim, de mais recursos para a educação... Inclusive, temos, aqui, de votar o Plano Nacional de Educação. Temos que dar conta de uma pauta que o Brasil quer e de que acho que o PNE seja o principal instrumento neste instante.

Na saúde, ela esclarece – é importante reafirmar aqui – que, na área da saúde, ela tem, de um lado, o compromisso com a melhoria da qualidade e trata de um tema específico... Para não ter dúvida, o compromisso dela é garantir, com os estudos que já existem, atendimento. Onde faltam médicos no Brasil neste instante? A partir daí, abre-se para contratação, inclusive direta, pelo Governo Federal, garantindo não só remuneração adequada, condições de trabalho, etc. Mas isto apenas após se dar oportunidade a todos os profissionais de saúde, a todos os médicos do Brasil. Onde nenhum houver se apresentado, aí ela mantém, sim, o compromisso de buscar médico em qualquer lugar do mundo para suprir as necessidades vitais do nosso povo. Ou seja, não se quer tomar o espaço dos nossos médicos.

Ao mesmo tempo, ampliando residência, ampliando formação, dando oportunidades com bolsas, enfim, para que possam ter as qualificações necessárias.

Os outros, que não são menos importantes, deixei por último: cuidar da área da mobilidade urbana, que foi o tema tratado especialmente com prefeitos e governadores, na organização de um pacto pela mobilidade urbana, no qual o Governo Federal se dispôs a colocar nessa parceria R$50 bilhões. O transporte, tratado com as entidades sociais também, é o tema central. Ele é visto, hoje, tanto no Distrito Federal como em São Paulo, na minha Teresina, nas médias e grandes cidades, especialmente, no sentimento do cidadão ao sair de casa de ônibus, ou de metrô, ou de carro ou fazendo integração: as dificuldades para chegar ao trabalho, o custo, muitas vezes, a qualidade. Isso foi tratado hoje com a Presidenta.

Por último, como eu disse, ela apresenta ao País a proposta de um plebiscito constituinte, ou seja, garantir um debate com a sociedade, até porque, normalmente, de um lado, há o tema da corrupção e há a compreensão de que temos, sim, uma crise da política neste País, que precisa encontrar um caminho.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O que ela propõe, para não ter uma fórmula pronta – e há divergência, sim, neste País –, é a necessidade de um debate na sociedade. Por isso o plebiscito, onde se vai compreender qual o sistema político que temos, qual é o que a sociedade deseja. A sociedade não só debatendo, mas decidindo sobre a prioridade desse tema. E um Congresso constituinte para tratar, exclusivamente, sobre esse tema, para tratar em profundidade e à altura dele.

Dentro disso, apresentei, ainda em 2011, do tema da corrupção, o Projeto de Lei do Senado nº 666, resgatando um projeto que o Presidente Lula havia apresentado ainda no seu primeiro mandato. E isso vem dormindo na Câmara há algum tempo. Trouxe para o Senado esse projeto, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, para inserir a forma qualificada dos crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, o que se caracterizará quando a conduta desses crimes for cometida por membros do Poderes – Judiciário, Legislativo –, em todos os níveis e faixas: do Presidente da República ao zelador do prédio, do Presidente do Congresso Nacional aos administrativos

e todas as áreas e, assim, nos outros poderes, nos Municípios, no Estado e na União.

Esse mesmo projeto altera a Lei nº 8.072, de 1990 para inserir entre os crimes considerados hediondos o peculato, a concussão, a corrupção passiva e a corrupção ativa de todos na forma qualificada, ou seja, o corrupto e o corruptor. Não tem um corrupto se não tem um corruptor. E a nossa legislação precisa tratar de forma muito especial sobre isso. E altera a Lei nº 7.960, de 89, aliás a 8.072, de 1990, para incluir entre os crimes em que é cabível prisão temporária o peculato, a concussão, a corrupção passiva e a corrupção ativa.

Eu cito esse projeto para dizer que, como o Senador Paim acaba de citar aqui, outros Senadores, o Pedro Taques, enfim... É por isso que acho que é importante termos, sim, a pauta do Congresso. Qual é a pauta que temos para resposta nessa área da corrupção? Tratarmos na área da educação, na área da saúde, na área da mobilidade urbana e do transporte, na área relacionada à segurança. Enfim, aos temas a que a voz do povo está a nos chamar a atenção.

Ouço, com o maior prazer, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Um minutinho, Senador Randolfe.

Regimentalmente, não cabe aparte, uma vez que S. Exª está falando como Líder, mas como a situação é excepcional, o direito a ser aplicado deve ser o excepcional.

Consulto o Plenário da possibilidade do aparte.

Se todos concordam, o.k.

Dessa sorte, concedo o aparte a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço a V. Exª e ao Plenário também pela oportunidade do debate.

Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Essa postura e essa cadeira lhe caem bem, Presidente, e essa democrática postura. Senador Wellington Dias, ouvi ainda há pouco pronunciamento da Presidente da República e, antes do pronunciamento, tinha feito à Imprensa uma declaração baseado no pronunciamento dela de sexta-feira, em cadeia de rádio e televisão. Confesso que o pronunciamento de sexta-feira era, no meu entender, a tônica de Maria Antonieta. Era brioche quando o povo pedia pão. Não é a realidade do que ouvi ainda há pouco na televisão. O pronunciamento de ainda há pouco é mais contundente e, no meu entender, mais à altura da gravíssima crise que o Brasil vive. V. Exª repercute nesse momento, na tribuna do Senado, cinco temas gravíssimos que ainda não correspondem à totalidade dos temas que vêm das ruas: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, educação e transporte público. Não foi abordada a educação, mas é importante aqui dialogarmos sobre esses cinco temas propostos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A educação foi tratada.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Não, perfeito, mas esses cinco repercutiram especialmente na imprensa. Sobre a responsabilidade fiscal, temos as nossas controvérsias. Por exemplo, acho que o tema da taxa de juros não pode ser tratado a partir do viés da ditadura do mercado. Vamos então tratar do que pode nos unir e não dos dissensos. Simpatizo com o tema da reforma política, Sr. Presidente e Senador Wellington, Líder do Partido dos Trabalhadores, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, e eu gostaria que, concretamente, esse tema passasse da intenção para o gesto. Aliás, gostaria de ter ouvido na mensagem da Presidente da República de ainda há pouco o seguinte: "Estou encaminhando mensagem ao Congresso Nacional, solicitando a realização de um plebiscito para que se delibere sobre a convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusivamente para realizar uma reforma política". Vou além, Senador Wellington, uma assembleia nacional constituinte exclusiva, sem o direito de candidatura dos atuais congressistas. Ou melhor, se algum dos atuais congressistas quiser se candidatar, que renuncie ao posto que hoje exerce e se candidate para essa assembleia nacional constituinte exclusiva, para mudar as instituições políticas hoje vigentes. Parece-me que essa atitude estaria à altura do momento grave pelo qual passam as instituições políticas do Brasil. Senador Wellington, eu quero me colocar nesse sentido. Não consultei o meu partido, mas creio que o meu partido concordará que uma atitude dessa natureza contará com o nosso apoio. A Presidente da República, liderando um processo como este, de convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva, com constituintes que não se confundam com as instituições políticas hoje existentes e com os políticos hoje existentes, terá, com certeza, o apoio não somente nosso, mas de toda a sociedade brasileira. Vejo também com simpatia, Sr. Presidente e Senador Wellington, a proposta de declarar a corrupção crime hediondo. Há várias propostas tramitando no Congresso nesse sentido e eu cito somente uma, do Senador Pedro Taques, que tem defendido efusivamente essa proposta. Essa tem que ser, de preferência, como diz a ansiedade dos jovens... Na minha geração, nós dizíamos: esse é o tipo de proposta para ontem, de preferência antes do meio-dia. E sobre essas duas propostas, que nós possamos dar exemplo de imediato. A Presidente da República acabou de anunciar essas duas propostas em cadeia de rádio e

televisão. E, permita-me dizer, o Líder do maior partido do Brasil neste momento está falando dessas propostas da tribuna do Senado. Passemos disto para o gesto e que amanhã, de imediato, encaminhemos essas duas propostas, que são consenso. E façamos a resposta às ruas, convocando de imediato a Assembleia Nacional Constituinte para a mudança das instituições políticas e coloquemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado a proposta que existe do Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Já está na CCJ, apresentado o relatório pelo Senador Alvaro Dias.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Então, que votemos esta semana e que votemos em plenário, declarando corrupção crime hediondo. Que possamos responder com urgência o que vem das ruas, sem pormenores. É chegado o momento para isso a partir da disposição da Presidente da República. Por fim, Senador Wellington Dias e Sr. Presidente, duas questões que considero fundamentais: votarmos os 10% da Receita Bruta da União para a saúde pública e a Proposta de Emenda Constitucional nº 90, da Deputada Luiza Erundina, ou reapresentarmos aqui no Senado, proposta esta que é reivindicada pelo Movimento Passe Livre, que considera o transporte direito social fundamental básico. Essas respostas me parecem fundamentais e dialogam com o que foi dito pela Presidente da República, mas, mais importante, dialogam com o que vem das ruas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço o aparte de V. Exª. Devo apenas dizer que é concreto. A Presidenta preferiu, como anunciou na sexta-feira, ouvir os prefeitos, os movimentos sociais, os governadores e dialogar com o Congresso. E hoje abriu a agenda dentro do que tinha anunciado na sexta-feira.

E a resposta concreta do Congresso é a de encaminhar uma proposta. É claro que vamos dar a palavra final. É o Congresso Nacional que dá a palavra final numa iniciativa como essa do Executivo.

E sobre a reivindicação do Movimento Passe Livre, hoje saiu uma nota sinalizando a respeito da audiência.

Ouço com o maior prazer o Senador Cristovam Buarque e, em seguida, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Wellington, eu não vou discutir o pronunciamento. Eu vou discutir os pontos. E claro que eu fico satisfeito de ver uma proposta aqui apresentada pelo Senador Randolfe, pelo Senador Taques, por mim, pelo Senador Simon e mais dois Senadores, pelo Rodrigo Rollemberg, de criar uma Constituinte exclusiva, ter sido aceita. Pena que o artigo que nós mandamos para o jornal não foi publicado. Aliás, Senador Taques…

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas eu citei aqui, Senador Cristovam, inclusive, que há, sim, esse anseio de Parlamentares no Senado e também na Câmara.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Aliás, os jornais ficaram superados. Agora você põe na Internet ou não vale a pena esperar. Pois bem. Claro que eu acho positivo. Mas ela já podia estar mandando. O povo está querendo coisa urgente. Devagar.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Segundo, o pacto. Senador Wellington, pacto é uma coisa muito antiga. Parece mais um PAC. É como se o Governo quisesse se apropriar dos movimentos para dizer que vai haver mais um PAC: o PAC da revolução de junho de 2013. E pacto… Hoje, essa meninada não acredita em pacto seu, meu, do Randolfe, do Taques, dos governadores. Quem está na rua não acredita em pacto entre governadores, entre Senadores. Não acredita. Não é hora de pacto. É hora de uma ação concreta. E, aí, a gente não vê ação, porque as propostas, se V. Exª olhar, são antigas, tirando essa da Constituinte, que, mesmo assim, é antiga, porque já há uma do Senador Miro Teixeira que fala disso, de anos já. Agora, veja bem, 100% dos royalties do petróleo, Senador?

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Uma revolução na rua para colocar isso? (*Fora do microfone.*) Precisou uma revolução na rua para colocar o pedido ao Congresso de 100% dos royalties para a educação? Senador Wellington, esse projeto foi apresentado aqui em 2008, arquivado pelo Partido dos Trabalhadores e pela Base Aliada, reapresentado em 2009 e reapresentado em 2011. E está aí, correndo. Não há nada de novo. Está pronto. Então não é isso que vai fazer a diferença. Mobilidade urbana. Ótimo, a gente quer. Mas é um projeto antigo do Governo. Não é um projeto novo. Médicos estrangeiros, que eu apoio. Eu apoio. Muita gente é contra trazer médicos estrangeiros, eu sou favorável. Mas isso é uma proposta antiga. Não é uma proposta que está nas ruas. Na cabeça…

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – … desses meninos que estão nas ruas. (*Fora do microfone.*) Essa não é uma proposta que está na cabeça dos meninos que estão por aí, caminhando. O plebiscito... Claro que a nossa proposta é de que haveria um plebiscito depois de ela elaborada. Mas o plebiscito só vem depois da elaboração da proposta! Ficou inclusi-

ve confuso: vai se fazer um plebiscito para se fazer a reforma política. Não existe isso. Plebiscito você vota "sim" ou "não" depois de elaborada uma proposta que chegue. E, finalmente, eu quero dizer que, se se quisesse fazer um pacto hoje, que a meninada gostaria, seria dizendo que vai fazer uma CPI para saber onde está sendo gasto o dinheiro da Copa. Esses governadores deveriam se submeter a uma avaliação sobre como foi gasto o dinheiro da Copa, porque a Copa tem sido um tema central nas mobilizações. Por que não se faz isso? Basta apoiar a proposta do Deputado de Brasília Izalci, que está catando assinaturas para fazer uma CPI.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – A Presidenta poderia tomar a iniciativa. E, finalmente, estavam lá os governadores, Senador Taques – e eu peço 30 segundos mesmo a mais; por que não pedir a esses governadores que paguem o piso dos professores, até como uma resposta, Senador Diniz, para a meninada que está na rua? Não pagam alguns deles. Outros dizem que pagam, tirando direitos, para poder dizer que o salário subiu. Era uma ótima ocasião de a Presidenta dizer: "Vamos aqui fazer um acordo, um consenso". Melhor ainda: "Vamos tomar uma decisão: a partir do final deste mês, os contracheques dos professores sairão com esse ridículo..." Mas, mesmo assim, não pagam piso salarial. Por tudo isso, eu acho, Senador Taques, que nem os governadores, nem a Presidenta, nem nós aqui – senão isso aqui estaria cheio hoje –, nós ainda não entendemos o que está acontecendo nas ruas do Brasil; nós ainda não entendemos a dimensão de dois milhões de pessoas em um só dia nas ruas do Brasil. Isto, sim, é que é preocupante, Senador Ricardo Ferraço: a incompreensão do fenômeno que está aí. Eu não digo as causas; as causas a gente sabe.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone*) – A ficha ainda não caiu.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É; é como eu falei hoje no meu discurso: a ficha caiu para o povo, mas a ficha ainda não caiu para a gente. E hoje, nessa reunião dos governadores com a Presidenta, eu acho que a sensação, de fato, Senador Ricardo, é de que a ficha não caiu para eles não; ainda não caiu a ficha. É algo muito mais grave, muito mais dramático, muito mais exigente e muito mais urgente do que essas palavras que a Presidenta apresentou hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer, mas, Senador Cristovam, eu quero aqui primeiro agradecer a oportunidade de ouvir esse aparte – como sempre…

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – … aprendemos muito e refletimos mais ainda – e dizer que vivemos uma democracia. Eu acho que a história da Presidenta Dilma, a história pessoal dela, a história política dela, por si só, demonstra a credibilidade por tudo o que ela representou.

Segundo, muitos coisas já foram feitas. Nós não podemos achar que o Brasil começou a partir de hoje, não. Eu nasci nos anos 60, olho para trás e não quero voltar para aquele País lá dos anos 60, dos anos 70, dos anos 80, porque a gente teve mudanças, e foram movimentos como esses, inclusive, que fazem... E é por isso que eu comemoro essa ida. Os meus filhos foram lá, e eu vi o sentimento deles e o aprendizado. Vi o quanto aprendem, participando de um evento como esse.

Quero dizer da importância, sim, de ouvir prefeitos e de ouvir governadores. É uma democracia. Nós somos...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Wellington, a Mesa já teve parcimônia e tolerância com V. Exª. Não cabe aparte quando um Líder fala regimentalmente, mas a Mesa colocou sob consulta do Plenário, e o Plenário, como é soberano, concordou com o aparte.

Eu vou conceder mais dois minutos para que V. Exª possa encerrar com o aparte de S. Exª o Senador Paulo Paim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Apenas para dizer que, sim, eu acho que há medidas concretas sendo tomadas, e avalio que nós também precisamos fazer a nossa parte.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, para mim, esse debate é didático. A população lá fora quer respostas. Que bom – e V. Exª já me comunicou, antes comentava comigo – que a Presidenta tomou uma série de medidas. Mas, para mim, Senador Cristovam, existe algo que não está casando. A população está nas ruas aos milhões. Falaram agora de Canoas, falaram lá de Caxias, disseram-me que aqui a rodoviária está toda congestionada e que as cidades satélites estão avançando – vieram me dizer isso aqui agora. É para ontem! E para mim me preocupa. A reforma política, pelo que eu percebo, é uma unanimidade, junto com outras medidas, naturalmente. Aí me preocupa: nós vamos fazer primeiro um plebiscito, junto à população, para ver se devemos ou não fazer a reforma política, quando nós todos sabemos...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O que a população vai dizer? Claro que a população vai querer uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. De dez votos, nove vão dizer isso. A população vai dizer: "Eu não quero que esse Congresso que está ai faça a reforma política". Vai querer a exclusiva. Por isso que eu fico na linha do Senador Cristovam: a Presidenta está certa – não é crítica aqui – no ajuste para que o plebiscito seja depois, e não antes. Nós temos que encaminhar de imediato a proposta da reforma política; feita a proposta da reforma política exclusiva, consulta-se a população se concordou ou não. É só a questão de como encaminhar, de *time,* não é? A Senadora Ana Amélia me ajudou aqui: é questão de *time,* de tempo. Era só isso que eu queria, e cumprimento V. Exª. Não dá para nós pensarmos e fazer o plebiscito sobre aquilo que nós sabemos. Olha, é que nem eu disse antes, exagerando: é que nem você ter um crime hediondo e fazer um plebiscito sobre a pena de morte. Vai dar dez a zero. Nesse caso do plebiscito, nós já sabemos o resultado. Se sabemos o resultado, vamos fazer a Constituinte exclusiva...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... e submetemos isso, aí, sim, ao plebiscito. Mas parabéns a V. Exª. Parabéns à Presidenta, que está em campo! Está em campo, suscitando o debate. E isso é muito bom para atender as demandas da população.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me brincar aqui com a frase do Senador Ferraço: a gente precisa deixar cair a ficha. Se houvesse consenso neste Parlamento sobre a reforma política, não precisava estar na pauta. Nunca houve. Há quantos anos aqui ninguém faz?

Eu acho que são dois os caminhos: primeiro, o povo quer participação. Quer participação! Não quer mais nada feito sem a sua participação. Por isso a ideia da discussão em plebiscito, e por isso o Congresso Constituinte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Desculpe-me Senador...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, eu queria aqui, com estas palavras...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É só um detalhe, é só para...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E já obediente ao meu Presidente – perdoe-me, Senador Cristovam –, obediente ao meu Presidente ...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É só um segundo, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... eu acho que a Presidenta está ouvindo o que quer o povo, e eu a apoio.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Não há consenso.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senadores...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – Distrito Federal. *Fora do microfone*.) – Não há consenso...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Senador Cristovam, dizer que a ele já foram ofertado dez minutos acima dos cinco. Eu sei que o tema é excepcional, o direito a ser aplicado deve ser o excepcional, mas a tolerância já foi...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Mas minha frase ficou...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim, em respeito a V. Exª...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Ferraço, pelo tempo regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Senador Pedro Taques, Presidente desta sessão; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu não tenho ideia da intenção, da dimensão, da intensidade dos movimentos que continuarão ocupando as ruas do nosso País. Excetuando uma minoria que se move na direção de atos absolutamente desnecessários, eu estou vendo esse movimento com enorme entusiasmo. Ver o povo nas ruas se manifestando, lutando, brigando, indo à luta pelos seus direitos, por tudo aquilo que quer manter como conquista...

As consequências ainda não estão muito claras, mas o diagnóstico está absolutamente claro. O diagnóstico de que a paciência, o tempo do povo não é o tempo da política, não é o tempo das decisões do Congresso Nacional.

E quero crer que também não faz sentido ficarmos aqui transferindo responsabilidade para a Presidente Dilma ou para quem quer que seja. Esta Casa tem soberania, esta Casa tem autonomia, e nós temos, sim, uma pauta que pode e deve ser desenvolvida de modo a oferecer respostas para inúmeras questões que estão colocadas nesse ambiente, nessa conjuntura que estamos vivendo.

O povo quer ter voz ativa nas decisões políticas; exige transparência, exige respeito na gestão e nos gastos públicos; exige o fim da corrupção e o fim da impunidade.

Podemos até ter nos surpreendido com a dimensão das manifestações, com a velocidade, talvez, com a natureza, enfim, desse movimento, avesso às lideranças formais e organizadas, moldado e multiplicado pela força e pela energia das redes sociais.

Se é verdade que nos surpreendemos, que ficamos surpreendidos, também é verdade perguntar se tínhamos o direito de estarmos surpreendidos. Surpreendidos por que, afinal? Esse tipo de mobilização vem ganhando espaço no mundo afora. Foi assim nos Estados Unidos, foi assim na Espanha, está sendo assim na Turquia, em tantos países! Por que o Brasil seria uma ilha diferente dessa conjuntura e dessa circunstância, que revela a força das redes sociais, por sua capacidade de mobilização?

Faltou, de nossa parte, uma visão crítica. Faltou, de nossa parte, uma autocrítica sobre o alcance da crise da democracia representativa em nosso País. Faltou uma avaliação crítica sobre a capacidade de mobilização das redes sociais e sobre o grau de insatisfação e indignação por parte da sociedade brasileira.

O que estamos assistindo agora é decorrente da distância, da distância alarmante entre representantes e representados, agravada por desvios éticos e pela ausência de resultados efetivos no sentido de varrer da cultura brasileira o sentimento dominante do patrimonialismo.

É decorrente do conjunto de distorções da nossa democracia representativa, da insistência em velhas práticas políticas e da indignação com a impunidade.

A onda de protestos populares se levanta, por outro lado, contra a ineficiência do Estado brasileiro, que tem uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo, mas é incapaz, tem sido incapaz de oferecer serviços públicos minimamente satisfatórios à população.

Nos últimos anos, assistimos, por certo, a avanços significativos, com a ascensão social de milhões de brasileiros. Esses brasileiros agora querem mais. E não aceitam, de forma alguma, perder conquistas já alcançadas, por conta da gestão inadequada da máquina pública. E, nessa gestão inadequada, é preciso que nós, parlamentares, sejamos muito humildes, que tenhamos a capacidade de colocar as nossas barbas de molho, porque temos responsabilidade por aquilo que não estamos fazendo, pelas respostas que não estamos oferecendo, pela leniência do processo burocrático legislativo.

Diante disso, o que fazer? Essa é a pergunta. Que medidas, afinal, o Congresso Nacional, e nós, no Senado Federal, podemos adotar no sentido de resgatar nossa relação, nossa sintonia com a sociedade brasileira?

Precisamos, antes de tudo, ter a humildade de ouvir e de acolher as críticas da população, ter a humildade de fazer uma autocrítica sobre nossa atuação política e legislativa.

Crise, senhoras e senhores, é sinal de oportunidade. Oportunidade para afirmar nossa legitimidade e nossa representatividade política, para trabalhar uma agenda sintonizada com a população brasileira.

E um dos pontos mais importantes dessa agenda – outros oradores já se manifestaram e já o fiz anteriormente, mas o faço porque esta é uma pauta, esta é uma iniciativa que está diante de nós – é a necessidade de nós colocarmos em pauta, de nós votarmos a chamada PEC 37, que pretende subtrair a autonomia, a legitimidade do Ministério Público Estadual ou do Ministério Público Federal.

Não é a primeira vez, Sr. Presidente, que me manifesto a respeito dessa matéria. Mas, diante da força das recentes manifestações, chamo a atenção para a urgência de uma decisão sobre o assunto. Não adianta retirar a PEC nº 37 de pauta. O que nós temos que fazer é votá-la. O que nós temos que fazer é derrubá-la. O que precisamos fazer é dar uma resposta à sociedade brasileira, que não aceita qualquer recuo, qualquer retrocesso, qualquer cerco à necessária manutenção da autonomia do processo investigatório por parte do Ministério Público.

E quero aqui tomar emprestado; tomar emprestado do sempre Ministro Carlos Ayres Britto, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, que, no fim de semana, deu uma belíssima entrevista enfrentando a questão relacionada à PEC nº 37. Disse o sempre Ministro, em tom muito claro: "A PEC nº 37 quer enforcar quem nunca roeu a corda: o Ministério Público."

Retirar o poder de investigação criminal do Ministério Público é seguir na contramão da democracia brasileira, conquistada com tanto esforço. Afinal, a realidade vem mostrando, há tempos, os resultados positivos do trabalho da instituição na apuração de desvios de recursos públicos, de violações de direitos humanos, de crimes ambientais, entre outros.

Que motivo podemos ter para restringir apenas às Polícias Federal e Civil a condução das investigações criminais? Quem, na verdade, vai sair ganhando, se a PEC nº 37 for aprovada? Não é óbvio que, diante da escalada de irregularidades, da escalada de malfeitos que vêm indignando o País, a intenção deveria ser somar, e não diminuir os esforços de investigação?

Ora, o cidadão brasileiro só tem a aplaudir, só tem a ganhar com o trabalho integrado da Polícia, do Ministério Público, da Receita Federal, do Banco do Brasil e de tantas outras instituições democráticas que, trabalhando de maneira integrada, fortalecem a

democracia brasileira, que hoje se faz patinando em razão da falta de sintonia entre aqueles que deveriam representar a população brasileira, mas se acomodam diante dos interesses corporativistas de uma minoria.

Sabemos todos que o Ministério Público é uma instituição historicamente pautada pela transparência e pela ética, pela defesa de uma sociedade livre e justa. Não há justificativa razoável para que ele se abstenha de contribuir na apuração das infrações penais.

Aliás, vale lembrar que o Ministério Público tem como papel constitucional a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Entre suas funções institucionais estão o zelo pelo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados pela Constituição e o exercício do controle externo da atividade policial. Isso não quer dizer que não haja excessos por parte de alguns promotores e procuradores e que esses excessos não devam ser identificados, coibidos e punidos. Mas coibir esses excessos, por meio de mecanismos internos de controle, é muito diferente de vetar o poder de investigação da instituição. A maturidade democrática que o Brasil alcançou a duras penas, insisto, não admite mais retrocessos, muito menos desculpas malcosturadas.

Em vez de abrir mão da colaboração do Ministério Público e de instrumentos preciosos de investigação de lavagem de dinheiro, como a Comissão de Valores Mobiliários e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Banco Central, temos é que aperfeiçoar os filtros já existentes contra a corrupção e o crime organizado. Os excessos eventualmente existentes na condução de investigações criminais pelo Ministério Público são cometidos por pessoas, volto a frisar. Não são próprias da natureza da instituição, cujo papel precisa ser preservado e fortalecido.

Aprovada, a PEC nº 37 também restringiria a atuação da Controladoria da União, que tem papel fundamental no combate ao desvio de verbas públicas, assim como o trabalho dos Tribunais de Contas, dos Auditores Fiscais, da Receita Federal, das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Ouço, com prazer, o eminente Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Serei muito rápido, Senador Ferraço. Quero apenas cumprimentá-lo e associar-me à sua fala. Quero dizer que essa PEC tem que ser votada, e votada já. Que cada um mostre a sua cara. Quem não aguenta pressão fica em casa tomando leite! Deputado Federal, Senador que não aguenta pressão não pode ser Parlamentar. A PEC tem que ser votada. O Parlamentar que defende a PEC vai colocar o nome, e vai aparecer no painel o nome, porque a votação é aberta, ao menos a da PEC. Parabéns por sua fala! Deve ser votada. Não se pode jogar para frente, não; jogar o lixo para debaixo do tapete.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Diante de nós, Congresso Nacional, há liberdade para que possamos construir essa pauta. O nosso desejo é que o Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, possa pautar essa proposta; que a Câmara dos Deputados possa votar, e que a maioria dos Srs. Deputados possa expressar aquilo que, a meu juízo, poderá acontecer e que deverá acontecer, porque, aí, o Congresso Nacional, efetivamente, começa a oferecer respostas para muito além das palavras, para muito além dos discursos. Respostas em torno de atitudes, e me parece que atitude é aquilo que a Nação brasileira está a cobrar do Congresso Nacional.

Srªs e Srs. Senadores, não nos podemos esquecer também de que a PEC nº 37 contraria inclusive tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, entre os quais as Convenções de Palermo e de Mérida, que determinam a ampla participação do Ministério Público nas investigações criminais.

Somente, Senador Pedro Taques, somente em três países, há exclusividade por parte da investigação criminal, excetuando a participação do Ministério Público: no Quênia, na Uganda e na Indonésia.

Volto à entrevista dada, dias atrás, pelo ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Ayres Britto. Segundo ele, o Ministério Público estaria "incomodando" alguns Deputados e Senadores; estaria sendo um ponto fora da curva. E, como o Ministro, pergunto às Srs. e aos Srs. Senadores: que curva? A da impunidade?

Se existem representantes no Congresso Nacional que se sentem incomodados pelo Ministério Público, quero deixar claro que essa não é a minha condição. De forma alguma. O que defendo, assim como milhões e milhões de brasileiros, é o fortalecimento da instituição, que tem um papel histórico na afirmação de nossa democracia e na luta por uma ordem jurídica mais justa e equilibrada. Uma instituição que se tem sobressaído pela coragem, pela independência e que tem sabido, ao longo do tempo, conquistar o apoio e o respeito da sociedade brasileira.

Ao encerrar minhas palavras, Srª Presidente, reforço minha convicção de que é preciso ouvir e respeitar a vontade soberana da sociedade brasileira. O Congresso Nacional precisa entender, acolher, recolher essas manifestações como oportunidade, e não como ameaça. Somos nós a parte, somos nós, do nosso quadrado, que podemos estar aqui, contribuindo com os nossos partidos, para que essa agenda finalmente

possa fazer parte dos nossos trabalhos. Aí, sim, criando uma sintonia direta do Congresso brasileiro com a população do País.

Portanto, Srª Presidente, são as manifestações que faço, nesta tarde, ao concluir, deixando aqui a minha convicção, a minha esperança, o meu otimismo de que o Congresso Nacional e de que o nosso Senado da República possam entender, possam sair do lugar-comum, possam virar a página e possam efetivamente romper com essa inércia, que tem marcado lamentavelmente a pauta legislativa, porque o que não falta aqui, na nossa agenda, são projetos, são iniciativas em perfeita condição de dar à nossa instituição uma condição de caminhar em absoluta sintonia com aquilo que está desejando a população brasileira.

Muito obrigado, Srªs. e Srs. Senadores.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço.

De fato, a melhor resposta que podemos dar às vozes que ecoaram aos milhares pelas ruas brasileiras, das cidades brasileiras é exatamente uma produtividade aqui, com a nossa ação legislativa, respondendo aos anseios dessa população, que acordou e que, democraticamente, manifestou as suas grandes demandas.

Essa é uma missão também do Poder Executivo, do Poder Judiciário e das demais instituições. Todos têm que prestar atenção no que a rua está pedindo.

Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço.

Está inscrito para falar pela Liderança o Senador Eduardo Braga, e eu convido o próximo orador inscrito, que é o Senador Pedro Taques.

Depois do Senador Pedro Taques, não comparecendo o Líder e em permuta com o Senador Eduardo Suplicy, será o Senador Anibal Diniz.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, ou, como alguns adoram, Srª Presidenta.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O primeiro, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu prefiro o primeiro.

A SRª. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu também.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O primeiro está no dicionário da Academia Brasileira de Letras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu prefiro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srs. Senadores, cidadãos que nos acompanham pelos vários meios de comunicação desta Casa, existem dois ditados no Estado de Mato Grosso, Senadora, sobre os quais eu gostaria de iniciar a falar. O primeiro é: "Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento." É a impressão que se tem do Brasil hoje.

Até a semana passada, nós vivíamos em céu de brigadeiro. Estava tudo lindo, tudo muito maravilhoso, tudo bonito, todos batendo palmas. De repente, o cidadão passa a se manifestar. De repente, não mais que de repente, quase que por obra do Divino Espírito Santo, o cidadão saiu às ruas e começa a se manifestar. Aí chegamos à conclusão de que a viola tem que ser colocada no saco. Nós todos temos que ficar preocupados, porque o que o cidadão está a falar, nós, aqui dentro, temos que ouvir.

Esse é um ditado muito firme do Estado de Mato Grosso. O segundo ditado é o seguinte: "Depois da porta arrombada, todos querem colocar tranca;" como se diz em Mato Grosso, a tramela. Querem colocar a tramela.

Agora, aparecem as invenções mais maravilhosas do mundo, projetos e mais projetos. Nós todos chegamos à conclusão de que agora vai. Até parece que só faltava isso para que pudéssemos nos transformar numa sociedade mais justa, mais livre e mais solidária.

Muito bem, as movimentações foram feitas, as manifestações foram feitas, nós já criticamos aqueles radicais. Estes merecem as penas da lei. Mas, e agora, José? Amanheceu o dia, o que nós todos vamos fazer? Quais serão as nossas atitudes?

Projetos, Srª Presidente, existem nesta Casa os mais maravilhosos possíveis. Existem projetos aqui que fazem até a mulher amada voltar para o seu abandonado. Existem projetos os mais lindos possíveis nesta Casa. Projetos que transformam corrupção em crime hediondo, existem vários. Projetos sobre reforma política, existem vários. Projetos sobre modificação do Código Penal, milhares. O que falta é a chamada vontade política para que esses projetos sejam aprovados.

Fazer projetos é muito fácil. Hoje, com a Internet, existem empresas que fazem projetos e apresentam. Existe um Deputado que apresentou, no primeiro dia, duzentos projetos. Fazer projetos é muito fácil. O duro, o difícil é conseguirmos essa coisa metafísica chamada vontade política para a aprovação desses projetos.

Vamos dar um exemplo: corrupção como crime hediondo. O ex-presidente Lula, lá atrás, parece-me que em 2003 ou 2004, apresentou um projeto para transformar, convolar, corrupção em crime hediondo. Por que esse projeto não foi aprovado até hoje? Qual a razão disso? Porque este atual Governo, de cuja base o meu Partido faz parte, tem a maior base da histó-

ria universal. Por que esse projeto não foi aprovado? Agora, com a porta arrombada, queremos colocar a tranca, a tramela.

Projetos sobre a Reforma Política.

O Deputado Federal Miro Teixeira, do PDT do Estado do Rio de Janeiro, tem um projeto a respeito da reforma política, exclusiva, numa Constituinte exclusiva, para que ela seja feita. Mas esse projeto está lá numa gaveta escura da Câmara dos Deputados.

Projeto que exige ficha limpa para os cargos do Poder Executivo, já existe projeto sobre isso. Aliás, existem projetos sobre isso, e não foram votados. E por que não foram votados? Porque falta a chamada vontade política. Imagine, Senador Paim, aqui, nós já tivemos medidas provisórias aprovadas em seis horas. Já tivemos projetos de lei aprovados em duas horas.

A vontade política existe para alguns casos e não existe para outros casos. O que falta é coragem para que esses projetos sejam aprovados. É só escolher naquela prateleira. Parece uma prateleira de um bolicho, prateleira de uma venda, de um mercado que vende secos e molhados, atacados e varejos. Existem projetos para todos os gostos.

Eu tenho certeza de que o Senador Paulo Paim, desde a apresentação, do início da sua legislatura, tem projetos a respeito de nós acabarmos com o voto secreto nesta Casa. Ele tem projetos nesse sentido. Nunca foram aprovados. E agora? Agora, a casa caiu. Agora, o cidadão saiu às ruas, e nós vamos ter que aprovar os projetos de afogadilho.

O temor é que a pressa possa ser inimiga da perfeição. O temor é que o apressado possa comer cru, e o apressado não pode comer cru. Nós precisamos aprovar alguns projetos.

Eu gostaria de propor ao Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, que transforme a quarta-feira agora, que é um dia de trabalho nesta Casa, como um dia de debate sobre esses projetos. Poderíamos escolher, na reunião de Líderes, que, aliás, é outro ponto que deve ser debatido, a chamada "ditadura da Liderança". Meia dúzia escolhe os projetos que serão votados.

Nós devemos discutir nesta Casa, aqui, com os 81 Senadores presentes, porque não há primeiro entre pares, não há primeiro entre aqueles que são iguais. Aliás, um dos pontos dessa chamada reforma política, Senador Cristovam, é a chamada ditadura da Liderança. Precisamos debater isso, sim.

Assim, eu quero solicitar ao Senador Renan Calheiros que transforme a quarta-feira agora num dia de escolha desses projetos. Quais projetos? Nós temos que debater a crise. A Presidenta da República está lá, chamou os 27 governadores, os 26 prefeitos de capitais, estão debatendo, e estão dizendo que a culpa pode estar aqui no Congresso Nacional. Falta votar a chamada reforma política.

Uma pergunta vem à mente: qual reforma política? Como será feita essa reforma política? Com quem será feita a reforma política? Quando será feita a reforma política? Essas perguntas precisam ser respondidas.

Primeiro, sou favorável, sim, à reforma política. E aqui eu quero dizer ao cidadão brasileiro, ao cidadão do Estado de Mato Grosso: sou Senador há dois anos e quatro meses, nunca exerci um cargo eletivo, cheguei aqui e constatei que falta vontade política para essa chamada reforma política. Não existem condições de este Congresso Nacional votar essa reforma política.

Sabe por que não existe, Senador Cristovam Buarque? Porque aqui muitos e cada um têm interesses outros. Interesses outros! Nós poderíamos estar a legislar para a nossa própria pele. Nós poderíamos estar a legislar para o nosso próprio benefício. Isto é correto? Isto não é correto.

Aqui nesta Casa pode haver alguém que defenda a Constituição da mesma forma que eu defendo. Eu tenho certeza de que muitos aqui defendem a Constituição com a mesma força que eu defendo. Não existe ninguém que defenda a Constituição mais do que eu. Igual existe, mais do que eu não existe, Senador Cristovam Buarque.

Mas eu devo chegar à conclusão de que nós não temos condições de representar a sociedade que está aí fora hoje. Cada Senador, cada Deputado Federal, não está lincado, não está legitimado pelo cidadão que aí fora se encontra. Nós não temos credibilidade para fazer essa reforma política. Quero dizer isso com total tranquilidade.

Alguns podem criticar e dizer: "Ah, o senhor pode não ter". Mas será que este Congresso tem? Será que tem? Vamos nos recordar da Constituinte de 1987, que foi instaurada no dia 1º de fevereiro de 1987 e promulgada no dia 5 de outubro de 1988. A Constituinte não era exclusiva, era um congresso constituinte. Em sendo um congresso constituinte, mais ou menos no mês de julho de 1988, formou-se o centrão e fizeram um acordo para aumentar o mandato do Presidente da República. Fizeram um acordo com os monarquistas para a necessidade de uma consulta popular. Portanto, legislaram em causa própria.

Será que se essa chamada reforma política for feita por esta Casa nós não teremos aqui um retrocesso? Será que aqui nós não teremos um retrocesso nas garantias do exercício democrático?

Quais são os interesses? Todos os interesses são republicanos, Senador Paulo Paim, ou nós aqui acreditamos ainda que coelho de Páscoa bota ovo de

chocolate? Eu não acredito desde os 4 anos de idade que Papai Noel existe. Papai Noel não existe.

Os interesses aqui podem ser outros. Por isso defendo, sim, uma reforma política através de uma Constituinte exclusiva para tratar desse tema.

Aliás, o Senador Cristovam Buarque, eu, o Deputado Miro Teixeira, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Capi, o Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Paulo Paim defendemos isso na semana passada.

Reforma política feita por este Congresso Nacional hoje não sei se tem a legitimidade devida pelo cidadão. Constituinte existe nos momentos de revolução, e revolução, etimologicamente, não quer dizer só pegar em armas. Revolução quer dizer mudança, quer dizer alteração.

Nós hoje vivemos um novo Brasil, um novo País! Não é mais o mesmo da semana passada. O cidadão quer outras demandas. O cidadão quer outras coisas. Não nos vêem mais como seus representantes. Isso é fato. Nada contra o Deputado A, o Senador B ou o Partido C. Nada contra isso. Mas os atuais partidos políticos será que representam o que o cidadão aí fora quer? Essa coalizão que mantém o atual Poder Executivo, a maior coalizão da história universal, será que essa coalizão representa o cidadão aí fora?

Nada contra o PT, Senador Aníbal, partido importante, partido histórico que todos temos que respeitar. Agora, nós temos que ouvir o que o cidadão aí fora está a dizer: essa Constituinte exclusiva, dela poderiam participar cidadãos filiados a partidos políticos e cidadãos sem filiação a partidos políticos.

Sim, porque os partidos políticos hoje não representam mais entidades intermediárias, não são mais entidades intermediárias postadas entre o cidadão e aquele que exerce o poder. Não mais representam isso. Partidos políticos, nos seus surgimentos, na gloriosa Revolução Inglesa, por volta de 1668, os partidos Wigh e Tory tinham um sentido: se colocar entre o cidadão e aquele que exercia o poder.

Será que os partidos políticos representam isso hoje? Os sindicatos, as associações, surgidas pós Revolução Francesa, será que representam isso hoje?

Onde está a CUT nessa manifestação? Onde estava a UNE? Ah, muitas vezes estavam ali disfarçadas, sem camisa, sem bandeiras, sem símbolos. Não sei. É capaz que ali estivessem. Mas será que não foram cooptadas? Será que as associações e os sindicatos não foram cooptados? Nós temos que pensar nisso. Será que representam, hoje, uma entidade intermediária?

Com todo respeito, instituições históricas, mas não representam mais este momento histórico.

Dessa Constituinte exclusiva o cidadão teria o direito, sim, de participar. Agora, aquele que participasse, Senador Cristovam Buarque, não poderia legislar em causa própria. Daí, defendo uma quarentena para que ele não possa participar de mandatos eletivos. Daí a quatro anos, quem sabe? Quem sabe daí a oito anos? Será que é renegar os partidos políticos e a participação do cidadão no processo político?

Penso que não. Penso que não. Para situações excepcionais como esta, as medidas devem ser excepcionais. Agora, nós temos que ficar atentos. Aqui, eu não quero ser uma cassandra, uma vivandeira, um velho do rastelo, que está muito na moda. Não quero ser uma cassandra, mas tenho que fazer uma maior reflexão sobre essa conversa de plebiscito. Não podemos transformar a República Federativa do Brasil em uma Venezuela. Aqui não é a Venezuela! Aqui não é a Venezuela! Podemos ter praias belíssimas como as deles, mas não vivemos na Venezuela. Temos que tomar cuidado com isso.

Muito bem. A Presidente da República fez um discurso maravilhoso na sexta ou quinta-feira. Foi quinta-feira ou sexta-feira?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sexta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sexta. Foi tão sem graça, ao menos para mim, que eu até esqueci a data. Ela falou de mobilidade. Já existe o PAC da Mobilidade, que não sai do papel. Falou do PAC. Falou da mobilidade urbana.

Aliás, no meu Estado, em Mato Grosso, na capital Cuiabá, estão falando sobre mobilidade urbana: R$1,477 bilhão para o VLT, com 22 quilômetros. Já existe o PAC da Mobilidade.

Falar em lei de transparência? A lei de transparência se aplica a todos os Poderes. Falar em lei de transparência? Falar em corrupção? Sim. E os projetos que não se votam aqui por pedido da Base? Por que não se votam?

Achei fraquíssimo o discurso de sexta-feira, fraquíssimo. E tenho a liberdade constitucional para isto aqui falar, porque sou Senador da República. Não sou Senador da Presidente da República. Não fui eleito para ser Senador da Presidente da República. Sou Senador da República.

Muito bem. A fala de hoje. Qual foi a novidade? Nenhuma novidade. Nenhuma novidade. Só discurso, discurso e nada concreto, absolutamente. Foi melhor, mas nada concreto.

Precisamos entender que, aqui nesta Casa, nós todos temos responsabilidade, e todos conhecemos as nossas responsabilidades. Nós todos sabemos onde está o ponto. Nós todos sabemos. Estamos aqui disfarçando a realidade. Estamos aqui quase que numa fraude de consciência, estamos aqui debatendo o quê?

Nada sai do papel, nada. Ao menos o mais importante. Agora, se for uma media provisória em que tem interesse o Poder Executivo, em duas horas isso é votado. Votado a toque de caixa, como se diz, a toque de caixa.

PEC 37. Agora vão tirar de pauta a PEC 37. Deveriam votar a PEC 37 para que cada Deputado Federal assuma a sua responsabilidade histórica, para que cada Deputado Federal possa mostrar de que maneira ele vota. Nada contra a polícia. A polícia tem que ser valorizada, mas a PEC tem que ser votada.

Reforma política. Qual reforma política, Srª Presidente? Qual reforma? Nós vamos tratar das relações do Executivo e do Legislativo? Sim, faz parte da reforma política. Aí temos que tratar da medida provisória? Sim, existe uma proposta de emenda à Constituição votada aqui nesta Casa por todos os Senadores. O primeiro signatário foi o Senador Sarney, relatada pelo Senador Aécio. Está na Câmara, deitada em berço esplêndido. Está na Câmara, em uma gaveta escura, que nada vota. Fomos até a Presidência da Câmara, à época, o Presidente era o Marco Maia. Pedimos para ele votar, até hoje não votou.

Isso faz parte da reforma política? Qual reforma política nós queremos, Srª Presidente? Qual reforma política? Que vai tratar de financiamento de campanha porque não existe almoço de graça? Vai tratar da reeleição? Vai tratar das funções de um bicameralismo que não funciona? Vai tratar de imunidade parlamentar processual? Vai tratar de foro por prerrogativa para Deputados Federais, Senadores e Presidente da República? Isso faz parte da reforma política ou teremos uma reforma eleitoral? Reforma eleitoral é uma coisa, reforma política é outra coisa.

Qual reforma política nós queremos e como ela será feita? Como ela será feita? Nós precisamos debater isso. Será exclusiva ou nós mesmos faremos essa reforma? Não faremos essa reforma com este Congresso.

Aqui já houve, no início desta Legislatura, no ano de 2011, uma comissão especial de Senadores, presidida pelo Senador Dornelles, eu fazia parte dela, o Senador Itamar Franco fazia parte dessa comissão – já até morreu, e que Deus o tenha em bom lugar –, e nós não votamos a reforma política. Qual reforma política? Como será a reforma política? Com quem será a reforma política? Com quem? Ela será exclusiva? Quanto tempo? Já que ela a deseja, a Presidente precisaria dizer isso, porque senão ela estará fazendo sabe o quê? Jogando a batata quente – permitam-me esta expressão mais pedestre –, ela estará jogando a batata quente para esta Casa, porque o cidadão lá em Colniza, em Confresa, em São José do Povo, no Estado de Mato Grosso, vai saber que a reforma política está sendo feita e o Congresso Nacional não está mexendo com a reforma política. Qual reforma? Como ela será feita? Com quem será feita e quando será feita? Precisamos debater isso e nos recordar: as praias da Venezuela são maravilhosas – Isla Margarita, é bonito ali –, as praias brasileiras são maravilhosas, mas nós não vivemos na Venezuela, não vivemos na Venezuela.

Para minha honra, concedo um aparte a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Taques, em primeiro lugar, quero dizer que temos aqui a visita do nosso Deputado Picler, do Paraná. Mas, Senador Taques, o senhor é um dos que aqui sempre lutaram pela reforma política. Se analisarmos os seus projetos, perceberemos que uma boa parte tem a ver com a reforma política, tanto para moralizar a política, como para dar eficiência à política, como para reduzir os custos da política. Estes são três eixos que precisamos trabalhar: eficiência, moralidade e representatividade também, incorporando os novos meios de comunicação para que aqui cheguem propostas de projetos de lei que nós não fizermos. Aqui chegou 1,4 milhão de assinaturas relacionadas com a eleição para Presidente que o senhor perdeu disputando com o Senador Renan Calheiros, mas não fizemos nada com aquilo. Recebemos, nós dois, mas não conseguimos fazer nada. Não é possível mais democracia sem levar em conta a participação popular por meio da Internet. Eu temo que nós não estejamos entendendo o que está acontecendo hoje no Brasil, não só pelo tamanho, como pela forma como acontece. O tamanho de se colocar dois milhões de pessoas num dia nas ruas: nós não entendemos o que isso significa exatamente. O segundo fato é que esses dois milhões foram para as ruas sem nenhuma publicidade por jornal, sem nenhum anúncio na televisão, sem carro de som chamando, sem panfleto. Ou seja, é uma manifestação que, mesmo quando sai da rua, porque cansa, continua ligada. Essa manifestação, engana-se quem acha que ela acaba. Ela sai até da rua, mas não acaba, fica ligada na Internet. E ligada na Internet, eles continuam manifestando a indignação que sentem com as coisas, trocando informações. E mais importante: se um dia um deles põe "amanhã, às cinco da tarde, nos vemos em frente da casa do Governador, todo mundo vestido de branco", no dia seguinte todo mundo vai estar vestido de branco na frente da casa do Governador. O povo se mobilizou. Não é mais o povo fazendo uma passeata. No meu tempo, nós fazíamos passeata. Hoje, o povo está mobilizado. E isso a reforma política vai ter que incorporar. Vai ter que incorporar a moralidade, lutando contra a corrupção, por exemplo, com o seu projeto de crime hediondo para a corrupção, que a Presidenta

descobriu agora, depois de dois milhões de pessoas nas ruas, quebra-quebra, todo mundo apavorado, polícia nas ruas, ela descobriu... Ela descobriu não, ela nem descobriu que existe um projeto seu que propõe exatamente isso, senão não teria colocado como ponto de resposta aos manifestantes um projeto que já é seu. Sobre os *royalties* do petróleo chega a dar raiva, pois se quer enganar o Brasil dizendo-se que, como resultado dessa manifestação, 100% dos *royalties* do petróleo vão para a educação. Esse projeto já foi apresentado por Senadores, inclusive por mim, e já há um projeto dela, já está avançando. E, além disso, ninguém sabe a dimensão desse petróleo, ninguém sabe se tecnicamente é possível...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quando.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Ninguém sabe quando e, mesmo que tudo dê certo, é pouco diante do que é preciso para a educação. E quando? Dez anos, quinze anos? E é pouco; não é muito. Estão enganando. Essa é uma revolução, e estão achando que vão enganar facilmente, mas não vão. Nós corremos o risco de essa manifestação continuar paralisando as funções do Brasil, embora, felizmente, mantendo a mobilidade, mantendo a presença da população.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

E já encerro, Srª Presidente, dizendo que...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ...é muito interessante essa revolução, essa mudança – revolução no sentido etimológico do termo de alteração –, que mostrou luz e agora todos estão em direção à luz. Parecem aqueles bichinhos de luz, vaga-lumes. Estão em direção à luz.

Já ouvi discursos aqui favoráveis agora à corrupção como crime hediondo. Mas há dez dias esse discurso era udenista, era lacerdista, era moralista. Muito bonito isso: a pressão faz o carvão virar diamante.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Pedro Taques pela reflexão feita na tribuna com uma fundamentação inquestionável e uma observação política adequada.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Anibal Diniz, em permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, tenho ouvido com muita atenção todos os pronunciamentos que têm sido feitos a respeito dessa mobilização que mexeu com o Brasil, que está presente em todas as capitais e em centenas de cidades brasileiras. E confesso que o meu silêncio é um silêncio reflexivo. É mais no sentido de tentar entender exatamente qual é a amplitude das reivindicações que estão sendo feitas e também que tipo de respostas que podem ser dadas. Porque, sinceramente, se a resposta fosse fácil, certamente todos gostariam de inventar a pólvora, apresentar essa resposta e ser aplaudido por esses milhões que saíram às ruas.

Mas só que esses milhões que saíram às ruas estão dizendo assim: "Sem partido; o político que aparecer aqui vai levar vaia." E eu estou vendo Senadores se apressarem em querer mostrar que eles estão de bem com essa juventude que está nas ruas. E eu fico em dúvida se estão mesmo, porque esse movimento tem exigido coisas que vão muito além da nossa percepção. Inclusive, eu gostaria de saber qual é o modelo de Estado que está na mente dessas pessoas que estão indo às ruas para exigir tantas mudanças e tão rapidamente.

Eu quero imaginar que, com a indignação posta, apresentada por essas pessoas, não se está calculando um Estado com Senado instalado, nem com Câmara dos Deputados instalada, nem com Judiciário instalado e nem com Executivo instalado. Eu acho que está surgindo um movimento em busca de uma nova ordem. E eu, sinceramente, não me atrevo a prever nada que possa resultar disso, porque todos os movimentos dos quais tive notícia até aqui foram movimentos que apresentaram pautas específicas, lideranças para negociar essas pautas e autoridade para, inclusive, construir o fim do movimento quando essas pautas são atendidas ou, pelo menos, negociadas; é dado um prazo; são colocados alguns parâmetros que podem vir a contentar minimamente os participantes do movimento.

Vejo que a ausência das entidades é porque, na realidade, as entidades não estão mais falando por essas pessoas que se manifestam. Essas pessoas que se manifestam o fazem como se fossem autossuficientes e não estão à procura de ninguém para representá-las. E, nesse sentido, eu me confesso completamente impotente; estou tentando entender, porque algumas coisas, certamente, elas vão exigir de nós. E acho que, muitas das que elas vão exigir, nós não vamos atender. Por exemplo: será que essa juventude está de acordo com que um Senador da República ganhe R$26 mil enquanto um professor não consegue ter o seu piso salarial assegurado? Quanto ganha um doutor em uma universidade federal depois de tantos anos de estudos? Será que os nossos Senadores estão dispostos a estabelecer um novo piso salarial para a represen-

tação política do Brasil, atingindo o Supremo Tribunal Federal, atingindo o Executivo e atingindo também o Legislativo? Será que nós estamos dispostos a discutir a verba de representação, de que todo mundo, ou pelo menos a maioria dos Senadores, usufrui para o sustento das suas atividades parlamentares? Porque, sinceramente, eu acho que a reivindicação que está posta na rua vai muito além da melhoria dos transportes; vai muito além do combate pontual em relação a determinadas situações e, certamente, tem a corrupção no centro desse combate. por conta do que ficou muito simplificado na cabeça das pessoas.

E é correto isso, porque a corrupção é um mal, é um mal que tem que ser combatido com toda a veemência. E acredito que a proposta do Senador Taques de transformar a corrupção em um crime hediondo será incorporada, sim, por este Parlamento, mas com todos os cuidados que devem ser adotados para evitar que muitos possam ser destinados à pena de morte, apenas pela acusação, sem o direito de defesa próprio de um processo legal instalado, e assim por diante.

Eu acho que há muitas coisas postas que nós não conseguimos interpretar – eu pelo menos não consigo. Fico sinceramente admirado pelo fato de Senadores, facilmente, interpretarem tudo, dando logo uma resposta, já tendo um caminho para dialogar com essa juventude. Eu, sinceramente, não consigo. Vou permanecer por mais alguns dias no meu silêncio obsequioso, na busca de uma resposta, se é que vou conseguir essa resposta.

Mas acho que o esforço da Presidenta Dilma posto hoje, que está sendo duramente criticado aqui, é uma tentativa de levar as instituições do Estado brasileiro a refletir sobre esse problema. Mas, certamente, está ainda muito frio; naquela brincadeira do frio ou quente, acho que ainda estamos muito frios em termos de nos aproximarmos do alvo. Mas, verdadeiramente, acho que tanto o Executivo quanto o Legislativo estão frios; todos nós estamos deixando muito a desejar a essa massa que ocupou as ruas exigindo outra ordem. "Alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial", dizia Caetano Veloso. Eu acho que, neste momento, há uma nova ordem sendo exigida e eu, sinceramente, não faço ideia de qual será o desdobramento dessa nova ordem que está sendo exigida pela multidão nas ruas.

Parece-me que o Senador Cristovam foi o primeiro a pedir aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, quero dizer que comparto da mesma perplexidade sua. Eu não estou entendendo. Mas eu também estou querendo entender, como o senhor. Pena que muitos aí não estão nem preocupados em entender. Estão achando que isso é um fato passageiro e que, daqui a pouco, tudo se acalma direitinho, e há outros rindo do que está acontecendo. Eu não estou entendendo. Agora, eu me dedico, sim, a procurar entender o que está acontecendo e, ao querer entender isso, eu acho que tem uma coisa que a gente sabe, pode não entender. Tudo o que eles estão fazendo pode ser explicado em uma palavra: mudança; eles querem mudança. Como eu falei hoje no meu discurso, caiu a ficha de que as coisas não estão bem no Brasil.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Mas que sejam mudanças que nos atinjam também.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É óbvio, por isso que defendo a Constituinte exclusiva porque, se deixar para nós aqui, o salário da gente não baixa, mas, numa Constituinte exclusiva em que nenhum dos constituintes vai ser Senador ou Deputado, eles vão baixar. Por isso tem que ser uma Constituinte exclusiva. Aqui não se vota para terminar a verba indenizatória; eles podem votar para terminar ou deixar se acharem que isso é importante para o serviço público. Eu não preciso usá-la porque moro aqui, então não preciso usá-la, zero há muito tempo, mas os que moram fora vão precisar. Então, eles, provavelmente, deixariam isso, criando novos critérios. Agora, sobre a ideia de que está frio ou quente, eu acho que nós todos estamos frios, salvo o povo que está quente. O povo está quente, mas a impressão que eu tenho, Senador Paim, é que muitos ainda estão achando que o povo está frio também, ou que o povo está só morno, ou que é um fogo de palha, como se diz. Não é, mudou a realidade. Uma coisa a gente pode não entender, mas sabe: essa tal de Internet criou um sistema de comunicação em que hoje qualquer grupo de jovem consegue colocar milhares na rua, qualquer um consegue colocar milhares na rua por qualquer pretexto, inclusive ruim, quando um grupo deles quiser. Então, eu desejaria que houvesse uma maior dedicação. Por exemplo, o Senador Pedro Taques estava falando: por que o Presidente Renan não convoca o Senado para ficar uma sessão aqui discutindo isso, todo mundo, inclusive o discurso da Presidenta Dilma e tudo o mais? Por que a gente não debate se os discursos que o Taques faz e os que eu faço são corretos ou não? Eu, na quinta-feira, sugeri isto ao Presidente Renan: convidar um grupo para debater o assunto. Em um discurso meu na Presidência dele, reafirmei isso, e ele disse que estava a favor. Hoje eu acho que é pouco, Senador Paim. Na quinta-feira, eu não tinha a dimensão da crise. Hoje, não pode ser convocar um grupo; tem-se que convocar uma sessão especial para isso, com a presença de todos, uma sessão ordinária em que a presença seja fundamental. Mas, finalmente, só para dizer que

eu acho que ninguém entendeu, mas eu lamento que alguns não estejam procurando entender. Quanto a tocar no nosso, eles têm que tocar, sim, mas aí por isso que não somos nós, e aí a nossa proposta – do Pedro Taques, minha e de outros – de uma Constituinte exclusiva, e que a Presidente citou hoje. Mas ela citou de uma maneira despreparada, como o próprio Senador Paim falou. Ela falou num plebiscito. Para que o plebiscito? Para saber se quer ou não quer uma reforma da Constituição? Ou é um plebiscito para saber se vai convocar ou não uma Constituinte? Ou é o plebiscito já depois do trabalho da Constituinte para saber se o povo aprova ou não a reforma que foi proposta? Não ficou claro. A impressão que eu tenho é a de que foi uma coisa superficial, que os governadores e a Presidente não entenderam o que está acontecendo. Que não se preocuparam com a dimensão das coisas que estão acontecendo. E que daqui a uma semana, talvez, tenham que fazer outra reunião. O que vai ser muito dramático. Porque, além disso, na palavra "pacto", o povo não acredita mais. E, em pacto entre políticos, incluindo todos nós – me ponha no primeiro lugar da fila –, o povo não acredita. O povo não acredita em pacto entre nós, políticos. E é isso que saiu: pacto para isso, pacto para isso, pacto para isso, pacto para aquilo. É um equívoco. Eu acho que a Presidente deveria assumir o papel de grande estadista. Sabe uma coisa que eu acho que está atrapalhando muito a Presidente? Ser candidata à reeleição. Isso atrapalha muito. Porque ela não consegue agir como estadista, tem que agir como candidata. Aí o imediato dela, os próximos seis meses, são decisivos. Em vez de pensar nos próximos 60 anos do País. Eu estou muito preocupado por isso. Talvez seja uma das razões pelas quais essa Constituinte tinha que acabar com o instituto da reeleição para todos os cargos executivos, e eu vou dizer mais, uma coisa que nenhum de nós aprovaria aqui: e só uma reeleição para todos os parlamentares; e para dirigentes de clube de futebol; e para presidente de sindicato. Não poderia ter mais de dois mandatos. Por isso se precisa de uma Constituinte.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Taques?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, se V. Exª me permitir interrompê-lo...

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Pimentel disse que tem um compromisso às 19 horas e queria fazer uma rápida consideração, e V. Exª, se assim entender, poderá falar...

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Pedro Taques. V. Exª, sempre muito gentil.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Eu fico muito grato, Senador Pedro Taques, porque eu tenho sempre às segundas-feiras uma reunião de trabalho às 19 horas e pedi ao nosso Presidente Paulo Paim e ao nosso Senador Anibal Diniz, que está na tribuna, primeiro para registrar que, ainda em 2009, o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei propondo que todos os crimes de corrupção neste País sejam crimes hediondos. E propôs também que a empresa corruptora seja enquadrada em vários outros crimes, principalmente de multa, porque hoje o único alcance para um corruptor no Brasil, no caso das empresas, é o seu descredenciamento para participação em licitação. Esse projeto ficou de 2009 até maio de 2013, ou seja, indo para cinco anos, na Câmara Federal. Felizmente, quinze dias atrás, a Câmara o aprovou; veio para o Senado Federal e está na CRE, na Comissão de Relações Exteriores, aguardando a designação de relator. Eu sou um daqueles, Senador Anibal Diniz, que acham que nós deveríamos, os 81 Senadores, respeitando o clamor das ruas contra a corrupção, assinar a urgência para ele vir direto ao plenário; e aqui fazermos um grande debate e os ajustes, se porventura entendermos que são necessários. Mas não vamos deixar de assumir a nossa parte. Desde 2009, o projeto de lei que enquadra todos os corruptos do Brasil em crime hediondo está na Casa. O projeto de lei que trata do corruptor como também responsável nesse processo está na Casa, e cabe a nós fazermos a nossa parte. Acredito que, com o clamor das ruas, agora, se cria um consenso mínimo para que possamos andar mais rápido com esse projeto. Quero também registrar, Sr. Presidente e Senador Anibal, que, em 2006, o Presidente Lula teve a ousadia de propor um míni Constituinte para tratar da reforma política. Naquela época, grande parte dos meios de comunicação, que hoje estão favoráveis, infelizmente, disseram que o Presidente Lula queria dar um golpe de Estado, a exemplo da Venezuela. E aí nós tivemos que retirar da agenda o plebiscito da reforma política. E dizia o Presidente Lula que sem Constituinte específica não há reforma política, porque a reforma política significa cortar na carne daqueles que estão disputando o processo eleitoral e principalmente dos que foram eleitos; e cortar na carne não é daquele de outro partido. É dos seus concorrentes, do seu partido ou da sua coligação. Eu acredito que agora é chegado o momento. Mas é bom lembrar que aqueles que foram candidatos em 2006 a Presidente da República ficaram muito mais coniventes com parte dos meios de

comunicação que se insurgiram contra a Constituinte exclusiva e que, felizmente, agora, despertaram para isso, julgando-a necessário. Quero também registrar que o Plano Nacional de Educação chegou nesta Casa em 2010 e está pronto, está tramitando aqui no Senado Federal. E, se nós queremos dar uma resposta, aportando mais recursos para a educação, criando 239 estratégias para cuidar da educação desde o primeiro dia de educação até o pós-doutorado, vamos pedir urgência para agilizar o PNE, porque ali há um conjunto de ações. E quero registrar que o PNE foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos, tendo um grande consenso em torno disso. Algum ajuste que for preciso ser feito, que façamos aqui no plenário, mas que não fiquemos prendendo o PNE, sob pena de não haver uma sintonia estreita com as ruas. Eu tinha muitas outras coisas a ponderar, mas sei que o tempo é de V. Exª, pela aquiescência do nosso Senador Pedro Taques e pela bondade do nosso Presidente, vou deixar para amanhã fazer um debate mais aprofundado. Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador José Pimentel, nosso Líder do Governo na Casa. As informações que V. Exª traz enriquecem extraordinariamente essas minhas reflexões, principalmente porque V. Exª já traz propostas concretas, que são desafiadoras para o conjunto dos Senadores. Acredito que, a partir desse apelo feito por V. Exª, certamente todos os Senadores vão assinar o pedido de urgência para apreciação desse projeto, que há cinco anos tramita na Câmara e agora entra no Senado, propondo a transformação do crime de corrupção em crime hediondo.

Agora ouço o Senador Pedro Taques, que também tem proposta nesse sentido.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, o senhor diz que ainda está frio, perigoso estar igual ao cadáver, muito frio. Aquele que está morto está frio. Eu prefiro o quente ao frio. Muito bem. O Senador Pimentel fez referência ao projeto de lei do ex-Presidente, que foi apresentado, que transforma corrupção em crime hediondo, em 2009 – 2010, 2011, 2012, 2013, metade do ano –, cinco anos, faltou vontade política. Não interessa quem é o pai da criança; nós queremos saber da criança crescendo. Por que esse projeto não foi aprovado? Porque faltou vontade política. E a Base é a maior Base da história do Brasil. Por que não se aprovou? Esse é o primeiro ponto. Quanto à Constituinte exclusiva, em 2006, existe uma proposta de emenda do Deputado Miro Teixeira, do PDT, também de 2007, e não foi aprovada. Falta vontade política. Não interessa quem seja o pai da criança, isso não interessa. O que interessa é que nós possamos fazer surgir aqui a vontade política. Com todo o respeito, essa vontade política não existe aqui, a não ser que a porta esteja arrombada. Aí cada um vai ficar preocupado com o seu, todos vão votar de afogadilho, com pressa. Infelizmente, é assim que funciona, mas não deveria funcionar assim. Ninguém ainda entendeu, Senador Anibal, o que está ocorrendo aí fora. Ninguém pode ter a pretensão, a veleidade de entender o que está ocorrendo aí fora. Agora, algo está ocorrendo. E nós não podemos ficar aqui pensando, dando milho aos pombos. Não podemos ficar assim, nós temos obrigações constitucionais.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Taques. Concordo com V. Exª de que vontade política tem faltado para as votações mais importantes, para as decisões mais importantes nesta Casa. Quando se trata da reforma política, nós sabemos de todos os passos que foram ensaiados e não foram dados na atual legislatura neste sentido.

No que diz respeito ao pensar, ao se reunir, ao conversar, eu diria que nenhuma reunião, nenhuma conversa alongada é prejudicial neste momento. Acho que é preciso que haja mais e mais disposição para o diálogo, para a busca do entendimento de tudo que está acontecendo e, se propostas forem surgindo no sentido de dar uma resposta ao anseio desses milhares ou milhões, porque chegaram a 2 milhões o total de pessoas que se movimentaram, que foram às ruas, se puder ter respostas concretas que possam ir ao encontro, conseguir dar uma satisfação ao anseio dessa multidão, vou me sentir muito realizado se isso, por ventura, vier a acontecer.

O fato é que ainda, neste momento, não consigo imaginar que nada do que esteja sendo discutido aqui no Senado esteja dando resposta concreta ao anseio desta multidão.

Senador Paim, gostaria também, ao finalizar este meu pronunciamento, de fazer uma referência à audiência pública. Tivemos uma audiência pública muito importante, na última quinta-feira, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, na Comissão de Relações Exteriores. Ele veio justamente tratar de um assunto que está muito em voga neste momento, que é relacionado às alianças que o Brasil tem firmado com os países da América Latina, principalmente o Mercosul, e também a uma outra aliança, liderada pelo México, a Aliança do Pacífico, que tem sido dada como um grande avanço em comparação com o que está acontecendo com o Mercosul.

A apresentação do Ministro Antonio Patriota foi de muito valor para todos nós, Senadores, porque pôde mostrar claramente o quanto o Brasil tem adotado uma postura correta e o quanto a sua política de

relações exteriores tem sido acertada, principalmente depois do governo Lula e com a Presidenta Dilma, no atual momento.

Então, eu gostaria de colocar algumas questões relacionadas ao que tivemos no debate com o Ministro Antonio Patriota, que, certamente, nos ajuda também a entender este momento das relações políticas internacionais do Brasil, principalmente com os países da América Latina.

A chamada Aliança do Pacífico, o novo bloco econômico comercial que pretende agregar, numa área de livre comércio, Chile, Peru, Colômbia, México e Costa Rica, não tem a menor chance de reunir as condições para colocar em xeque o Brasil, o Mercosul ou a Unasul, que, mesmo considerados pelos conservadores brasileiros como blocos de economias estatizadas e pouco dinâmicas, que rejeitam as regras do livre comércio, continuam sendo o que há de melhor em termos de aliança regional para a América do Sul e a América Latina.

Vejo, pela empolgação demonstrada pelos conservadores, alimentada pela grande imprensa a seu serviço, que a crise do capitalismo desregulado ainda não foi suficiente para diminuir o otimismo dos adoradores do capital, para os quais o futuro pertence à Aliança do Pacífico, ao passo que a estagnação, o isolamento e o atraso pertencem ao Mercosul e à Unasul.

Bom, antes de mais nada, é preciso observar que qualquer bloco econômico da América do Sul ou da América Latina que não inclua o Brasil não terá maior relevância regional.

O Brasil é a sexta economia do mundo e o Mercosul, em seu conjunto, já representa a quarta economia mundial, à frente de gigantes como Alemanha e Japão. Em contrapartida, o México, a grande economia da Aliança do Pacífico, é a décima quarta economia do mundo - dados de 2011 - e a Aliança do Pacífico como um todo representaria a nona economia do planeta. Ademais, nenhum país da Aliança chega perto do peso demográfico, geográfico e geopolítico que o Brasil tem hoje no mundo.

Alguns argumentam que a Aliança exporta mais que o Mercosul. É verdade. Em razão das grandes exportações do México, fruto essencialmente da sua participação no bloco da América do Norte. Esse bloco, efetivamente, exporta mais. Porém, os defensores da Aliança do Pacífico não mencionam que a balança comercial do México é deficitária. Entre 2002 e 2011, segundo dados da Aladi, o México acumulou cerca de US$72 bilhões de déficit em sua balança comercial. Não é muito se levarmos em consideração o volume da corrente de comércio mexicana, mas é algo significativo. Em contraste, o Brasil acumulou, no mesmo período, um superávit de US$303 bilhões, que muito contribuiu para a superação da vulnerabilidade externa de nossa economia.

Outro importante aspecto a ser considerado é que o Brasil e o Mercosul já têm livre comércio ou comércio bastante facilitado com todos os países da América do Sul que aderiram à Aliança do Pacífico. Em alguns casos, há muito tempo. O Chile, por exemplo, formalizou sua associação à área de livre comércio do Mercosul já em 1996, com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile nº 35). O Peru, por sua vez, aderiu à zona de livre comércio do Mercosul em 2003, com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Peru nº 58, de 2003. E a Colômbia, o Equador e a Venezuela tornaram-se membros associados do Mercosul em 2004, mediante a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela nº 59, de 2004.

Ou seja, todos esses países da Aliança do Pacífico e mais todos os demais países da América do Sul, à exceção da Guiana e do Suriname, já fazem parte, em maior ou menor grau, da zona de livre comércio do Mercosul. A única grande diferença, em relação aos membros plenos do bloco (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela), é que eles não fazem parte da união aduaneira do Mercosul e nem participam de suas instituições políticas.

Como resultado dessa integração, as exportações do Brasil para essas nações aumentaram exponencialmente. Para a Colômbia, as exportações brasileiras aumentaram de US$638 milhões, em 2002, para US$2,83 bilhões, em 2012. Em relação ao Peru, nossas exportações subiram de apenas US$438 milhões, em 2002, para US$2,4 bilhões, em 2012. No que tange ao Chile, as exportações brasileiras aumentaram de US$1,4 bilhão, em 2002, para US$5,4 bilhões, em 2011. Diga-se, de passagem, que o Brasil tem alentados superávits com todos esses países.

Além disso, esses países da América do Sul que participam da Aliança do Pacífico já têm, por força desses acordos citados e dos acordos firmados no âmbito da Comunidade Andina, livre comércio entre si. Portanto, a única novidade da Aliança é a proposta de livre comércio entre esses países e o México. Nesse sentido, a Aliança do Pacífico nada mais é, pelo menos por enquanto, do que um acordo de livre comércio entre o México e alguns países remanescentes da Comunidade Andina, já que Equador, Bolívia e Venezuela não pretendem aderir. Não se pense, aliás, que a Aliança do Pacífico vai conseguir acesso facilitado ao mercado norte-americano. Qualquer acordo com os EUA terá de passar pelo crivo draconiano do Congresso norte-

-americano, que exigirá, dos países da Aliança, bem mais do que livre comércio.

Em relação ao México, o Brasil firmou o Acordo de Complementação Econômica nº 53, ainda em 2002. Tal acordo, embora menos ambicioso que os demais citados aqui, estabeleceu preferências tarifárias em cerca de 800 itens da pauta exportadora. Ademais, o Brasil e o México firmaram, também em 2002, o Acordo de Complementação Econômica nº 55, de 2002, destinado unicamente a estabelecer um maior intercâmbio comercial de automóveis.

Por conseguinte, a Aliança do Pacífico não tem nenhum impacto significativo sobre a realidade econômico-comercial da América do Sul e da América Latina. E nem sobre o Brasil e o Mercosul. A não ser que os demais países da região abandonem o Mercosul, coisa altamente improvável, ela não representa ameaça real ao Brasil e ao autêntico processo de integração. Seu impacto maior é apenas político-ideológico: ela representa simbolicamente a aposta estratégica e incondicional no livre-cambismo, como solução mágica para os problemas econômicos e sociais de nossa região. Com a crise do capitalismo desregulado, essa pauta já deveria estar definitivamente enterrada, mas, como a fênix, ela ressurge teimosamente das suas próprias cinzas para enganar os incautos.

E o Ministro Antônio Patriota foi muito preciso quando disse que a Aliança do Pacífico é muito boa de *marketing*, pois tem feito uma propalação das suas ações muito além daquilo que verdadeiramente está acontecendo. A Aliança do Pacífico não é uma ameaça para o Brasil, não é uma ameaça para o Mercosul, e, ainda assim, temos posições muito, digamos assim, empolgadas de alguns com seu típico complexo de vira-lata, achando que os acordos feitos pelo Brasil não são os bons e que os melhores estão sendo firmados pela Aliança do Pacífico.

Relativamente a esse assunto, é interessante cotejar a experiência recente do México com a do Brasil.

O México, além de aderir ao acordo inteiramente assimétrico do Nafta, já em 1992, firmou nada menos do que 32 acordos de livre comércio. Trata-se do país campeão em livre comércio, o que mais celebrou acordos desse tipo em todo o mundo.

Se os teóricos do livre-cambismo estivessem certos, o México seria a economia mais dinâmica e inovadora do mundo. Contudo, os resultados efetivos são, para dizer o mínimo, duvidosos.

Após um período inicial de euforia com os novos investimentos norte-americanos e com o grande aumento do seu comércio internacional, principalmente com a criação de empresas "maquiadoras" na fronteira com os Estados Unidos, os inevitáveis efeitos negativos da integração tão assimétrica com a maior economia mundial se tornaram cada vez mais evidentes.

No campo industrial, houve grande esfacelamento da estrutura produtiva nacional. Muitas empresas mexicanas não conseguiram sobreviver à concorrência da produção industrial dos Estados Unidos. E as que conseguiram foram, em boa parte, compradas a baixos preços por grupos econômicos norte-americanos. Isso aconteceu de modo especialmente intenso na outrora pujante indústria têxtil mexicana, que passou a orbitar a cadeia produtiva dos Estados Unidos.

Na área agrícola, houve a geração de notável insegurança alimentar. O México...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...que era exportador de grãos, no período pré-Nafta, passou a importá-los dos Estados Unidos em sua quase totalidade. Tal processo de destruição das culturas agrícolas se deu inclusive no que tange ao milho, base da alimentação e culinária mexicanas. Hoje em dia, o milho utilizado no México é quase todo colhido nos Estados Unidos, que subsidiam fortemente a sua produção. Embora a agricultura mais moderna e irrigada tenha sobrevivido, a agricultura familiar foi muito afetada.

Ademais, houve fragilização da proteção jurídica ao meio ambiente e precarização das relações trabalhistas, em virtude dos privilégios concedidos aos investidores norte-americanos, no capítulo sobre investimentos do Nafta.

A consequência mais relevante foi, contudo, o aumento das desigualdades regionais e sociais no México. Houve poucos ganhadores mexicanos com a integração aos Estados Unidos da América e com os demais acordos de livre comércio, concentrados principalmente no norte do país. As demais regiões, principalmente a região sul do México, e a grande massa dos trabalhadores urbanos e rurais mexicanos não se beneficiaram na mesma medida, como se esperava. Na realidade, ocorreu significativo incremento das assimetrias regionais e sociais, impulsionado pelos efeitos econômicos desagregadores e destruidores da integração aos Estados Unidos.

Estudo feito pelo Banco Mundial, em 2007, nas suas conclusões, mostra cabalmente que os efeitos da inserção internacional do México ao longo do Nafta foram significativamente regressivos. Ademais, a economia mexicana tornou-se mais ainda dependente da economia dos Estados Unidos, dependência que não foi revertida com a assinatura dos demais acordos de livre comércio. Com a crise que afetou profundamente a economia norte-americana, o México praticamente não cresceu em 2008, e, em 2009, seu PIB caiu quase 7%.

Nos primeiros dez anos deste século, o PIB *per capita* do México cresceu apenas 12%, bem abaixo do que cresceu o do Brasil, que cresceu 28%. Na realidade, o México só superou, nesse cômputo, a frágil Guatemala, o país que menos cresceu em toda a América Latina, com base nesse parâmetro específico. O recente crescimento do México, obtido graças, essencialmente, ao afluxo de capitais especulativos, não muda esse quadro estrutural.

Então, Senador Paim, para concluir este pronunciamento, só tenho a afirmar que a exposição do Ministro Antonio Patriota durante a audiência pública que tivemos na última quinta-feira, na nossa Comissão de Relações Exteriores, foi uma exposição muito esclarecedora no sentido de mostrar que a aliança que o Brasil tem com o Mercosul, com os países que integram o Mercosul, é uma aliança que vem dando certo, porque as exportações do Brasil só aumentaram, e isso tem contribuído significativamente para que o Brasil continue estável. Apesar de toda a crise, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, é um país que tem, nas suas relações exteriores, tirado um proveito importante para o Brasil e para todos os brasileiros.

Nesse sentido, Senador Paim, concluo as minhas palavras pedindo a gentileza de V. Exª publicar na íntegra este pronunciamento, uma vez que ele traz um estudo importante sobre essa relação do Brasil com os países da América do Sul e dá a certeza para os brasileiros de que a nossa relação com o Mercosul é uma relação muito proveitosa e que a gente não deve ficar invejando a Aliança do Pacífico, porque ela não vai nos trazer nenhum proveito que já não seja dado com muito maior sucesso na nossa aliança com o Mercosul.

Muito obrigado.

Reitero a V. Exª que, por gentileza, publique na íntegra este pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – A chamada Aliança do Pacífico, o novo bloco econômico comercial que pretende agregar, numa área de livre comércio, Chile, Peru, Colômbia, México e Costa Rica não tem a menor chance de reunir as condições para colocar em cheque o Brasil, o Mercosul ou a Unasul que, mesmo considerados pelos conservadores brasileiros como blocos de economia estatizadas e pouco dinâmicas, que rejeitam as regras do livre comércio, continuam sendo o que há de melhor em termos de aliança regional para a América do Sul e América Latina.

Vejo, pela empolgação demonstrada pelos conservadores, alimentada pela grande imprensa a seu serviço, que a crise do capitalismo desregulado ainda não foi o suficiente para diminuir o otimismo dos adoradores do capital, para os quais o futuro pertence à Aliança do Pacífico, ao passo que a estagnação, o isolamento e o atraso pertencem ao Mercosul e à Unasul.

Bom, antes de mais nada é preciso observar que qualquer bloco econômico da América do Sul ou da América Latina que não inclua o Brasil não terá maior relevância regional. O Brasil é a sexta economia mundial e o Mercosul, em seu conjunto, já representa a quarta economia mundial, à frente de gigantes como Alemanha e Japão. Em contrapartida, o México, a grande economia da Aliança do Pacífico, é a décima quarta economia do mundo (dados de 2011) e a Aliança do Pacífico como um todo representaria a nona economia do planeta. Ademais, nenhum país da Aliança chega perto do peso demográfico, geográfico e geopolítico que o Brasil tem hoje no mundo.

Alguns argumentam que a Aliança exporta mais que o Mercosul. É verdade. Em razão das grandes exportações do México, fruto essencialmente da sua participação no NAFTA, esse bloco efetivamente exporta mais. Porém, os defensores da Aliança do Pacífico não mencionam que a balança comercial do México é deficitária. Entre 2002 e 2011, segundo dados da ALADI, o México acumulou cerca de US$ 72 bilhões de déficit em sua balança comercial. Não é muito, se levarmos em consideração o volume da corrente de comércio mexicana, mas é algo significativo. Em contraste, o Brasil acumulou, no mesmo período, um superávit de US$ 303 bilhões, que muito contribuiu para a superação da vulnerabilidade externa de nossa economia.

Outro importante aspecto a ser considerado é que o Brasil e o Mercosul já têm livre comércio ou comércio bastante facilitado com todos os países da América do Sul que aderiram à Aliança do Pacífico. Em alguns casos, há muito tempo. O Chile, por exemplo, formalizou sua associação à área de livre comércio do Mercosul já em 1996, com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile (ACE Nº35). O Peru, por sua vez, aderiu à zona de livre comércio do Mercosul em 2003, com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Peru (ACE Nº 58/03). E a Colômbia, junto com Equador e Venezuela, tornou-se membro associado do Mercosul em 2004, mediante a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela (ACE Nº 59/04).

Ou seja, todos esses países da Aliança, e mais todos os demais países da América do Sul (à exceção de Guina e Suriname), já fazem parte, em maior ou menor grau, da zona de livre comércio do Mercosul. A única grande diferença, em relação aos membros

plenos do bloco (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela), é que eles não fazem parte da união aduaneira do Mercosul e nem participam de suas instituições políticas.

Como resultado dessa integração, as exportações do Brasil para essas nações aumentaram exponencialmente. Para a Colômbia, as exportações brasileiras aumentaram de US$ 638 milhões, em 2002, para US$ 2,83 bilhões, em 2012. Em relação ao Peru, nossas exportações subiram de apenas US$ 438 milhões para US$ 2,4 bilhões, no mesmo período. No que tange ao Chile, as exportações brasileiras aumentaram de US$ 1,4 bilhão, em 2002, para US$ 5,4 bilhões, em 2011. Diga-se de passagem, o Brasil tem alentados superávits com todos esses países.

Além disso, esses países da América do Sul que participam da Aliança do Pacífico já têm, por forças desses acordos citados e dos acordos firmados no âmbito da Comunidade Andina, livre comércio entre si. Portanto, a única novidade da Aliança é a proposta de livre comércio entre esses países e o México. Nesse sentido, a Aliança do Pacífico nada mais é, pelo menos por enquanto, do que um acordo de livre comércio entre o México e alguns países remanescentes da Comunidade Andina, já que Equador, Bolívia e Venezuela não pretendem aderir. Não se pense, aliás, que a Aliança do Pacífico vai conseguir acesso facilitado ao mercado norte-americano. Qualquer acordo com os EUA terá de passar pelo crivo draconiano do Congresso norte-americano, que exigirá, dos países da Aliança, bem mais do que livre comércio.

Much ado about nothing, diria o dramaturgo de Stratford-upon-Avon.

Em relação ao México, o Brasil firmou o Acordo de Complementação Econômica nº 53, ainda em 2002. Tal acordo, embora menos ambicioso que os demais citados aqui, estabeleceu preferências tarifárias em cerca de 800 itens da pauta exportadora. Ademais, o Brasil e o México firmaram, também em 2002, o Acordo de Complementação Econômica nº 55/02, destinado unicamente a estabelecer um maior intercâmbio comercial de automóveis.

Por conseguinte, a Aliança do Pacífico não tem nenhum impacto significativo sobre a realidade econômico-comercial da América do Sul e América Latina. E nem sobre o Brasil e o Mercosul. A não ser que os demais países da região abandonem o Mercosul, coisa altamente improvável, ela não representa ameaça real ao Brasil e ao autêntico processo de integração. Seu impacto maior é apenas político-ideológico: ela representa simbolicamente a aposta estratégica e incondicional no livre-cambismo, como solução mágica para os problemas econômicos e sociais de nossa região. Com a crise do capitalismo desregulado, essa pauta já deveria estar definitivamente enterrada, mas, como a fênix, ela ressurge teimosamente das suas próprias cinzas para enganar os incautos.

Relativamente a esse assunto, é interessante cotejar a experiência recente do México com a do Brasil.

O México, além de aderir ao acordo inteiramente assimétrico do NAFTA, já em 1992, firmou nada menos que 32 acordos de livre comércio. Trata-se do país campeão em livre comércio, o que mais celebrou acordos desse tipo em todo o mundo.

Se os teóricos do livre-cambismo estivessem certos, o México seria a economia mais dinâmica e inovadora do mundo. Contudo, os resultados efetivos são, para dizer o mínimo, duvidosos.

Após um período inicial de euforia com os novos investimentos norte-americanos e com o grande aumento do seu comércio internacional, principalmente com a criação de empresas "maquiladoras" na fronteira com os EUA, os inevitáveis efeitos negativos da integração tão assimétrica com a maior economia mundial se tornaram cada vez mais evidentes.

No campo industrial, houve grande esfacelamento da estrutura produtiva nacional. Muitas empresas mexicanas não conseguiram sobreviver à concorrência da produção industrial dos EUA. E as que conseguiram foram, em boa parte, compradas a baixos preços por grupos econômicos norte-americanos. Isso aconteceu de modo especialmente intenso na outrora pujante indústria têxtil mexicana, que passou a orbitar a cadeia produtiva dos EUA.

Na área agrícola, houve a geração de notável insegurança alimentar. O México, que era exportador de grãos, no período pré-Nafta, passou a importá-los dos EUA em sua quase de totalidade. Tal processo de destruição das culturas agrícolas se deu inclusive no que tange ao milho, base da alimentação e culinária mexicanas. Hoje em dia, o milho utilizado no México é quase todo colhido nos EUA, que subsidia fortemente a sua produção. Embora a agricultura mais moderna e irrigada tenha sobrevivido, a agricultura familiar foi muito afetada.

Ademais, houve fragilização da proteção jurídica ao meio ambiente e "precarização" das relações trabalhistas, em virtude dos privilégios concedidos aos investidores norte-americanos, no capítulo sobre investimentos do Nafta.

A consequência mais relevante foi, contudo, o aumento das desigualdades regionais e sociais no México. Houve poucos "ganhadores" mexicanos com a integração aos EUA e com os demais acordos de livre comércio, concentrados principalmente no Norte do país. As demais regiões, principalmente a região

Sul do México, e a grande massa dos trabalhadores urbanos e rurais mexicanos não se beneficiaram na mesma medida, como se esperava. Na realidade, ocorreu significativo incremento das assimetrias regionais e sociais, impulsionado pelos efeitos econômicos desagregadores e destruidores da integração aos EUA.

Estudo feito pelo Banco Mundial, em 2007, intitulado Lessons from NAFTA for Latin America and the Caribbean Countries: A Summary of Research Findings (lições do NAFTA para os países da América Latina e do Caribe: resumo das conclusões da pesquisa), mostrou cabalmente que os efeitos da inserção internacional do México, ao longo do Nafta, foram significativamente regressivos.

Ademais, a economia mexicana tornou-se ainda mais dependente da economia dos EUA, dependência que não foi revertida com assinatura dos demais acordos de livre comércio. Com a crise, que afetou profundamente a economia norte-americana, o México praticamente não cresceu, em 2008, e, em 2009, seu PIB caiu quase 7%. Nos primeiros 10 anos deste século, o PIB per capita (PPP) do México cresceu apenas 12%, bem abaixo do que cresceu o do Brasil (28%). Na realidade, o México só superou, nesse cômputo, a frágil Guatemala, o país que menos cresceu em toda a América Latina, com base nesse parâmetro específico. O recente crescimento do México, obtido graças, essencialmente, ao afluxo de capitais especulativos, não muda esse quadro estrutural.

Quanto aos imensos investimentos que o México esperava receber, em razão de suas concessões incondicionais ao livre-comércio, eles se dirigiram em volume incomensuravelmente maior para a China, uma economia bastante "estatizada", porém extremamente dinâmica.

No que se refere à inovação tecnológica, o México, como reconhece a própria Academia Mexicana de Ciências (AMC), é um dos países mais atrasados do mundo. Para se ter uma ideia, as universidades chinesas conseguiram, em 2011, o reconhecimento de cerca de 35 mil patentes. As universidades mexicanas requereram apenas 70 e, desse total, somente 35 foram reconhecidas. Para quem pensava que a abertura da economia levaria automaticamente ao desenvolvimento tecnológico, o México é um gritante contraexemplo. As empresas Maquiladoras, ou maquiadoras, não geram inovação. São empresas cujos produtos exportados dependem diretamente de insumos dos Estados Unidos, sem qualquer agregação de valor. Por isso, México exporta muito mas sua balança comercial continua deficitária, porque importa muito insumos americanos para a fabricação de seus produtos.

No Brasil, em contraste, a estratégia de inserção econômica no cenário mundial produziu resultados altamente progressivos. De fato, o Brasil adotou uma estratégia de inserção inversa à do México e a de outros países da região. A partir do governo Lula, o nosso país rejeitou claramente a proposta da ALCA ampla norte-americana, que continha cláusulas idênticas às do Nafta, e apostou na integração regional, via Mercosul e Unasul, na grande diversificação de suas parcerias estratégicas, especialmente com os demais BRICs, e na articulação geopolítica Sul-Sul, sem descuidar, porém, de suas boas relações com os países mais desenvolvidos.

O grande aumento das nossas exportações e os alentados superávits comerciais que tal estratégia proporcionou foram decisivos para reduzir substancialmente a nossa vulnerabilidade externa, zerar a dívida externa brasileira e criar um quadro econômico propício à redução das taxas de juros e à retomada do crescimento. Além disso, tal estratégia aumentou significativamente nosso protagonismo internacional e nossa autonomia político-diplomática. O resultado mais eloquente dessa inserção internacional, associada ao modelo de desenvolvimento brasileiro, tange ao fato de que, no Brasil, a maioria da população foi beneficiada.

Assim, ao contrário do México e de outros países da região, o Brasil é hoje ator mundial de primeira linha, que consegue articular exitosamente os interesses regionais e os anseios dos países em desenvolvimento em todos os foros internacionais relevantes. O nosso país fez a escolha estratégica acertada e soube aproveitar pragmaticamente as mudanças na ordem geoeconômica mundial, que deslocaram o centro dinâmico da economia internacional para os países emergentes. Já os países que apostaram na integração assimétrica aos EUA e às demais grandes economias internacionais não colheram, em geral, os frutos apregoados pelo ideário paleoliberal e se tornaram mais vulneráveis à crise mundial, que vem afetando mais intensamente as economias da Tríade (EUA, União Europeia e Japão).

A tendência, diga-se de passagem, é que os países emergentes continuem a apresentar maior dinamismo, o que recomenda o prosseguimento dessa estratégia exitosa, que nos transformou num autêntico global player, com uma corrente de comércio bastante diversificada.

A Aliança do Pacífico, o novo modismo do livre-cambismo regional, não passa, por conseguinte, de uma miragem daqueles que torcem e às vezes até jogam contra os interesses do Brasil no cenário internacional.

Trata-se de uma mistura de ideologia com fatos mal-assimilados. Um factoide que tende a não prospe-

rar, não se concretizar, por absoluta falta de condições objetivas para isso.

Era o que tinha para este pronunciamento, Senhor presidente, muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento. Ao mesmo tempo, cumprimento-o pelo pronunciamento, fazendo uma reflexão sobre os movimentos por todo o Brasil e fortalecendo também, na sua fala, o nosso Mercosul.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Ivo Cassol, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento, na certeza de que o Senador Inácio Arruda vai aguardar, ouvindo atentamente a sua fala.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, é com alegria que, mais uma vez, nesta segunda-feira, utilizo a tribuna desta Casa, especialmente quando o Brasil, os nossos jovens, não só os nossos jovens, mas a população em termos gerais foi às ruas se manifestar, especialmente com aquilo que já estava entalado e tinha que colocar para fora o grito de guerra.

Essas cenas nós já assistimos, nós já convivemos, nós já vimos, e todo mundo se recorda. Isso aconteceu no passado. Aconteceu no passado, em outros governos, e muitos deles, no passado, foram feitos por uma questão política, por briga de poder, por briga de espaço. Na época, nós não tínhamos a facilidade que hoje tem a Internet, que hoje tem a facilidade de comunicação entre todos os usuários, nos quatro cantos do Brasil e, da mesma maneira, nos quatro cantos deste grande universo.

Ao mesmo tempo em que essas pessoas estão se manifestando, estão reivindicando, estão gritando contra tudo aquilo que, na sua concepção, tem deixado a desejar em várias áreas. Começou, na verdade, pelo transporte coletivo urbano, se alastrou em outras áreas, e muitos também fizeram e estão fazendo essa manifestação, e continuam fazendo, quando ela é ordeira, ela é pacífica, ela traz a esperança, especialmente quando há paz.

A exemplo disso, quero aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parabenizar o povo do meu Estado de Rondônia pela manifestação que fez na última quinta-feira, em Porto Velho e em alguns Municípios do interior. Foi uma manifestação pacífica, ordeira, reivindicando também o que é de direito de cada um.

Então, parabéns aos meus irmãos rondonienses, às irmãs rondonienses que foram às ruas e, em um processo democrático, civilizado, deram um exemplo para o Brasil.

Mas quero também parabenizar os demais Estados da Federação em que a maioria se manifestou de maneira pacífica, ordeira. Em contrapartida, dentro de todas as manifestações, infelizmente, sempre aparecem alguns arruaceiros, alguns bandidos, assaltantes, criminosos que se utilizam de uma manifestação pública em busca dos seus direitos. Em contrapartida, alguns fazem o que fizeram em nível nacional: depredar o patrimônio público. Mas não é só isso. Também saquear o comércio, saquear as casas, como aconteceu em alguns lugares.

Quero dizer mais. Os que forem à rua e os que estão indo para a rua de cara limpa, mostrando a cara para a população, a esses nós temos que erguer os braços e dizer: parabéns a vocês. Vocês querem o melhor para os nossos filhos. Vocês querem o melhor para a nossa família. Mas aqueles que usam capuz, que escondem a sua cara, que utilizam o espaço de um movimento em que temos 99,9% de pessoas decentes e sérias, esses que vão encapuzados, a polícia tem que continuar coibindo, porque é inaceitável. Infelizmente, são pessoas de má índole, que estão se utilizando dessa manifestação para beneficiar a si próprias, destruindo o patrimônio público e, ao mesmo tempo, o patrimônio particular.

As senhoras e os senhores que estão assistindo em casa ou no comércio, em todo lugar, vocês que estão aí, de repente, dizendo “mas o que esse Senador está falando, ele está contra a manifestação”. Não, eu estou a favor da manifestação pacífica, ordeira. Mas eu pergunto às senhoras, aos senhores: vocês concordariam que passasse alguém agora em frente à sua casa, em frente ao seu estabelecimento, quebrasse seus vidros, queimasse seu carro, roubasse o seu computador, levasse embora a sua geladeira? Você aceitaria? Com certeza não.

Então, o que estou dizendo aqui é isso: eu sou a favor da manifestação pacífica e ordeira. Eu sou contra esses desmandos. E os Governadores de cada Estado e a Presidenta do Brasil precisam sim colocar polícia, separar os maus elementos e punir na forma da lei, para que eles não estraguem, não prejudiquem os demais, que estão reivindicando um direito e uma expectativa da sociedade.

Por mais expectativa que tenha, a CAE, amanhã, vai aprovar o PLS nº 310, de 2009, um projeto autorizativo para diminuir imposto. O que eu não consigo entender, e aí eu fico triste, é por que existe isenção de imposto de ICMS para quem anda de avião. Quem

anda de avião é a classe média alta, quem anda de avião é quem tem condições. No entanto, quem anda no transporte coletivo municipal urbano ou intermunicipal paga impostos.

Dou o exemplo do meu Estado, Rondônia. Eram 17% de ICMS do transporte intermunicipal, e nós baixamos, senão me engano, para 8%. Baixamos para 8%. Com isso, os preços das passagens continuam os mesmos.

Ouço os gritos dos quatro cantos do Brasil em que o pessoal fala da diferença e do aumento que houve nas passagens urbanas, nos coletivos, mas muita gente está deixando de gritar nos quatro cantos do Brasil sobre as passagens intermunicipais, que as passagens interestaduais. Vou dar um exemplo: quando saímos do Governo, em 2010, a passagem de Rolim de Moura/Porto Velho custava R$75,00, a passagem de Ji-Paraná/Porto Velho, senão me engano, custava R$50,00. Hoje, dois anos e meio depois, a passagem de Rolim de Moura/Porto Velho, intermunicipal, custa R$104,70, aumentou quase 40%; a passagem de Ji-Paraná, R$73,00, a passagem de Cacoal, R$93,00; Vilhena/Porto Velho, R$139,00. Em dia de promoção da Trip consegue-se embarcar de Ji-Paraná, de Vilhena, de Porto Velho para Vilhena, para Ji-Paraná nesse mesmo valor.

Portanto, o grito está nos quatro cantos. Infelizmente, há governo que tem subestimado a inteligência do nosso povo e – o que não dá para entender – dá incentivos fiscais para as companhias aéreas. Eles ganharam na Justiça. Mas ninguém, neste Brasil, teve a coragem de entrar na Justiça para derrubar o ICMS dos que usam o transporte coletivo urbano estadual ou municipal, os coletivos nos quatro cantos deste País.

Quem anda de ônibus é quem não tem carro. Quem anda de ônibus é quem tem dificuldade, precisa ir ao trabalho pegando três, quatro ônibus. E, para pagar esse custo, infelizmente, deixam, muitas vezes, de comprar um litro de leite a mais ou um quilo de carne ou uma roupa para os seus filhos.

O que me entristece é ver a continuação da isenção de imposto para quem compra um carro. Eu tenho batido aqui a tecla não de agora, mas desde a época em que fui Governador. É inadmissível! É inaceitável, gente! Não dá para aceitar! Quem compra carro tem dinheiro. Ah, você não está concordando porque comprou um carro? Você tem dinheiro, comprou um carro. Bota três contos a mais. Vamos usar esse dinheiro da diferença do imposto do carro. É a mesma coisa para quem fuma: tem que pagar mais imposto, está pagando bastante. Quem bebe bebida alcoólica é também do mesmo jeito: tem que pagar mais imposto. Agora, quem compra um litro de leite tem que pagar imposto? É inaceitável. Um litro de leite, gente, infelizmente, para o agricultor, é mais barato do que uma garrafinha de água. E olha a diferença do litro de leite para as nossas crianças, especialmente na amamentação e na saúde de cada um.

Então, há coisas no País com que não podemos compactuar, não podemos aceitar, não podemos admitir, mas, infelizmente, estão aí, perpetuando. Olha, mas nós temos que gerar emprego.

A indústria automobilística não para, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. A indústria automobilística continua produzindo. O que não aguentamos mais é esse gargalo em que vivem os grandes centros. Nós não temos dinheiro para a infraestrutura urbana, nós não temos dinheiro para a saúde, e se dá isenção para quem compra um carro. Quem tem R$30 mil tem R$33 mil para comprar um carro. Eu sou a favor, sim, de nós praticarmos juros para quem compra carro não de 0,9% ao mês, não de 0,7% ao mês. Juros, sabe de quanto? Zero ponto dois, 0,1% ou praticamente nada de juros, como tem algumas montadoras vendendo carro sem cobrar juro nenhum para fomentar o comércio dos veículos, para incentivar e motivar a geração de emprego e o consumo. Mas tem que ser, na prática, diminuindo o custo. Com certeza, qualquer um que está me ouvindo aqui vai ter uma compensação muito maior, porque 1% de juro ao mês em cima de R$100 mil é R$1.000,00 no final do mês. Portanto, se conseguirmos ter uma redução em cima de quem consome e vai adquirir o veículo com juro subsidiado, com certeza...

É igual nos Estados Unidos, é meio por cento ao ano. Vamos dizer que da mesma maneira foi feito, há poucos dias, e me coloco aqui como consumidor. O Governo Federal incentivou que quem comprasse caminhões, máquinas da indústria e veículos novos pagaria juros de 2,5%. Eu, Ivo Casso, empresário, meu filho, Júnior, que cuida das empresas do grupo Cassol, nós adquirimos não um caminhão. Adquirimos cinco caminhões caçamba, adquirimos máquina e implementos agrícolas. Compramos vários, compramos caminhão carreta para transportar a produção, porque aproveitamos o incentivo do Governo Federal. Nós não aproveitamos por causa de isenção de imposto, não. Aproveitamos por causa dos juros de 2,5% que o Governo Federal, Presidente, incentivou. Eu, as minhas empresas, da minha família, do meu filho junto comigo, nós adquirimos.

Então, sou contra isenção para quem compra carro. Tem que dar juros baixos para incentivar a indústria a gerar emprego e a gerar renda. O dinheiro da arrecadação dos impostos, nós vamos colocar no Rio Grande do Sul, para que o Governador do Rio Grande do Sul possa ter mais dinheiro para atender à infraes-

trutura das rodovias estaduais como também da malha rodoviária não só do interior, mas também da capital, Porto Alegre e demais Estados, tanto no Ceará como em tantos outros lugares. Mas, não! É muito fácil ficar fazendo festa com o chapéu alheio, dando isenção, as prefeituras capengas e não há dinheiro em muitos hospitais para comprar remédio.

Aí vem outra situação grave. Tem uma boa: vão pegar o dinheiro dos *royalties* e colocar para a educação. Ótimo! Fico feliz com isso. Assim acaba essa vergonha, essa briga por esse dinheiro que se viu até agora. Mas espero que esse dinheiro dos *royalties* não fique só para o Espírito Santo e para o Rio de Janeiro, porque isso também é subestimar o resto da população brasileira. Tem que ser dividido pelo número de habitantes em cada Estado, em cada Município desta Federação, levando em conta a pobreza de cada Estado e não o fato de ser o Estado produtor de petróleo. Aliás, o Estado não é produtor, porque, na verdade, nós temos a produção de petróleo em alto mar.

Mas, além disso, eu não vi nada para a saúde. Não vi nada, e a saúde está capenga. O Ministério da Saúde faz muita propaganda, mas não libera quase nada, nem as emendas dos Parlamentares ele libera. Eu falo por mim: ano passado, nenhuma das minhas emendas, que eram para atender Municípios de Rondônia, foi liberada, nenhuma foi liberada, nem para comprar ultrassom, nem para comprar equipamento hospitalar para atender os Municípios, nenhuma foi liberada. Poucos dias atrás, estive no Palácio com o Claudinei, e ele me garantiu que vai rever isso, porque já estava dentro da cota a que o Parlamentar tem direito. Infelizmente, porém, o Ministério da Saúde não tem liberado os recursos.

Mas não é só isso. Quanto, na verdade, o SUS paga por um parto? Quanto o SUS paga por uma consulta? Quanto o SUS paga para um atendimento de saúde? O programa é ótimo, a distribuição do dinheiro na área de saúde para ajudar os Municípios e os Estados é boa, mas é deste tamanhozinho assim ó, não paga as despesas.

Dou aqui como exemplo a Santa Casa das Irmãs Marcelinas de Porto Velho, que faz um trabalho extraordinário e teve que diminuir seu quadro porque não aguenta mais pagar as despesas com os profissionais da área da saúde, com a compra de remédio e com a compra de material hospitalar porque o sistema de saúde não cobre.

E eu não vi nada, não vi sair dinheiro de lugar nenhum. Pega essa isenção dos carros, pega esse dinheiro aí, e passa tudo para a saúde. Os Municípios têm que investir 15% na saúde, Sr. Presidente, mas a maioria investe 25%, 30%. Nós tínhamos que pegar uma parte da receita líquida da União e deixar exclusivamente para a saúde. No passado, eu me recordo, havia aqui a cobrança de imposto sobre o cheque. Todo mundo acompanhou isso, existia a lei, mas, infelizmente, utilizaram esses recursos para programas eleitorais, para cobrir furos do outro lado, e a saúde continuou na UTI, a saúde continuou jogada às traças. E aí se cobra do governo do Estado, cobra-se dos Municípios, é obrigação deles.

Esta Casa tem criado muitas leis, deixando o abacaxi para os prefeitos e os governadores descascarem. Isso é muito fácil. Tenho certeza de que, no dia em que o Senador Inácio Arruda e o Senador Paulo Paim forem governadores dos seus Estados e o Congresso Nacional fizer uma lei em que o Estado tenha que arcar com uma despesa extra, eles ficarão muito tristes.

Temos que criar leis, sim, mas também temos que criar receitas, porque, com a lei e com a receita, temos a fonte para pagar. Da maneira como a Presidente colocou, ou seja, todos os recursos do pré-sal indo para a educação, atendendo a demanda para o ensino integral, eu concordo. Mas, na saúde, estamos capengas.

E, por falar em saúde, ouvi o discurso da Presidente. Sei a preocupação que ela tem com a situação que o Brasil está vivendo. Mas, ao mesmo tempo, no seu discurso, ela colocou que vai liberar, nos próximos dias, que médicos cubanos venham para o Brasil a fim de atenderem nas áreas onde há deficiência de atendimento.

Quero fazer um pedido à Senhora Presidente: a senhora que sempre tem pautado a administração pública com rigor, com seriedade e competência, vamos primeiro liberar os médicos que já estão formados no Brasil, que já estudaram em Cuba e nos países vizinhos, mas que, infelizmente, não passaram nesse teste que a associação ou o sindicato dos médicos do Brasil obriga a que eles façam. A maioria não passa, e isso é proposital, é para valorizar a profissão. Tenho muitos médicos que são meus amigos e digo isso porque já passei por esse problema na pele, como prefeito e como governador.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, precisamos liberar os médicos que já estão formados e estão aqui no Brasil. De que maneira eles podem ser integrados? Especialmente para eles atenderem primeiro nessas regiões mais distantes e carentes, como, por exemplo, Costa Marques, Pimenteiras, no meu Estado de Rondônia, e nessas regiões de faixa de fronteira, onde nenhum médico formado quer atender. Não há médicos para atender por lá, mas também não se deixa que os outros atendam.

E por que esses médicos não querem ir para lá? Porque a mãe deles não mora naquela região. Se morasse, com certeza, iriam aceitar. Se tivessem um parente por lá, se tivessem uma filha naquela região, com certeza iriam aceitar. Mas não aceitam. Infelizmente, é esse o preço que nós pagamos.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas, além disso, Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o trabalho. Não estou aqui os menosprezando. Os médicos fazem um trabalho extraordinário, são meus amigos, muitos têm ajudado a fazer. Em muitos lugares públicos, há o faz de conta – um faz de conta que trabalha. E o Estado e o Município pagam, porque, se não pagam, estão ferrados. E aí a coisa não produz.

Eu passei isso na pele. Eu senti dentro do meu corpo isso. Não foi fácil corrigir isso. Lá, quando eu fui prefeito, eu passei por isso. Médico quer pegar três, quatro, cinco contratos. Nem ocupa a moita, nem desocupa a moita. Fica lá com os contratos. Quer ganhar em todos. Isso há ainda no meu Estado.

E, ao mesmo tempo, só no Estado de Rondônia, há quatro cursos de Medicina: Unir; Facimed, em Cacoal; São Lucas, em Porto Velho; Fimca, em Porto Velho. Estão se formando em torno de 180, 200 médicos por ano.

E eu pergunto para vocês: eles querem fazer residência; quantas vagas há? Vocês já pararam para refletir? Quantas vagas há? A maioria dos médicos não tem espaço para, após formado, fazer residência.

Conversava com meu amigo e sua esposa hoje, junto com a minha esposa, no Aeroporto de Ji-Paraná, o Reinaldo Ceriotti, lá de Espigão d'Oeste, sobre a Ingrid – filha da minha amiga, ex-prefeita e deputada estadual, assessora do meu irmão lá em Rolim de Moura – que quer fazer radiologia. A dificuldade que é para ter espaço para fazer residência.

No nosso Brasil, que precisa de tantos médicos, nós não temos espaço para fazer residência. E olha que esses médicos querem trabalhar de graça. Olha que esses médicos querem fazer residência para se profissionalizarem, se capacitarem, para poderem ajudar a nossa Nação, os nossos Estados, ajudar nossas regiões. E não podem fazer residência.

Eu, quando fui Governador do Estado de Rondônia, criei residência em várias áreas no meu Estado. Tive dificuldade na época, mas hoje está lá a residência. Quase que o Governo que está aí, da nova Rondônia, perdeu. Nós fomos atrás do MEC; corremos atrás do Ministério da Saúde. Conseguimos reativar. Mas infelizmente, no Brasil inteiro, não se aproveitam hoje 10% dos médicos para fazer residência. Essa denúncia eu faço aqui desta tribuna, aqui nesta Casa.

Aí não adianta trazer médico de fora. Primeiro, nós precisamos aqui dar espaço em hospital particular. Precisamos que o Governo Federal, a Presidente Dilma crie uma bolsa residência. Crie uma bolsa residência para que esses jovens médicos, recém-formados, possam fazer residência. Eles querem fazer residência. Mas não; são só médicos que vão poder consultar, assinar receita e encaminhar para fazer a saúde básica da família, enquanto, na verdade, a maioria quer ser cirurgião, quer fazer pediatria, quer fazer cardiologia, quer fazer radiologia, a exemplo das duas médicas amigas minhas, da minha família, que estão sempre junto comigo, que não conseguiram até agora e são pessoas já formadas praticamente há quase um ano.

E aí se fala: "Olha, vamos trazer gente de fora, caso não se preencham as vagas". Então, pode se preparar, Presidente, já pode trazer, mas, antes de a senhora trazer, eu gostaria que a senhora primeiro nos ajudasse aqui nesta Casa: mande um projeto de lei na forma de medida provisória – porque já vieram tantas medidas provisórias que uma a mais não vai fazer diferença – para convalidar esses médicos que estão no Brasil, estão apoiando, estão ajudando e têm dificuldade.

E o intercâmbio com Cuba? Nem assim consegue o pessoal daqui, com a dificuldade que há. Não, mas o teste é "facinho".

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Lógico, é fácil, é fácil mesmo. Então, vamos fazer uma prova aqui? Vamos fazer uma prova desse teste que é praticado para esses médicos que estudam fora? Vamos pegar esse mesmo teste e colocar nas mãos dos médicos formados nas nossas universidades federais? Com certeza, a maioria não passa. É igual ao exame da Ordem dos Advogados do Brasil: a maioria não passa, tem dificuldade. Mas, por causa disso, vão ser maus profissionais? Não! Não vão ser maus profissionais, não; vão ser ótimos profissionais também. Têm conhecimento, têm competência. O que nós precisamos é dar credibilidade; precisamos dar apoio; precisamos dar segurança.

Então, Presidente, a proposta da Presidente Dilma é importante para o Brasil, é fundamental para o Brasil, mas, para isso, nós precisamos urgentemente que a nossa Presidente faça imediatamente a convalidação desses que se formaram em países vizinhos. Alguns dizem o seguinte: "Ah, mas há um médico aqui que se formou aqui na Bolívia". Onde é que você viu médico da Bolívia? Vamos colocar nas mãos deles as pessoas

para serem tratadas? Vamos! Mas, se eles não fizeram residência, eles não vão fazer cirurgias; vão fazer o tratamento da saúde básica. É disso que se precisa nessas cidades mais distantes: é a consulta, é o trabalho corriqueiro, que muitos farmacêuticos faziam até tempos atrás – porque hoje é proibido também aos farmacêuticos fazer; esse é o complô. Antigamente, você chegava na farmácia – eu cansei de fazer isso, Sr. Presidente – e dizia: "Olha, eu quero um remédio para a garganta; eu estou com a garganta inflamada". Hoje não pode. Hoje você tem que primeiro ir ao médico, pagar a consulta lá; aí você dá uns trocos lá, depois você passa lá e tem a receita na mão. Antigamente podia. A não ser que você chegue na farmácia e peça o remédio que você quer. Ele não pode dizer: "Para a garganta, é bom isso; para gripe, é bom isto aqui; para outra, é bom isto aqui" Agora, você tem uma inflamaçãozinha, mas o farmacêutico não pode lhe receitar.

Então, nós precisamos, sim, nossa Presidente Dilma, é convalidar urgentemente essas pessoas, os nossos amigos brasileiros que saíram do Brasil, foram nos países vizinhos. E podemos fazer mais, Presidente – Presidente, quando eu falo, é a nossa Presidente Dilma. E podemos fazer mais. Na medida provisória, todos esses profissionais que se formaram nos países vizinhos, que trabalhem na faixa de fronteira, Senhora Presidente. Se colocarem 150 quilômetros com a divisa de faixa de fronteira com os países vizinhos, esses lugares distantes, todas as pessoas vão trabalhar. Eu conheço muitos amigos e amigas que estão indo na Bolívia, que estão indo em Cuba, estão estudando – alguns já são formados –, e não conseguem trabalhar, quando eles poderiam estar lá na ponta, fazendo atendimento básico, dando remédio para a febre, dando remédio para gripe, dando remédio lá para a virose.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – E aí os exames principais não é o medico que faz. Ele olha no olho, ele olha na garganta, ele bate no peito, olha aqui e olha lá e diz: "Agora, o restante quem vai fazer é o exame de sangue, é o exame de urina, é o resto dos exames que vai dizer se há alguma infecção, alguma coisa a mais". Então, tem que se dirigir a outro local.

Portanto, hoje nós precisamos, urgentemente – é para ontem já –, é trazer esses profissionais para a legalidade. E aí, sim: o restante que faltar vamos trazer de fora; mas trazer de fora não para ele ficar em São Paulo; é trazer de fora não para ele ficar em Brasília, porque aqui tudo é bonito; lá no meu gabinete, no 16º andar, você olha de um lado e vê aquele lago bonito; você abre a janela do outro, você vê aquelas...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mais um minutinho aqui, Senador Inácio Arruda. Eu já concluo aqui.

Muitos dos profissionais que se formam hoje, a exemplo de Rondônia, onde se formam em torno de quase 200, 80% saem de lá e vão embora para outras regiões. Por quê? Porque são pessoas de outros Estados que se formam lá e que voltam para seus Estados. Alguns ficam, a exemplo do que citei agora aqui.

Então, portanto, nós precisamos urgentemente alocar recursos, mas não recursos municipais, porque o Município já está quebrado; o Município já está com o pires na mão; o Município, na verdade, já foi estuprado, arrebentado, sem ter direito de fazer o BO, sem fazer nada. É assim que estão os Municípios. Meu irmão, por exemplo, na cidade de Rolim de Moura, não paga as contas, e todos aqui continuam em busca de migalhas.

Então, nós precisamos que os recursos da saúde sejam direcionados, na verdade, para a saúde. Mas, de onde vamos tirar? Eu já dei a fórmula: acabem com o incentivo dos carros, chega de dar incentivos fiscais para carro, pega esse incentivo e bota para a saúde. Se arrumaram dinheiro para botar na educação, que é dos *royalties*, por que não pegamos, então, a isenção dos carros e colocamos na saúde? Com isso, nós vamos ter os recursos, Sr. Presidente, e, com certeza, nós vamos ter menos sofrimento nas filas, porque só quem está na fila, quem está dentro dos hospitais, quem precisa do atendimento médico sabe a situação que está vivendo a nossa população nos quatro cantos.

Por mais que as pessoas tenham se desdobrado, temos muitos políticos ruins. Vamos ser bem claros aqui também. Temos muitos prefeitos que, infelizmente, são carnes de pescoço, são nós cegos, são ruins de serviço. Criaram uma expectativa em época de eleição, enganaram todo mundo, e a população de eleitores se deixa levar muito fácil. Mas nós também temos muita gente boa, nós temos muita gente séria, e as pessoas sérias, competentes, comprometidas com a causa pública precisam ter apoio desta Casa. Elas precisam ter apoio do Congresso Nacional, precisam ter apoio do Governo Federal.

Eu passei pela prefeitura e fiz, Presidente. Eu fui homenageado, em 2000, como o 22º melhor prefeito do Brasil, uma das melhores saúdes do Brasil. Então, não é difícil de fazer. Agora, para isso, nós precisamos responsabilizar todos aqueles que têm o compromisso e a obrigação de ajudar a fazer um Brasil melhor.

É por isso que as manifestações estão nas ruas, é por isso que a população não aguenta mais.

Vejam, nos Estados Unidos, você compra uma coisa hoje, volta daqui a dois anos lá, e o preço é o

mesmo. Aqui, você compra o tomate hoje e, amanhã, você paga o dobro.

As especulações têm que acabar também tanto de um lado quanto de outro, para que a gente possa garantir estabilidade e para que o País possa viver em paz. Portanto, é fundamental o controle da inflação.

Vou mandar aqui um recado para o Presidente do Banco Central. Não sou economista, a minha faculdade é a faculdade da vida, sou empreendedor de sucesso, sou político de sucesso. Vocês não controlam, Presidente e diretores do Banco Central, inflação aumentando juro, não. Vocês controlam inflação botando mais dinheiro no mercado, com juros subsidiados, na medida certa e na dose certa. Aumentando os juros, vocês aumentam a crise; se vocês aumentam a crise, vocês aumentam a demanda; aumentando a demanda, aumenta a inflação. E aí o Brasil está no prejuízo que está hoje.

Então, portanto, com a experiência que eu tenho na iniciativa privada é que eu quero contribuir para um Brasil cada vez maior e melhor, onde todo mundo ganhe.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ao mesmo tempo, com todas essas manifestações nas ruas, eu quero pedir que elas sejam pacíficas, que sejam ordeiras e que as pessoas que estão em casa ou indo à igreja orem; orem por aqueles que estão nas manifestações, pelas autoridades, por todo mundo, para que a gente possa trabalhar em conjunto com um só propósito para o Brasil e para uma Rondônia cada vez melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ivo Cassol, que termina o seu pronunciamento pedindo paz nas ruas. Mobilização, sim; violência, não. Estou certo?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Inácio Arruda, Senador com quem eu tive a alegria de ser Deputado Federal. Apresentamos alguns projetos juntos, como o fator previdenciário, o fim do fator, as 40 horas, e V. Exª, hoje, é um dos melhores Senadores da República.

É uma alegria ouvir o seu pronunciamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto à tribuna para discutir tema que examinamos na segunda-feira da semana passada.

Sempre a segunda-feira é um dia mais difícil, como V. Exª bem dizia para mim, há pouco. E é verdade. Eu tinha agora uma reunião em Limoeiro do Norte, na Universidade Estadual. Pedi para cancelar, porque era importante voltar a Brasília nessa hora em que a Presidente da República discute uma pauta que responda aos anseios da sociedade, principalmente da juventude brasileira, que se mobiliza em torno de algumas causas muito importantes.

Então, às segundas-feiras, às vezes, alguns Senadores têm que atender à sua comunidade. Isso também acontece nas sextas-feiras. Por isso é que segundas e sextas são dias de debate. Os Senadores continuam na sua grande responsabilidade, discutindo com a população dos seus Estados, ou em compromisso fora do seu Estado e fora de Brasília, em eventos patrocinados por uma quantidade enorme de organizações que o Brasil, por sorte, possui. E outros no exterior. Há uns que são muito chamados para conferências no exterior, etc.. Eu até me preocupei, porque eu vi, na quinta-feira, que alguns Senadores estavam questionando por que estava faltando Senador. Quer dizer, não conseguiram enxergar minimamente o compromisso dos seus colegas, ao achar que só eles têm o dom da presença, quando faltam muitas vezes aqui, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª está coberto de razão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro! É para a gente entender isso, se não a gente fica passando essa ideia que a mídia quer passar, a mídia conservadora, da direita brasileira, que sempre trata o Congresso Nacional na base da pedrada. É isso o que acontece.

Hoje, o Congresso é mais democrático, é mais aberto. Há um Senador que saiu da periferia de Fortaleza, que nasceu numa família pobre; há V. Exª, que vem do setor sindical, da área de metalúrgicos; há negros, há brancos, há pobres; e continua havendo amplos setores conservadores, porque essa ainda é a marca do Senado Federal, como é a marca ainda do Congresso Nacional. Era preciso haver mais metalúrgicos aqui, no Congresso Nacional, mais pedreiros. Aliás, é preciso pedreiro no STF, metalúrgico no STF. É preciso oxigenar aquilo lá com gente do povo. Então, essas mudanças mais profundas na política brasileira é evidente que exigem essa ampla mobilização popular.

E eu quero partir disso, partir de que, longe de criar alguma dificuldade – e foi isso que levantei, inclusive na segunda-feira passada –, acho que devemos reafirmar que nós devemos ampliar a mobilização, ampliar para propor questões avançadas do povo.

Vejam, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra ou o dos trabalhadores rurais, através dos seus sindicatos, que clamam por uma reforma agrária mais ampla, com recursos, com crédito, para permitir que você seja um assentado da reforma agrária, mas tenha condições de produzir. Para quê? Para baratear os alimentos, porque grande parte, Paim, meu Presidente, da produção que chega à mesa do trabalhador para alimentá-lo vem da pequena propriedade. É daí que vem. Então, você tem que incentivar, ter um vasto programa que permita incentivar essa produção agrícola, inclusive possibilitando uma reforma agrária mais ampla no Brasil.

Então, essa é uma questão central. Essa é uma pauta avançada. Essa distorce da pauta conservadora, porque a pauta conservadora, a direita quer levar o movimento não é para o Brasil avançar, não. Quer levar o movimento para atrasar o Brasil, porque eu disse aqui, na semana passada: foi uma conquista botar um operário para dirigir o Brasil, mas evidentemente que há setores conservadores do Brasil que não vão aceitar isso nunca, porque não admitem que um operário possa governar, e bem, o País. Um operário que foi capaz de dizer para algumas nações que o Brasil existia, e que o Brasil tinha governo, e que os nossos chanceleres não iam mais tirar os sapatos para entrar na sua nação, a não ser que eles tirassem os sapatos também para entrar aqui.

Quer dizer, é essa a qualidade. Nós aumentamos e melhoramos a qualidade política do Brasil com um operário. Depois veio uma Presidente, uma mulher. Mas não se trata apenas de uma mulher. É uma mulher que pela primeira vez dirige a Nação brasileira, mas uma mulher avançada, uma mulher progressista. Essa é a questão central.

Então, quando o movimento social eclode, temos que, ao examinar, ao debater, olhar o sentido do movimento. É um movimento capaz de abraçar bandeiras avançadas no nosso País, de não se deixar levar pela direita, pelos conservadores, pelos saudosistas das ditaduras? Vamos examinar isso. É evidente que esses setores buscaram se infiltrar.

Alguns canais de televisão conservadores, mais à direita, que batem numa tecla só, no nosso País, chegaram a querer conduzir o movimento, a fazer a pauta do movimento, a dizer o que o movimento tinha que dizer, que é a pauta deles, e não a pauta do povo brasileiro. Quer dizer, a pauta ficou sendo a pauta da direita, tentando empurrar a sua pauta no meio do movimento social. Muito corretamente, o Movimento Passe Livre disse: "Opa, vocês, não; essa direitona, não." A direitona, que incita as ações contra o Congresso Nacional, contra o Itamaraty, como fizeram, tentando incendiar, ou para ir ao Palácio do Planalto, para ir aos governos, para incendiar palácios, destruir prefeituras, os atos de vandalismo, isso é incitação da direita via mídia conservadora e via infiltração no movimento social.

É muito interessante o depoimento de um casal de médicos, em Belo Horizonte, na manifestação do último sábado. Ele disse: "Fui lá com meu equipamento." Eram três pessoas: o médico, o irmão e a esposa do médico, que também era médica. "Fui lá com meu equipamento de primeiros socorros, porque a manifestação é de grandes proporções, as pessoas podem precisar."

Uma pessoa é empurrada do viaduto. No meio daquele tumulto, empurraram a pessoa do viaduto, e a pessoa ficou em estado grave. Eles tentaram entrar no cordão de isolamento da Polícia, e a Polícia não deixava. Aí vem um encapuzado e diz: "Eu vou conversar com a Polícia, porque eu também sou policial." O médico olhou para ele – de fato, conseguiu passar pelo cordão de isolamento – e pensou: era esse que estava incitando a população na manifestação contra a Polícia, para haver o confronto. Havendo o confronto, as manifestações justas e corretas se transformam numa espécie de vandalismo, de atos violentos que, na verdade, resultarão contra a população, porque, se há um retrocesso político, ele é contra a população, é contra o nosso País, que está buscando se consolidar como uma força presente nos grandes debates internacionais, um País que se está preparando para o futuro. É isso o que estamos assistindo no Brasil. E, de repente, você pode ter a sua pauta tomada.

Esse cuidado nós temos que ter, porque, em 1962, em 1963 – antes de 1964 –, a direita vinha orquestrando o golpe. Obrigaram Getúlio a se matar, tentaram impedir a posse do Juscelino, pressionaram bastante, continuou o movimento golpista o tempo inteiro, até que eles conseguiram colocar o povo nas ruas, com bandeiras parecidas com as de hoje. Colocaram a massa nas ruas com causas justas, mas que foram assaltadas, como sempre, pela direita. E aí levaram ao golpe. Ou o golpe não foi feito com a massa gigantesca nas ruas?

Então, temos que ter isso em mente para não cairmos no jogo, não cairmos na provocação. Temos que ter a habilidade e a capacidade de compreender qual é o jogo que está sendo jogado. Se compreendermos, teremos condições de colocar na pauta com a Presidenta da República e com a sociedade brasileira algo avançado.

Vejo a questão da reforma agrária ainda um ponto pendente entre nós. Vejo a questão da redução da jornada de trabalho, porque, Senador Paim, como é que pode? Estamos desonerando tudo! Qual é a con-

trapartida? Não há contrapartida? A contrapartida é reduzir a jornada de trabalho. Há muita máquina, há muito equipamento sofisticado. Essa é a hora de se reduzir a jornada de trabalho. Está nas mãos do Presidente da Câmara. Está pronta para ser votada a emenda constitucional.

Foi aprovada por unanimidade na Câmara emenda de minha autoria e do Senador Paim. Nós dois a fizemos quando éramos Deputados. Já faz tempo. Já podia ter sido votada. A emenda foi aprovada, por unanimidade, na comissão de mérito. É hora de submeter à votação na Câmara dos Deputados uma pauta avançada. É hora de liquidar o fator previdenciário, matéria discutida aqui, no Senado, pelo Senador Paulo Paim, por todos nós. Está na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já existe um substitutivo pronto. É só votar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. E está pronto para ser votado, fruto de um acordo que incluiu o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fruto de um amplo acordo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Incluiu o Governo o acordo. Penso que é hora de nós entrarmos, aqui, neste debate, para fortalecer essa mobilização popular, social, que pegou um tema também abrangente: a mobilidade urbana no Brasil. E não é algo fácil.

Veja as cidades brasileiras, Paim. Uma cidade como São Paulo tem menos de 100 quilômetros de metrô. O metrô de São Paulo foi inaugurado em meados da década de 70! Tem menos de 100 quilômetros de metrô rodando. Então, é evidente que vai causar problema. O Rio de Janeiro tem menos de 50 quilômetros de metrô rodando. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! Se você falar disso lá fora o sujeito de outro país ouve e diz: "Não é possível!". Então, é preciso investir pesadamente.

Mas para fazer um metrô de qualidade, subterrâneo, como é no mundo inteiro, para não inventar um metrô disputando com automóveis ou destruindo áreas verdes para fazer veículos leves sobre pneus, sinceramente... Uma cidade como Brasília tem que estar cortada por metrô de ponta a ponta, tem que ter uma malha metroviária. Chega-se do mundo inteiro a esta cidade e não há mobilidade nenhuma. Em São Paulo, é uma coisa caótica. Cumbica, Viracopos e Congonhas não têm ligação metroviária nenhuma. Que coisa vergonhosa! Quando se fala em fazer trem-bala, a Europa toda está cortada por trem de alta velocidade, o Japão inteiro, a China, a Índia agora está sendo cortada por metrô e por trem de alta velocidade. E nós ficamos aqui recuados.

Não há fábrica para produzir um tatu, que é essa máquina que sai fazendo o metrô e deixando já quase tudo pronto, já vai montando as placas de concreto e deixando tudo pronto para fazer as estações. Não há uma fábrica no Brasil.

Nós, por sorte, havíamos feito um contrato – posso dizer –, pela eficiência de planejamento e de organização do Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, que se antecipou, preparando um metrô para, quando o sucessor dele chegasse, ter um projeto pronto na mão. Ele preparou o que nós chamamos lá em Fortaleza de Linha Leste do metrô. São 12 quilômetros de metrô, todo subterrâneo. É uma coisa de qualidade. Tem de ser bom para servir o povo do nosso País, para servir o povo do nosso Estado, no caso do metrô de Fortaleza. Tem de ser de qualidade.

Começou a preparar o projeto. Aí, veio a Presidente Dilma e disse: "Vamos fazer um plano de mobilidade, e, no plano de mobilidade, vamos destinar para Fortaleza R$2,4 bilhões". Fortaleza não tinha um projeto, à época, mas existia esse projeto do Governador. Então, ele o entregou à Presidente Dilma. Ela disse: "Ok, vamos apoiar". A obra está dentro dessa matriz que responde às necessidades de uma Copa do Mundo e nos custará R$3,34 bilhões, que estão sendo investidos em Fortaleza, no metrô. Tem mais o VLT, que também ajuda muito a nossa cidade, é um grande investimento de quase R$200 milhões.

Então, essa questão da mobilidade é estratégica. Por quê? Porque temos 85% da população morando nas cidades. Então, é uma questão explosiva responder a essas necessidades.

E o plano tarifário, a tarifa, não é a da lógica de mercado. Esses trogloditas que discutem tudo na lógica do mercado têm de começar a pensar. E o Governo também. A tarifa é social. É fato, o metrô de Nova Iorque que vai completar, ou já completou, este ano, 130 anos de existência, passou quase 100 anos com a mesma tarifa. Quase 100 anos. Por quê? Porque era social, era para conduzir os trabalhadores, para transportar os trabalhadores naquela grande cidade americana. Então, temos de pensar em um transporte público de tarifa social. Acho que é esse o caminho que temos de adotar.

E investimentos de grande porte. A Presidente anunciou mais R$50 milhões de investimentos em transporte público de massa: metrôs, trens e ônibus. Acho que nós temos de investir em metrô, em trens. Acho que é o principal. O Brasil é diferente de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e da China, onde as terras são públicas. Quando se faz uma obra, está fazendo em terra pública. No Brasil, para você alargar uma via, os preços são exorbitantes, os especuladores

imobiliários cobram fortunas incalculáveis para você fazer o alargamento de uma via pública que vai beneficiar toda a cidade e que também beneficia esses proprietários. No entanto, eles cobram caríssimo para que você possa fazer um alargamento de via. E criam pendências judiciais que não têm solução. Às vezes, você encontra uma casa no meio de uma avenida porque não houve solução jurídica para aquele imóvel ser finalmente indenizado e se chegar a um acordo.

O metrô subterrâneo, você constrói debaixo de uma avenida, do Eixão. Qual o problema? Até chegar a Sobradinho. Outro, pela Esplanada dos Ministérios; outro ligando as regiões do Lago Sul e do Lago Norte. Qual é a dificuldade? Não existe. Você não vai precisar desapropriar nada. Assim, nas cidades, nas grandes vias já abertas, pode-se colocar o metrô sem grandes indenizações, sem grandes prejuízos. É esse investimento que temos que fazer, é correto a Presidente tratar dessa questão.

A educação, a questão dos 10% do PIB para a educação, dos *royalties*, do Fundo Social do Pré-Sal. Fiz essa lei ser aprovada aqui, quando fizemos o novo marco regulatório do petróleo. Infelizmente, a questão do Fundo Social, por incompreensão política, foi vetada na época. Agora voltou, e devemos dar velocidade. Tenho um projeto que está na Comissão de Assuntos Econômicos, que ficou retido por um ano, só com pedido de vista. Só porque é iniciativa de um

Deputado? De um Senador? É por isso? Isso é um equívoco, uma barbaridade, uma coisa estúpida. Às vezes, as Lideranças cometem esse tipo de erro e até de abuso. Acho que temos que dar velocidade à aprovação do Fundo Social do Pré-Sal, e, na Câmara, estão os recursos dos *royalties*, para destiná-los todos para a educação.

Na saúde, é bom que se faça o registro, nesta Casa, que alguns que cobram muito da saúde roubaram R$40 bilhões da saúde de 2007 para 2008. Aquilo é que foi roubo. Tiraram da saúde pública brasileira, vergonhosamente, a CPMF, que era o tributo de menor alíquota de todos, só que era um tributo que, também, ao ser um agente fiscal forte, agia sobre todas as contas do País. Tiraram, com esse discurso de que não ia para a saúde. Que papo é esse? Esse recurso também ia para a saúde, ia para equipamentos, para a construção de hospitais, de unidades hospitalares. Fizeram essa mão-de-gato na CPMF. É preciso, agora, encontrar a forma adequada para ampliar os serviços de saúde do País.

E digo a V. Exªs que o problema dos serviços de saúde não é a contratação de médicos. São as unidades, muitas vezes inadequadas. Podemos estar caindo num conto de sereia em achar que só trazendo médico do exterior vamos resolver o problema. Primeiro, porque não há 6 mil, 8 mil médicos no exterior disponíveis para trazer para cá. Por exemplo, há uma medida simples, Senador Paulo Paim: dezenas, centenas de médicos brasileiros fizeram Medicina em outros países, inclusive em Cuba, mas também fizeram aqui na América do Sul, na Espanha, na Europa e em outros países, que não tiveram ainda os seus diplomas revalidados no Brasil. Vamos resolver essa coisa mais simples, dialogando com o Conselho Federal de Medicina, com os sindicatos de médicos, a fim de ampliar a formação de médicos no Brasil, ampliar as vagas dos cursos de Medicina. Vamos dobrar as vagas do curso de Medicina no interior do País. Muitas regiões do Ceará estão ganhando médicos sabe por que meio? Os cursos de Medicina que foram para Barbalha, no Cariri cearense, e o curso de Medicina que foi para Sobral, também no interior cearense, porque ali o médico vai se preparando, são seis anos convivendo ali, casa ali, estabelece família, e ali ele vai ficar.

Então, Sr. Presidente, eu vejo que muitas coisas podem ser resolvidas com ajustes simples, nossos, para resolvermos essa pauta justa do povo brasileiro, da nossa juventude, que começou com a mobilidade e ampliou-se para milhares de pequenos pedidos de cada um, incluindo saúde, educação e segurança pública no Brasil. E é evidente que cada um vai colocando a sua pauta: corrupção, combate permanente, sistemático à corrupção, que é uma chaga que atinge todas as nações. Precisamos estar atentos a essa questão, mas com a pulga atrás da orelha.

Não vamos deixar que as mobilizações, que as manifestações populares da nossa juventude brasileira sejam abocanhadas pela direita, para fazer esse discurso fácil do fascismo, do nazismo, contra os partidos. O que é isso? Os partidos que conquistaram a democracia, que consolidaram o processo democrático brasileiro, que abriram a democracia. Quando se fechou o governo, também se fecharam os partidos, isso no Estado Novo, na ditadura militar. Foi assim, com esse papo de: “Partido não, porque partido não nos representa!”. E quem representa? Quem é essa parte que está reivindicando que nenhuma outra parte representa? Quem é essa parte?

Precisamos estar atentos e ter a tranquilidade de colocar a mobilização abraçando as causas às quais eu adiciono: redução da jornada de trabalho; fim do fator previdenciário; saúde pública, para encontrarmos a questão do financiamento, porque aqui é que está o problema, e se não tratarmos disso, não haverá como pagar os médicos vindos do exterior nem qualquer outro profissional. Temos de tratar aqui do financiamento da saúde pública brasileira, assim como na educação

estamos encontrando o mecanismo. E já proponho que os *royalties* da mineração também sejam destinados para a educação, para que possamos chegar aos 10% do PIB, porque só com o pré-sal e com o Fundo Social ainda ficamos longe dos 10% do PIB para a educação.

Então, Sr. Presidente, quero também me congratular com V. Exª, porque acompanhou toda essa movimentação popular. Vamos continuar acompanhando. Somos daqueles que adoramos a mobilização popular, que queremos incentivá-la, nesse sentido transformador do nosso País. Eu mesmo proponho o socialismo, que é muito mais avançado do que o sistema capitalista. Acho que devemos colocar umas faixas, uns cartazes. Os que defendem o socialismo levem o seu cartaz defendendo o socialismo, para aprofundar o caminho do Brasil e, mais adiante, dar um passo mais avançado.

Acho que esse movimento pode, sim, ajudar o Brasil. Eu acho que pode. Eu acho, Paim, que, com a inspiração de V. Exª e de muitos amigos que atuam no Parlamento brasileiro, mas que atuam também no movimento sindical, atuam no movimento social, na estrutura organizada, nas universidades, essa energia pode ser canalizada. Ao invés de ser canalizada para o que pensa a "direitona" brasileira, pode ser canalizada para transformações sociais mais profundas no Brasil, que é o que o povo almeja: qualidade de vida, melhorar a mobilidade, a educação, a saúde. É esse processo. Acho que podemos ir por aí.

Por exemplo, há uma cantilena às vezes midiática a favor dos juros, em defesa dos juros altos. Com juros altos nós pagamos caro, com juros altos não há dinheiro para mobilidade. No ano passado, foram R$219 bilhões! Imagine se podemos pegar R$219 bilhões para construir metrô no Brasil e garantir um meio de transporte mais adequado, para garantir uma saúde pública mais adequada, para garantir um sistema de educação mais adequado. Mas nós estamos entregando para a banca.

Nós fizemos a renúncia fiscal no setor de automóveis. Eles remeteram. Nós fizemos uma renúncia de quase R$27 bilhões, e eles ainda remeteram R$27 bilhões para o exterior – R$27 bilhões eles remeteram de lucro para o exterior, e mais a renúncia. Se você somar a renúncia fiscal que você fez e a remessa enviada para o exterior, significa algo em torno de R$54 bilhões que podiam estar aqui no Brasil, ajudando o Brasil.

Nós podemos avançar mais na área da produção agrícola, produzindo aquilo que vai sustentar a nossa agricultura, que são os fertilizantes, aqui no Brasil. O quarto maior consumidor de automóveis do mundo precisa ter um motor, um só, meu caro Paim, um motor nosso, produzido aqui, que diminua os custos, inclusive, de pagamento de *royalties* e patentes de equipamentos de alta tecnologia, que nós temos que fazer ano a ano. No setor de medicamentos, de cuja maior parte da produção nós pagamos *royalties*, nós pagamos patentes, aos grandes laboratórios estrangeiros.

Então, nós precisamos fazer avançar o nosso Brasil. Eu acho que o movimento tem que ter esse sentido, tem que ter esse caminho. Esse é o caminho mais adequado para que as amplas mobilizações populares ajudem o Brasil, porque é isso que todos nós desejamos. É o desejo do nosso Presidente Paim, é o meu desejo e, tenho certeza, é o desejo de todos que estão assistindo à juventude se mobilizar.

E, agora, não é só a juventude. Eu vi a juventude comunista da década de 50 também na rua. Estavam lá no Rio de Janeiro, e nós éramos do Partido Comunista, com o povo, na rua, etc. e tal. Então, quer dizer, é uma mobilização de muitas faixas etárias, que se reúnem com um sentido – o Brasil pode ser muito melhor, tem como ser e tem que tirar as travas que os conservadores têm conseguido impor ao nosso País. Se nós rompermos essas travas, aí sim, nós vamos ter um país muitíssimas vezes melhor do que o que nós conquistamos.

Os dez anos últimos, de Lula e Dilma, mostraram, ao tirar 30 milhões da miséria, que é possível. Isso é possível. Agora, com os conservadores, com a direita, não é. Eles querem retrocesso. Eles não querem distribuir riqueza; eles querem concentrar mais riqueza. Então, vamos pelo caminho mais avançado. É a minha opinião, meu caro Senador Paim, para a gente não cair no conto da sereia. Não cair. Acho que a gente tem que estar muito vivo.

Nós temos alguma experiência da batalha política no Brasil. Nós sabemos como se move o tabuleiro, como ele caminha, como ele se mexe. Isso tudo nós conhecemos. E sabemos que o povo não é bobo. O povo não é bobo! O povo é sabido. A sabedoria popular pode conduzir essa ampla mobilização social brasileira no caminho dos avanços.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Inácio Arruda, sempre brilhante, apontando caminhos, inclusive ampliando a pauta, como essa das 40 horas, da reforma agrária, da questão do fim do fator. E apontando para o fortalecimento do processo democrático.

A população entendeu o que V. Exª disse em seu pronunciamento. Nós temos que fortalecer o processo democrático. Nada contra as mobilizações. Que elas sejam mais amplas, mas que caminhem no avanço da pauta da distribuição de renda e do fortalecimento da democracia.

Parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há sobre a mesa o **Requerimento n° 702, de 2013**, em aditamento ao **Requerimento n° 629, de 2013**, do Senador Jorge Viana, que requer alteração da data da missão para representar esta Casa na Reunião de Presidentes de Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, a ser realizada em Lisboa, Portugal, a fim de considerar o período de 18 a 20 de junho de 2013.

A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, por analogia, defere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 703, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, parágrafo 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar esta Casa Legislativa na Jornada Mundial da Juventude 2013, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 28 de julho de 2013, conforme indicação da Presidência do Senado Federal.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2013.

Senador **RUBEN FIGUEIRÓ**

Brasília, 19 de junho de 2013.

Nos termos do que dispõe o art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, indico os Excelentíssimo Senhores Senadores **PEDRO SIMON, VITAL DO RÊGO, FRANCISCO DORNELLES, LINDBERGH FARIAS, RUBEN FIGUEIRÓ, CÍCERO LUCENA, INÁCIO ARRUDA, PAULO PAIM, RODRIGO ROLLEMBERG** e **VICENTINHO ALVES**, para representarem o Senado Federal na Jornada Mundial da Juventude 2013, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 28 de julho de 2013, autorizando a emissão de bilhetes de passagens aéreas, bem como o pagamento de diárias correspondentes à data do referido evento.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 704, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2013, ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia,** (PT/RS).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **nº 249, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012 (nº 1.804/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, *que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.828, de 2013;

– **nº 250, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003 (nº 7.032/2002, na Casa de origem, do Deputado Luciano Pizzatto), *que cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná*, sancionado e transformado na Lei nº 12.829, de 2013;

– **nº 253, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005 (nº 6.579/2009, na Câmara dos Deputados), do Senador Marcelo Crivella, *que dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o pai da aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares*, sancionado e transformado na Lei nº 12.831, de 2013;

– **nº 254, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2013 (proveniente da Medida Provisória nº 597, de 2012), *que altera dispositivos das Leis nºs 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas,* sancionado e transformado na Lei nº 12.832, de 2013; e

– **nº 256, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000 (nº 6.167/2002, na Câmara dos Deputados), do Senador Luiz Pontes, *que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju), e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.834, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Aviso n° 192, de 20 de junho de 2013**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento n° 1.152, de 2012**, de informações, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Comissão requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº S/28, de 2013** (nº 215/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO
Nº S/28, DE 2013

Ofício nº 215 GP

Brasília, 19 de junho de 2013.

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Sessão Administrativa realizada nesta data, o Supremo Tribunal Federal indicou, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2013/2015, na forma do disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, a Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e a Juíza de Direito DEBORAH CIOCCI, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Encaminho a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação por essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente

CURRICULUM VITAE

1. Nome : **ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO**
2. Naturalidade: Itajubá-MG
3. Data de Nascimento: 22.02.1948
4. Identidade: 115.226.961-7/MEx e 816.793/SSP-GO
5. Identidade Funcional: Carteira 158 – Poder Judiciário – Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – Matrícula 308.364
6. Título Eleitoral: 295662038 – Zona 014 – Seção 0256
7. Endereço Residencial : SQN 314 – Bloco "H", Apt. 607-Brasília-DF.
8. Profissão: Magistrada e Professora de Pós-Graduação
9. Cargo: Desembargadora do TJDFT
10. Endereço Profissional – Praça do Buriti – Edifício Palácio da Justiça – 3°. Andar – Sala 3.100.
11. Telefones: Gabinete (61- 31036541), celular (61-98022415) e residência (61-32724208 e 32734202)

1. **Curso Superior**
   Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – em 09/08/1983

2. **Pós-Graduação**
   2.1. Especialista em Direito Público e Estado – 60 Créditos – Universidade de Brasília

   2.2. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes.

3. **Atividades Profissionais - Cargos e Funções Públicas**

   3.1. **Advocacia** – Inscrição na OAB/DF 5.136 - Escritório no Edifício Brasília Rádio Center, SRTVN – Quadra 02, Sala 1.078 – Brasília-DF, período de novembro de 1983 a 1984

   3.2. **Colaboradora do Jornal Trabalhista** (Publicação especializada em Direito do Trabalho , do Centro de Assessoria Trabalhista- Super Center Venâncio 2000 – SCS Quadra 08, Bloco "B", salas 203 a 215- – 1983/1984.

3.3. **Fiscal do Trabalho** – Delegacia Regional do Trabalho –DRT/DF-Ministério do Trabalho – Nomeação em 11 de julho de 1984, mediante aprovação em Concurso Público- 3°. Lugar, entre 133 aprovados -Posse em 13 de julho de 1984.

3.4. **Procurador da Execução Judicial**, da Coordenadoria da Dívida Ativa da União, da Fazenda Nacional – de 23 de junho de 1986 a 02 de fevereiro de 1987. Exonerada para assumir cargo de Promotora de Justiça Substituta, do MPDFT. Nomeada Procuradora da Fazenda Nacional, em razão da aprovação em Concurso Público (2°. Lugar entre 86 aprovados, em âmbito nacional), pela Portaria no. 155, de 17 de março de 1989 (Diário Oficial, Seção II, p. 1.314, de 22.03.89 – cargo não assumido, em razão de já estar no cargo de Juíza de Direito Substituta, da Justiça do Distrito Federal).

3.5. **Promotora de Justiça Substituta**, empossada em 03 de fevereiro de 1987, nomeada pela Portaria no. 021, publicada no DOU de 06.02.87. Promovida a Promotora de Justiça em 26 de agosto de 1988.

3.6. **Magistratura : Juíza de Direito Substituta** – mediante aprovação em 2°. lugar, em concurso público, dentre 10 aprovados. Empossada em 28 de agosto de 1988. Promovida a **Juíza de Direito** em 06 de outubro de 1992. Nomeada **Juíza Eleitoral,** Presidente da 10ª. Zona Eleitoral de Brasília, maio de 1994 a maio de 1996. Nomeada **Juíza do Tribunal Regional Eleitoral** – Exercício de 26 de abril de 2002 a 17 de fevereiro de 2.004. Promovida a **Desembargadora** – Posse em 18 de fevereiro de 2.004. Atualmente Presidente da 6ª. Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

3.7. **Diretora da Escola de Magistratura do Distrito Federal** – Biênio 2011/2012.

4. Atividades no Magistério

Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – A.E.U.D.F. – Instituto de Ciências Sociais – Departamento de Direito - Professora de Introdução ao Estudo do Direito I – 2°. Semestre de 1987 e 1°. e 2°. Semestre de 1988. Professora de Direito Processual Civil III, 1°. E 2°. Semestre de 1989.

Professora do Curso de Pós-Graduação " Lato Sensu", do I.C.A.T. da A.E.U.D.F., de Direito Processual Civil – 1991 a 1996.

Universidade de Brasília – UnB – Professora de Direito Judiciário Civil II – 1°. Semestre de 1990 e Direito Civil V (2°. Semestre de 1990).

Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal (Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" – Curso de Especialização para Carreiras Jurídicas – Disciplina: Direito Processual Civil (Processo de Conhecimento, Processo de Execução e Processo Cautelar – Procedimentos Especiais) 2° Semestre de 1992 e 1°. E 2°. Semestre de 1993.

Instituto Processus de Cultura Jurídica – Magistério nas disciplinas de Direito Constitucional e Direito Processual Civil – 2°. Semestre de 1991 até fevereiro de 2011..

Faculdade Processus – Magistério no curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil – novembro de 2005 a fevereiro de 2011.

Escola da Magistratura do Distrito Federal – 1998 até o presente (Curso de Atualização para Carreiras Jurídicas – Disciplinas de Direito Processual Civil e Direito Constitucional.

Instituto dos Magistrados do Distrito Federal – IMAG/DF – Professora de Direito Constitucional e Direito Processual Civil – de 2.001 até o presente.

Supremo Tribunal Federal – Curso de Reciclagem e Aperfeiçoamento Jurídico, promovido pelo Instituto Processus – Aulas de Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Penal-Parte Especial, de 23.09.96 a 16.05.97;
"Curso de Direito Processual Civil – de 10 de setembro a 08 de outubro de 2004, ministrando 27 horas-aula, nas dependências do Tribunal.

5. CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

Congressos e Simpósios – aulas magnas e aulas inaugurais ministradas (principais ocorrências)

5.1. Conferência no Seminário " Julgamento Simulado pelo Tribunal do Júri – A.E.U.D.F. 08.12.1988 – Tema: preparo do processo pela defesa. Escusas de Jurados. Apreciação das provas testemunhais e periciais. Contradita de Testemunhas.

5.2. Conferência no Seminário "Julgamento Simulado pelo Tribunal do Júri – A.E.U.D.F. em 16.04.1989. Tema: Absolvição, Desclassificação, Impronúncia e Pronúncia.

5.3. Professora-Assistente e palestrante, no Seminário " Encontro de Direito Penal",Universidade de Brasília – Departamento de Direito, período de 03 a 05 de setembro de 1990.

5.4. Palestra sobre "Técnica de Sentença" para Concursos, na Escola da Magistratura do Distrito Federal – 15 de junho de 1999.

5.5. Aula inaugural da Escola de magistratura do Trabalho, da 17ª. REGIÃO – TRT – 17ª. Região, Vitória-ES, em 23 de março de 2001. Tema: O Controle da Constitucionalidade das Leis: Trânsito do Controle Difuso para o Controle Concentrado" .

5.6. Palestra "Gestão de Áreas Públicas – Desafetação, Concessão, Permissão – Necessidade de Licitação – no Seminário Debate sobre a realidade urbana do Distrito Federal, da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 23 de novembro de 2001.

5.7. Palestra "Nova Legislação Processual Civil", no 1º. Ciclo de Debates da Fundação de Assistência Judiciária, na Escola Superior de Advocacia – ESA -OAB/DF, em 08.11.2002.

5.8. Conferência no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/DF – "Perspectivas da Justiça Eleitoral para as Eleições de 2002" – em 10 de dezembro de 2001, durante a realização da 1ª. Jornada de Estudos em Matéria Eleitoral".

5.9. Palestra "Nova Legislação Processual Civil", no 1°. Ciclo de Debates da Fundação de Assistência Judiciária, na Escola Superior de Advocacia – ESA -OAB/DF, em 08.11.2002.

5.10. Palestra "O Aprimoramento da Legislação Eleitoral", no Curso Regional no Estado do Rio Grande do norte, da Escola Judiciária Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral – 14 de novembro de 2002.

5.11. Conferência "Recursos Eleitorais", em 29 de outubro de 2003., no Ciclo de Estudos preparatórios para as Eleições Municipais de 2004, Tribunal Superior Eleitoral, Escola Judiciária Eleitoral.

5.12. Palestras no Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Direito Processual Civil, de 1.10.2003 a 05.11.2003, pelo Instituto Processus de Cultura Jurídica, no Tribunal Superior Eleitoral, com 30 horas-aula ministradas, de um total de 40 horas-aula.

5.13. Palestra: "O Controle Externo do Judiciário – Garantias Constitucionais do Judiciário e da Magistratura" – UPIS-Brasília-DF – em 1°.04.2004.

5.14. Conferência: "Recursos no Processo Eleitoral" – Escola Judiciária Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – em João Pessoa, em 17.04.2004.

5.15. Palestra no curso de Aperfeiçoamento dos Novos Juízes – Escola da Magistratura do Distrito Federal – Tema: "O Poder Geral de Cautela do Juiz", em 30.04.2004.

5.16. Curso de Sentença- Escola da Magistratura – Palestra: "Técnica de Elaboração de Sentenças Cíveis" – 02 e 03 de setembro de 2004.

5.17. Palestra: Parcerias Público Privadas, no Encontro Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal sobre "A Nova Administração Pública" - Auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – 11 de novembro de 2004.

5.18. Palestra: A Força Normativa da Constituição e o Direito do Consumidor – UNICEUB – 17 de março de 2005.

5.19. Palestra: Precatórios: aspectos constitucionais" – realização Amagis, Escola de Magistratura DF e Centro Jurídico Brasileiro – Jornada de estudos sobre precatórios – 05 de outubro 2005.

5.20. Palestra Informação pública e sigilo judicial; Lei de imprensa e Danos Morais; Responsabilidade penal e civil – 6° Seminário de Direito para Jornalistas – 28 a 30 de novembro e 04 de dezembro de 2006 – Realização TJDFT, AMAGIS/DF e Escola de Magistratura do DF.

5.21. Palestra: O projeto do novo Código de Processo Civil: Inovações nos recursos – Escola da Magistratura do Distrito Federal – AMAGIS – DF, 20 de junho de 2012.

5.22. Palestra: O projeto do Código de Processo Civil e os direitos humanos, Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Audiência Pública, 06 de agosto de 2012.

5.23. Palestra: Inovações Processuais no Código de Defesa do Consumidor – Instituto Aliomar Baleeiro – 23 de agosto de 2012.

5.24. Palestra: Alimentos Avoengos: chamamento ao processo dos responsáveis – Instituto Brasileiro do Direito de Família, Pirenópolis, 26 de outubro de 2012.

6. Publicações - livros

6.1. Inovações no Processo Civil – Da Nova Disciplina – Editora Prossegraf, 2002.

6.2. Lições de Processo de Conhecimento – Brasília: FORTIUM, 2005.

7. Publicações - apostila

Processo Civil – Provas de Concursos – Edições 2002, 2003, 2004 e 2005- Editora Prossegraf e Processus.

6. Publicações: entrevistas sobre a Reforma do Judiciário

O Magistrado em Revista

Brasília em Dia

7. Participação em programa da "TV – Justiça"

– Debatedora no Programa Defenda Sua Tese, 20.00 horas, dia 14 de dezembro de 2004.

8. Condecorações:

8.1. ORDEM DO MÉRITO ELEITORAL

Classe Jurista – 26 de setembro de 2001.

8.2. ORDEM DO MÉRITO MILITAR

Grau Oficial – abril de 2004.

8.3. ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO

Grau Grã-Cruz – 20 de fevereiro de 2004.

8.4. ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DF

Grau Grão-Colar – 20 de maio de 2004.

8.5. ORDEM DO MÉRITO DE BRASÍLIA

Grau Comendador – 13 de junho 2005.

8.6. TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DE BRASÍLIA - Junho de 2005.

DECLARAÇÃO

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Ato n. 01/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu **Art. 1º, inciso II, "a"**, que **possui os seguintes parentes que exercem atividades vinculadas à sua atividade profissional:**

1) Elisabeth Cristina Amarante Brâncio, filha, Juíza de Direito, titular do 1º Juizado Central Criminal do Distrito Federal, tendo tomado posse na magistratura do DF em fevereiro de 1997;

2) Patrícia Amarante Brâncio, filha, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, concursada, tendo tomado posse em outubro de 2009.

Brasília-DF, 20 de junho de 2013.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora

DECLARAÇÃO

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Ato n. 01/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu **Art. 1º, inciso II, "d"**, que **não existem ações judiciais, seja como autora ou ré, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.** Cumpre esclarecer, contudo, que, atualmente, é Curadora nos autos da Curatela de Interditos que requereu, juntamente com sua irmã, em favor de sua genitora, Maria Simionato Duarte (Proc. 2004.045.005330-9), da 2ª. Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Resende-RJ. Com o falecimento de sua única irmã, Sandra Maria Simionato Duarte, em 20 de julho de 2012, sucedeu-a como Curadora, tendo assinado o termo respectivo em 23 de julho de 2012, estando em fase de prestação de caução e prestação de contas. Assinou, também, termo como Inventariante do espólio de sua irmã, na mesma Comarca, autos n. 001120129.2012.8.19.0045.

Brasília-DF, 20 de junho de 2013.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0005398-46.2004.8.19.0045

2004.045.005330-9

TJ/RJ - 20/06/2013 18:40:16 - Primeira Instância - Distribuído em 09/12/2004

Caso deseje visualizar os atos decisórios de processo que tramitam em segredo de justiça clique aqui.

Comarca de Resende	**2ª Vara de Família Infância e Juventude e do Idoso** **Cartório da 2ª Vara de Família, da Inf., da Juv. e do Idoso**
Endereço:	Rua Rita Maria Ferreira da Rocha 500
Bairro:	Jardim Jalisco
Cidade:	Resende
Ação:	Interdição
Assunto:	Tutela e Curatela / Direito de Família
Classe:	Interdição
Advogado(s):	RJ141439 - JUNIOR VIANA AZEVEDO TI000002 - DEFENSOR PÚBLICO
Tipo do Movimento:	**Recebimento**
Data de Recebimento:	14/06/2013
Tipo do Movimento:	**Despacho - Proferido despacho de mero expediente**
Data Despacho:	13/06/2013
Documentos Digitados:	Despacho / Sentença / Decisão
Tipo do Movimento:	**Conclusão ao Juiz**
Data da conclusão:	13/06/2013
Juiz:	CAMILA NOVAES LOPES
Processo(s) Apensado(s):	**0008639-47.2012.8.19.0045**
Processo(s) no Tribunal de Justiça:	Não há.
Localização na serventia:	Mesa Dany

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0008639-47.2012.8.19.0045

TJ/RJ - 20/06/2013 18:42:20 - Primeira instância - Distribuído em 23/07/2012

Caso deseje visualizar os atos decisórios de processo que tramitam em segredo de justiça clique aqui.

Comarca de Resende **2ª Vara de Família Infância e Juventude e do Idoso**
Cartório da 2ª Vara de Família, da Inf., da Juv. e do Idoso

Endereço: Rua Rita Maria Ferreira da Rocha 500
Bairro: Jardim Jalisco
Cidade: Resende

Ação: Tutela e Curatela / Direito de Família

Assunto: Tutela e Curatela / Direito de Família

Classe: Prestação de Contas - Oferecidas

Advogado(s): TJ000002 - DEFENSOR PÚBLICO
RJ141439 - JUNIOR VIANA AZEVEDO

Tipo do Movimento: **Ato Ordinatório Praticado**
Data: 12/06/2013
Descrição: Certifico que foram desentranhadas as fls. 121/177, em atendimento ao contido na r. Sentença de fls. 181/182.

Processo Principal: 0005398-46.2004.8.19.0045 (2004.045.005330-9)

Processo(s) no Tribunal de Justiça: Não há.

Localização na serventia: Ver O Apenso

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

Resultado da consulta processual

Consulta Processual - Número - Primeira Instância

As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no DJERJ oficializa despachos e decisões e estabelece prazos.

Processo Nº 0011201-29.2012.8.19.0045

TJ/RJ - 20/06/2013 18:43:13 - Primeira Instância - Distribuído em 14/09/2012

Comarca de Resende	**2ª Vara Cível** **Cartório da 2ª Vara Cível**
Endereço:	Rua Rita Maria Ferreira da Rocha 500
Bairro:	Jardim Jalisco
Cidade:	Resende
Ação:	Inventário e Partilha (Sucessões)
Assunto:	Inventário e Partilha (Sucessões)
Classe:	Inventário
Requerente	MARIA SIMIONATO DUARTE
Representante Legal	ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Inventariado	SANDRA MARIA SIMIONATO DUARTE Listar alterações / exclusões de personagens
Advogado(s):	RJ141439 - JUNIOR VIANA AZEVEDO
Tipo do Movimento:	**Recebidos os autos**
Data do recebimento:	24/05/2013
Tipo do Movimento:	**Remessa**
Destinatário:	Ministério Público
Data da remessa:	17/05/2013
Prazo:	15 dia(s)

Processo(s) no Tribunal de Justiça:	Não há.
Localização na serventia:	PROCESSAMENTO 32

Os autos de processos findos terão como destinação final a guarda permanente ou a eliminação, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

DECLARAÇÃO

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo art. 5º, inc. IV, da Resolução n. 07/2005, SF, que **não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.**

Brasília-DF, 20 de junho de 2013.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora

DECLARAÇÃO

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Ato n. 01/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu **Art. 1º, inciso II, "b"**, que **não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.**

Brasília-DF, 20 de junho de 2013.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora

DECLARAÇÃO

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Ato n. 01/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu **Art. 1º, inciso II, "e"**, que atua no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, como magistrada, desde 28.08.1988.

Brasília-DF, 20 de junho de 2013.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora

DECLARAÇÃO

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para fins determinados pelo Ato n. 01/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu **Art. 1º, inciso II, "c"**, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília-DF, 20 de junho de 2013.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Cível
20/6/2013

Certidão de Ações Cíveis de 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

I - Distribuições CÍVEIS, referentes às AÇÕES DE EXECUÇÃO, SUMÁRIO, ORDINÁRIA, DESPEJO, EXECUÇÃO FISCAL, FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE, RENOVATÓRIA, BUSCA E APREENSÃO, DEPÓSITO, NOTIFICAÇÃO, PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS, COMINATÓRIA, INTERPELAÇÃO, CAUTELARES, SEPARAÇÃO JUDICIAL, DIVÓRCIO LITIGIOSO, ANULAÇÃO DE CASAMENTO, SEPARAÇÃO DE CORPOS, ALIMENTOS, INSOLVÊNCIA CIVIL, feitas às Varas CÍVEIS, da FAZENDA, de REGISTRO PÚBLICO, de FALÊNCIA E CONCORDATA, de FAMÍLIA, de ÓRFÃOS E SUCESSÕES, do MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO, do ACIDENTE NO TRABALHO E JUIZADOS ESPECIAIS.
II - Distribuições CÍVEIS originárias feitas aos órgãos de 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 13/6/2013, ** **NADA CONSTA** ** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483985EBBN
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Criminal
20/6/2013

Certidão Criminal de 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

I - Distribuições CRIMINAIS feitas às VARAS CRIMINAIS, de FALÊNCIAS e CONCORDATAS, do MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO da JUSTIÇA do DISTRITO FEDERAL, DA AUDITORIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.
II - Distribuições CRIMINAIS originárias feitas aos órgãos de 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 13/6/2013,
**** NADA CONSTA **** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de:
ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483986EQIM
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Falencia
20/6/2013

Certidão de Falência e Concordata

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

I - FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;
II - INSOLVÊNCIA CIVIL;
III - DISSOLUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE EMPRESAS E DE SOCIEDADES PERSONIFICADAS E NÃO PERSONIFICADAS;
IV- LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS E DE SOCIEDADES PERSONIFICADAS E NÃO PERSONIFICADAS;
V - EXCLUSÃO DE SÓCIOS DE SOCIEDADES PERSONIFICADAS E NÃO PERSONIFICADAS;
VI - APURAÇÃO DE HAVERES DE SOCIEDADES PERSONIFICADAS E NÃO PERSONIFICADAS;
VII - NULIDADE OU ANULAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS feitas à VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS da JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 13/6/2013, ** **NADA CONSTA** ** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483982NGAW
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônel Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Testamento
20/6/2013

Registro de Testamento

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

I - REGISTRO DE TESTAMENTOS, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 13/6/2013, ** **NADA CONSTA** ** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483979IEOD
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Execucao
20/6/2013

Certidão de Execuções de 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

I - EXECUÇÕES, EXECUÇÕES PATRIMONIAIS E EXECUÇÕES FISCAIS, feitas às Varas CÍVEIS, de FAZENDA, do MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO e de FAMÍLIA da JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E JUIZADOS ESPECIAIS.
II - EXECUÇÕES, EXECUÇÕES PATRIMONIAIS E EXECUÇÕES FISCAIS originárias feitas aos órgãos de 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 13/6/2013, ** **NADA CONSTA** ** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483981KTJK
Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Especial
20/6/2013

Certidão Especial de 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

I - AÇÕES E DEMAIS FEITOS DE DISTRIBUIÇÃO OBRIGATÓRIA ÀS VARAS CÍVEIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, inclusive EXECUÇÕES.
II - FEITOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DO DF. EXECUÇÕES FISCAIS.
III - INTERDIÇÕES, TUTELA E CURATELA, DISTRIBUÍDAS ÀS VARAS DE FAMÍLIA.
IV- FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, DISTRIBUÍDAS À VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS.
V - FEITOS DISTRIBUÍDOS ÀS VARAS DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES.
VI - DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS FEITAS ÀS VARAS CRIMINAIS DA JUSTIÇA DO DF, AUDITORIA MILITAR E JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.
VII - REGISTRO DE TESTAMENTOS.
VIII - FEITOS DISTRIBUÍDOS À VARA DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E FUNDIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL.
IX - Distribuições CRIMINAIS originárias feitas aos órgãos de 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.
X - Distribuições CÍVEIS originárias feitas aos órgãos de 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL;
todos os itens acima, com buscas realizadas desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960, até 13/6/2013 e,
XI - DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS, PROMISSÓRIAS, CHEQUES E SIMILARES, AOS CARTÓRIOS DE PROTESTO , no período compreendido dos últimos ** **20 (VINTE) ANOS** ** até a data de 31/5/2013, deles verifiquei que ** **NADA CONSTA** ** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483980ACJT
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Protesto
20/6/2013

Certidão de Distribuição de Protestos

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

REGISTROS E/OU DISTRIBUIÇÕES DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDA PARA PROTESTO, feitos aos CARTÓRIOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO DISTRITO FEDERAL, no período compreendido dos últimos ** **20 (VINTE) ANOS** **, até 31/5/2013 dele verifiquei que ** **NADA CONSTA** ** , contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483983UKSH
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO

Prot.Internet : 1207209
Talão n.º: **1308**
Tutela
20/6/2013

Certidão de Tutela, Curatela e Interdições

CERTIFICA e da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÕES e AÇÕES ORIGINÁRIAS a elas relativas, feitas às:
I - VARAS DE FAMÍLIA, DE ORFÃOS E SUCESSÕES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.
II - TURMAS CÍVEIS, CÂMARAS CÍVEIS E CONSELHO ESPECIAL DA 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL,
todos os itens acima, com busca realizada desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 13/6/2013, ** **NADA CONSTA** ** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
(JEFERSON DUARTE, MARIA SIMIONATO DUARTE)
(339.445.121-20)

CERTIDÃO EMITIDA EM 20/6/2013
*** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Selo Digital de Segurança: TJDFT20130040483984BRKO
Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

Observação:
a) Certidão emitida por processo eletrônico, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006;
b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Cartório Rui Barbosa de Distribuição do Distrito Federal (www.distribuidordf.com.br)
d) embora a certidão tenha validade de 30 (trinta) dias, sua autenticidade poderá ser confirmada em até 3 (três) meses após a sua expedição.

O Coordenador de Protocolo de Petições e Informações Processuais, da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CERTIFICA

atendendo a pedido da parte interessada, que, revendo os registros informatizados da Secretaria deste Tribunal, verificou-se que deles NADA CONSTA em nome de ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO. Dada e passada nesta cidade de Brasília-DF, em 20 de junho de 2013. Do que eu, _____, Pedro Hezequiel Gama Alves Caldas, Chefe da Seção de Informações Processuais, lavrei e digitei. E eu, _____, Jorge Gomes de Andrade Cruz Júnior, Coordenador de Protocolo de Petições e Informações Processuais, subscrevi.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO**
Inscrição: **000295662038** Zona: 14 Seção: 256
Município: 97012 - BRASÍLIA UF: DF
Data de Nascimento: 22/02/1948 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA SIMIONATO DUARTE
JEFFERSON DUARTE

Certidão emitida às 18:07 de 20/06/2013

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br, por meio do código **JZNT.MFEØ.NRI4.9K9Ø**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais **Nº 1040144**

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

NADA CONSTA

CONTRA **ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 339.445.121-20**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;

b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;

c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);

e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 17h59, 20/06/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 20/06/2013 17:59

Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF **Nº 514109**

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra**:

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, ou vinculado ao **CPF: 339.445.121-20**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;

b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;

d) válida por 30 (trinta) dias;

e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

f) A presente Certidão abrange apenas a Seção Judiciária do Distrito Federal com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Distrito Federal = Brasília/DF;

Brasília/DF, 18h09, 20/06/2013.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 20420332013

O Departamento de Polícia Federal *CERTIFICA*, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ANA*MARIA*DUARTE*AMARANTE*BRITO** , nacionalidade brasileira, filho(a) de JEFERSON DUARTE e MARIA SIMIONATO DUARTE, nascido(a) aos 22/02/1948, natural de ITAJUBÁ/MG, Documento de identificação 816793 SSP/GO, CPF 339.445.121-20.

Observações:

1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (http://www.dpf.gov.br)
4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:03 de 20/06/2013

Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 339.445.121-20

Nome da Pessoa Física: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **15:38:05:** do dia **20/06/2013** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **1175.7973.65FE.E3BD**
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

Número do CPF:	339.445.121-20
Nome:	ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Situação Cadastral:	REGULAR
Código de Controle	1175.7973.65FE.E3BD

A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirma a autenticidade do comprovante.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
CPF: 339.445.121-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 15:06:49 do dia 20/06/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/12/2013.
Código de controle da certidão: **EA17.CB86.DE97.F92D**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Receita Federal

CERTIDÃO CONJUNTA

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 339.445.121-20

Data da Emissão : 20/06/2013

Hora da Emissão : 15:06:49

Código de Controle da Certidão : EA17.CB86.DE97.F92D

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão Conjunta **Negativa** emitida em 20/06/2013, com validade até 17/12/2013.

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº	: 197-00.739.888/2013
NOME	: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
ENDEREÇO	: SQS 302 BL H APT 605
CIDADE	: ASA SUL
CPF	: 339.445.121-20
CNPJ	:
CF/DF	:
FINALIDADE	: VERIFICACAO DE DEBITOS

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 18 de Setembro de 2013.

Brasília, 20 de Junho de 2013.

Certidão emitida via internet às 15:12:16 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 197007398882013
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 33944512120
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO DE DIVIDA ATIVA - NEGATIVA
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 15:12:16
DATA DA EMISSÃO	: 20/06/2013
DATA DA VALIDADE	: 18/09/2013
FINALIDADE	: VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 20 de Junho de 2013.
Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº	: 197-00.739.874/2013
NOME	: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
ENDEREÇO	: SQS 302 BL H APT 605
CIDADE	: ASA SUL
CPF	: 339.445.121-20
CNPJ	:
CF/DF	:
FINALIDADE	: VERIFICACAO DE DEBITOS

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 18 de Setembro de 2013.

Brasília, 20 de Junho de 2013.

Certidão emitida via internet às 15:11:45 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 197007398742013
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 33944512120
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO POSITIVA DE DEBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 15:11:45
DATA DA EMISSÃO	: 20/06/2013
DATA DA VALIDADE	: 18/09/2013
FINALIDADE	: VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 20 de Junho de 2013.
Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, brasileira, casada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, indicada para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao inciso III do art. 1º do Ato nº 01/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, apresenta argumentação escrita, a fim de demonstrar ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Sobre minha experiência de vida, no campo profissional, integrando a Magistratura do Distrito Federal há vinte e cinco anos, como magistrada de carreira, quero apenas fazer uns breves registros de minhas atividades anteriores.

No âmbito do Direito, iniciei minha trajetória já bastante madura, contando com uma experiência anterior apenas no Magistério. Consegui me formar em Direito aos trinta e cinco anos, pela Universidade de Brasília e, após breve atividade profissional na Advocacia, em menos de um ano, optei pelo ingresso no Serviço Público, primeiro como Fiscal do Trabalho, lotada na Delegacia Regional do Trabalho aqui do Distrito Federal. Dois anos depois, aprovada no concurso para Procuradora da Fazenda Nacional, fui convidada para exercer cargo de DAS-2, no Ministério da Fazenda, de Procuradora da Execução Judicial, da Coordenadoria da Dívida Pública, logo sendo chamada para a Coordenadoria de Assuntos Tributários. Ocorre que, paralelamente, já estava inscrita no concurso para ingresso no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e, aprovada, assumi minhas novas funções, primeiro na Assistência Judiciária que o MPDFT mantinha, e, depois, na persecução criminal, mas por pouco tempo, pois a meta era a Magistratura, onde ingressei, após exatos dezoito meses na Promotoria. Fui Juíza de Direito Substituta por quase cinco anos, atuando nas mais diversas varas, de execuções penais, cíveis, criminais, de família, além de uma permanência mais longa, ainda em substituição, na 4ª. Vara da Fazenda Pública. Fui titularizada na 1ª. Vara Criminal do Distrito Federal, onde permaneci por doze anos, até ser promovida a Desembargadora, em fevereiro de 2004, quase ao final do biênio em que integrei o Tribunal Regional Eleitoral, em uma das vagas destinadas a Juízas de Direito. Antes de assumir o cargo de Desembargadora, atuei por cerca de dez anos como convocada, junto ao Tribunal de Justiça, voltando para minha Vara Criminal cada vez por períodos mais curtos, antes da nova convocação (às vezes com intervalo de horas).

Desde a posse como membro efetivo do Tribunal, atuo na 6ª. Turma Cível, onde estou ocupando a Presidência pela terceira vez, no rodízio anual que se procede entre seus integrantes. Também componho a Segunda Câmara Cível e, por eleição, fui reconduzida ao cargo de integrante no Conselho Especial de meu Tribunal, para mais um biênio, que se encerra este ano. Sou integrante, ainda, da Comissão do Regimento e fui membro do Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e Territórios – Projus, no período entre 2006/2008.

Paralelamente, aceitei o desafio de voltar às minhas lides no Magistério, agora na área jurídica. Desde a época de Promotora de Justiça, voltei a essas atividades, primeiro na área da graduação, da UDF, onde lecionei Introdução ao Direito I e Teoria Geral do Processo. Depois, fui professora no Curso de Pós-graduação do ICAT-UDF. Posteriormente, passei a ser Professora na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, da qual me afastei, para assumir cadeira análoga na Escola da Magistratura do Distrito Federal, vinculada à nossa Associação de Magistrados, onde fui Coordenadora nas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Constitucional. Ministrei aulas de Direito Penal, Administrativo, Constitucional e Processo Civil. Fui nomeada Diretora da Escola da Magistratura, no biênio anterior à

atual direção, continuando a integrar seu quadro de professores, atualmente apenas nas disciplinas de Direito Processual Civil e Direito Constitucional. Também ministro cursos no Instituto dos Magistrados, o IMAG-DF. Procuramos, na Escola da Magistratura, dinamizar o ensino jurídico, com a combinação de atividades práticas, junto às serventias judiciais e aos gabinetes dos juízes, para aplicação das teorias assimiladas em nossos cursos, pois é regra cediça de pedagogia a do princípio da atividade: "só se aprende a fazer, fazendo".

Sempre foi um desafio a conciliação de atividades da Magistratura e do Magistério, ante a carga volumosa de trabalho, ao preço do sacrifício do lazer e do descanso, nunca do serviço, que primo por manter em dia, sem atrasar os trâmites de processos, mesmo ante a carga quase sobre-humana a que está submetido o Poder Judiciário. Nos últimos anos, reduzi à terça parte meu desempenho na área do magistério, devido à escalada crescente do número de processos, já em número triplicado em relação aos distribuídos há nove anos.

Não consegui tempo para completar minha dissertação de Mestrado na Universidade de Brasília, pois, em meio ao curso, que consegui completar, fui aprovada no concurso para Juíza de Direito Substituta e não houve mais tempo. Pedi a conversão das mais de novecentas horas-aula do curso de Mestrado em Especialização em Direito Público e Estado. À época, era impensável qualquer afastamento para elaboração de tese, tão crítica era a situação que me levou a acumular, até, o exercício pleno em duas varas e ainda coadjuvar outro juiz em mais uma. Duas varas e meia, sem tempo para mais nada! A complexa problemática do Judiciário envolve a questão de poucos magistrados para muitos processos, e as soluções que se buscam incessantemente, exigem abordagens sob diversos ângulos, dentre os quais, o da simplificação das regras do processo e da ampliação de instâncias extrajudiciais e judiciais de mediação e de conciliação, para desafogar as vias judiciais.

Esta Casa do Senado tem demonstrado um engajamento decisivo no aperfeiçoamento de nossa legislação processual civil, para a realização, na medida do possível, da garantia constitucional da duração razoável dos processos. Participei, como integrante da mesa, da Audiência Pública do dia 6/8/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discussão das relações entre o projeto do novo CPC e os direitos humanos. Tenho proferido diversas palestras sobre a reforma processual proposta.

A possibilidade de atuar no Conselho Nacional de Justiça representa a coroação dessa vida de esforços, com trinta anos na atividade pública, em que espero colaborar para o aperfeiçoamento de nossas instituições no âmbito da Magistratura e das Serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, que atuem por delegação do poder público ou oficializados.

Importa sobrelevar a primeira das funções cometidas ao Conselho, de zelar pela autonomia do Poder Judiciário e do cumprimento do Estatuto da Magistratura, no exercício de seu Poder Regulamentar e ainda, no controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes. Com efeito, a independência financeira e administrativa do Poder Judiciário não se incompatibiliza com o controle que visa a seu aperfeiçoamento e correção de eventuais distorções.

Sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, incumbe ao Conselho o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes, no tocante à imparcialidade, pois, conforme já se acentuou, o que caracteriza a jurisdição é a atuação do Estado-Juiz como um terceiro imparcial, eqüidistante dos interesses em conflito. Não se trata de funções estranhas às que venho exercendo, há cerca de vinte e

cinco anos no âmbito do Poder Judiciário, pois, a par das atividades jurisdicionais, existem as de cunho administrativo, inclusive administrativo-disciplinar, quanto àqueles que respondem perante o Conselho Especial de meu Tribunal de Justiça, em procedimentos para a apuração de faltas funcionais de servidores e magistrados e aplicação das sanções cabíveis.

Para a elaboração do relatório anual sobre a situação do Poder Judiciário no País e sobre as atividades do Conselho, que é uma de suas incumbências constitucionais, espero contribuir com a proposição de providências, com essa experiência que representa parte muito significativa de minha vida, dedicada à causa da Justiça.

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Desembargadora do TJDFT

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO

CERTIDÃO Nº: 7325027 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 19/06/2013, verificou **NADA CONSTAR** contra: **********

DEBORAH CIOCCI, RG: 10548177-4, CPF: 121.355.988-01, nascido em 12/10/1967, natural de São Paulo - SP, filho de WANDERLEY CIOCCI e ALZIRA OLIVEIRA CIOCCI, conforme indicação constante do pedido de certidão. **********

Esta certidão abrange os feitos criminais e os feitos dos Juizados Especiais Criminais distribuídos na Comarca de São Paulo; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria de Serviço de Informações Criminais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de junho de 2013.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº S/29, de 2013** (nº 216/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor LEONARDO DE FARIAS DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto do art. 130-A da Constituição Federal.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO
Nº S/29, DE 2013

Ofício nº 216 GP

Brasília, 19 de junho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Sessão Administrativa realizada nesta data, o Supremo Tribunal Federal indicou, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público – Biênio 2013/2015, o Juiz de Direito LEONARDO DE FARIAS DUARTE, da Vara Única de São Miguel do Guamá, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na forma do disposto no inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal.

Encaminho a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação por essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente

CURRICULUM VITAE

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

DADOS PESSOAIS

- Nome: **Leonardo de Farias Duarte;**
- Nacionalidade: brasileira;
- Naturalidade: Crato/CE;
- Data de nascimento: 30/11/1977;
- Filiação: Lausemiro Duarte Pinheiro e Mônica Maria Soares de Farias;
- Estado civil: divorciado;
- Profissão: **juiz de Direito do Estado do Pará (desde 6/12/2002)** e **juiz auxiliar** da Presidência do **Conselho Nacional de Justiça**, desde 1° de agosto de 2012;
- RG nº 504.467 - SSP/RO, CPF nº 645.705.412-91 e título de eleitor nº 91993723/30;
- Endereço: SHN, quadra 1, bloco C, CEP: 70.701-000, apartamento 1.611, Brasília/DF;
- Celular (55) 61 8108 0900 e telefone funcional (55) 61 3217 4151; e
- *E-mail* **leonardodfd@hotmail.com**.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURSO DE EXTENSÃO

- **Mestre em Ciências Jurídico-Políticas II pela Universidade de Coimbra (Portugal)**, com a nota final de 16 (na escala de 0 a 20), equivalente a "bom com distinção". Defesa em 26 de setembro de 2008. Título validado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

- Pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas II pela Universidade de Coimbra, Portugal. Período: outubro de 2005 a outubro de 2006.

- Curso intitulado "Humanismo em Nove Lições", realizado pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, com seleção dos candidatos feita pela Escola Nacional da Magistratura - ENM. Período: 20 a 30 de junho de 2005.

- Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (*campus* de Porto Velho/RO), com a nota final de 81,94 (na escala de 0-100). Conclusão: abril de 2001.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

• **Juiz auxiliar** da Presidência do **Conselho Nacional de Justiça**, desde 1º de agosto 2012.

• **Juiz instrutor do Supremo Tribunal Federal** (junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa), de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2012.

• **Juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal** (junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa), de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2010.

• **Juiz de Direito do Estado do Pará**, empossado em **6/12/2002**, vitaliciado em 12/1/2005 (publicação no Diário da Justiça do Estado do Pará – DJ/PA na mesma data, p. 5), titularizado na Comarca de Brasil Novo em 3/5/2006 (conforme Ato Judicial nº 0023/2006 - SG, publicado no DJ/PA do dia 17/4/2006), removido para a Comarca de Cachoeira do Arari em 2/7/2007 (conforme Ato Judicial nº 0112/2007 – SJ, publicado no DJ/PA do dia 6/6/2007), promovido para a Comarca de Alenquer (2ª entrância) em 7/8/2007 (conforme Ato Judicial nº 0149/2007 – SJ, publicado no DJ/PA do dia 7/8/2007), removido para a 1ª Vara da Comarca de Cametá (2ª entrância) em 28/3/2008 (conforme Ato Judicial nº 45/2008 – SJ, publicado no DJ/PA do dia 28/3/2008) e removido para a Vara Única de São Miguel do Guamá (2ª entrância) em 13/9/2010.

• Assessor jurídico da Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia. Posse: 14 de setembro de 2001. Exoneração, a pedido: 17 de novembro de 2002.

• Estagiário do escritório de advocacia Robercílio Pinheiro – OAB/RO nº 010/01-3. Período: 1º de setembro de 2000 a 13 de setembro de 2001.

• Estagiário do escritório de advocacia Carlos Troncoso, Naza Pereira e Advogados Associados - OAB/RO 020/99, associado ao Escritório Bandeira de Mello e Advogados Associados. Período: janeiro a julho de 2000.

• Estagiário da procuradoria jurídica da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Superintendência Regional para Rondônia e Acre. Período: 1999.

• Estagiário do departamento jurídico regional da Caixa Econômica Federal – Rondônia e Acre. Período: setembro de 1998 a julho de 2000.

• Estagiário da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia. Período: 1998.

• Estagiário da comissão permanente de licitações da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A - TELERON. Período: 1998.

• Estagiário da assessoria jurídica da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A - TELERON. Período: 1997/1998.

APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS

• Juiz substituto do Estado do Pará, realizado pela Universidade de Brasília - UnB, em 2001 e 2002.

• Advogado do Banco da Amazônia S/A, realizado pela Universidade de Brasília - UnB, em maio de 2001 (**1º colocado**).

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

• **Livro**: "*Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*", Rio de Janeiro: Renovar, 2011, com prefácio do ministro Joaquim Barbosa.

• Artigo: "*Direitos e Princípios no Contexto da Crise do Positivismo Jurídico*", publicado, em resumo, na Revista Consulex, nº 243, p. 19, e, na íntegra, na revista eletrônica Consulex.net. Disponível em: <www.consulex.com.br>.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

• Integrante, como secretário, da comissão de estudos e redação de anteprojeto de lei complementar destinada a dispor sobre o Estatuto da Magistratura, conforme Portaria nº 47, de 18 de fevereiro de 2013, do presidente do Supremo Tribunal Federal.

• Membro do grupo de trabalho instituído para acompanhar o cumprimento da meta de combate à improbidade administrativa e ações penais correlatas definidas no VI Encontro Nacional do Judiciário, conforme Portaria nº 21, de 18 de fevereiro de 2013, do presidente do Conselho Nacional de Justiça.

ALGUNS CURSOS MINISTRADOS E ATUAÇÃO EM SEMINÁRIOS

• Curso de formação inicial para juízes substitutos do Estado do Pará, ministrado na Escola Superior da Magistratura daquele Estado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, lecionando a disciplina intitulada "impactos econômicos e sociais das decisões judiciais". O curso foi realizado nos dias 12 e 13 de abril de 2013, com o total de 20 horas-aula.

• Debatedor no "Seminário Nacional: Inovações e Desafios da nova Lei sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro", na palestra intitulada "A Intencionalidade nos Crimes de Lavagem de Dinheiro", apresentado por Raquel Elias Ferreira Dodge (sub-procuradora-geral da República). Seminário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília-DF, em 12.3.2013.

• Debatedor no "Seminário nacional de probidade administrativa", no painel intitulado "O papel do MP no combate às improbidades administrativas", apresentado por Mario Luiz Bonsaglia (conselheiro do CNMP e procurador regional da República). Seminário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF, em 1º.6.2012.

• Palestra intitulada "O papel do judiciário na tutela dos direitos fundamentais", proferida na Unicesp, Brasília-DF, em 30 de outubro de 2008.

• Curso ministrado sob o título "Encargos Praticados em Contratos Bancários. Uma didática e Atualizada Análise Legal e Jurisprudencial", realizado na Associação dos Magistrados do Estado do Pará - AMEPA, em março de 2007.

• Moderador do ciclo de palestras proferidas na IV Semana Jurídica do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, tendo como palestrantes o prof. pós-doutor Luiz Guilherme Marinoni e a profª doutora Gisele Góes, realizado no hotel Valerry Dreams, Belém/PA, em outubro de 2004.

• Curso intitulado "Liminares e Antecipação de Tutela em Contratos Bancários", ministrando a parte relativa a "Contratos Bancários", realizado na escola Superior da Magistratura do Estado do Pará - ESM, em junho de 2004.

IDIOMA ESTRANGEIRO

• Inglês

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução 7/2005 do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que seja ocupante de cargo de provimento em comissão.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 5º, III, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não recebi qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, que não estou em cumprimento de qualquer sanção e que não tive, nem tenho contra mim instaurados procedimentos dessa natureza.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 5º, IV, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem possuo cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, que seja membro desses Poderes.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *c*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que minha situação fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, encontra-se regular.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 645.705.412-91

Nome da Pessoa Física: LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **15:31:09:** do dia **21/06/2013** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **CF0D.3BC5.090B.94CE**
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LEONARDO DE FARIAS DUARTE
CPF: 645.705.412-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 15:25:11 do dia 21/06/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/12/2013.
Código de controle da certidão: **392B.5AEA.7543.A819**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 645.705.412-91
Data da Emissão : 21/06/2013
Hora da Emissão : 15:25:11
Código de Controle da Certidão : 392B.5AEA.7543.A819
Tipo da Certidão : Negativa

Certidão Conjunta **Negativa** emitida em 21/06/2013, com validade até 18/12/2013.

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº	: 199-00.746.620/2013
NOME	: LEONARDO DE FARIAS DUARTE
ENDEREÇO	: SQSW 101 BLOCO H APTO 509
CIDADE	: ST SUDOESTE
CPF	: 645.705.412-91
CNPJ	:
CF/DF	:
FINALIDADE	: JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 19 de Setembro de 2013.

Brasília, 21 de Junho de 2013.

Certidão emitida via internet às 15:43:28 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

GDF

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 199007466202013
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 64570541291
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 15:43:28
DATA DA EMISSÃO	: 21/06/2013
DATA DA VALIDADE	: 19/09/2013
FINALIDADE	: JUNTO AO GDF
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 21 de Junho de 2013.
Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br

GDF

SECRETARIA DE ESTADO
DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

Inicial | Mapa do Site

A Secretaria | Endereços | Imprensa | Links

21 de Junho de 2013

CIDADÃO

EMPRESA

Busca: | Enviar

Acesso à Informação

Clique para Serviços e Informações Pessoa Física

Clique para Serviços e Informações Pessoa Jurídica

AgênciaNet

Inicial | Serviços e Informações | Cidadão | IPVA - Serviços e Informações + Mais Serviços

Atendimento

Renavam: 00274567776

Educação Fiscal

Informações do Veículo
PLACA: NWA9221 CHASSI: 8BOLCRFJY0G531310
MODELO:1/CITROEN C4 20EXCSP F ANO:2010
AUTOMOVEL: PARTICULAR
COMBUSTIVEL:ALCOOL/GA SOLINA%

Gestão Financeira

Legislação

NESTA DATA, NAO EXISTEM DEBITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA PARA ESSE VEICULO

Licitações

Nota Fiscal

VOLTAR

Nota Legal

Tribunal Administrativo

Serviços e Informações

GDF

SECRETARIA DE ESTADO
DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

Inicial | Mapa do Site

A Secretaria | Endereços | Imprensa | Links

21 de Junho de 2013

CIDADÃO

EMPRESA

Busca: | Enviar

Acesso à Informação

Clique para Serviços e Informações Pessoa Física

Clique para Serviços e Informações Pessoa Jurídica

AgênciaNet

Inicial | Serviços e Informações | Cidadão | IPVA - Serviços e Informações + Mais Serviços

Atendimento

Resultado da Consulta

Renavam : 00274567776

Exercício : 2013

Mensagem : Não constam pendências para com a Secretaria de Fazenda.

Educação Fiscal

Gestão Financeira

Legislação

VOLTAR

Licitações

Nota Fiscal

Nota Legal

Tribunal Administrativo

Serviços e Informações

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *a*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que possuo um irmão, de nome Lausemiro Duarte Pinheiro Júnior, que, após aprovação em concurso público, exerce o cargo de Procurador Federal desde 2/8/2002 (matrícula Siape 013576178).

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *d*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não figuro na condição de autor ou réu em qualquer ação judicial em tramitação.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *e*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que atuei perante os seguintes juízos e tribunais:

(1) Vara única da Comarca de Brasil Novo (titularizado em 3/5/2006 e removido, a pedido, em 2/7/2007);

(2) Vara única da Comarca de Cachoeira do Arari (de 2/7/2007 até ser promovido em 7/8/2007);

(3) Vara única da Comarca de Alenquer (promovido em 7/8/2007 e removido, a pedido, em 28/3/2008);

(4) 1ª Vara da Comarca de Cametá (de 28/3/2008 a até ser removido, a pedido, em 13/9/2010);

(5) Supremo Tribunal Federal, como juiz auxiliar (de 1º/8/2008 a 31/7/2010) e juiz instrutor (de 1º/8/2010 a 31/7/2012) junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa;

(6) Vara única de São Miguel do Guamá (desde 13/9/2010); e

(7) Conselho Nacional de Justiça, como juiz auxiliar da Presidência (desde 1/8/2012).

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do disposto no art. 1º, II, *b*, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que não participo, nem participei como sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Leonardo de Farias Duarte

Em atendimento ao disposto no art. 1º, III, do Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, passo a narrar, de forma sucinta, minha experiência profissional e formação técnica, com o propósito de demonstrar afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Iniciei minha experiência profissional há mais de quinze anos, como estagiário da assessoria jurídica da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A – Teleron, quando ainda estudante do curso de Direito, na Fundação Universidade Federal de Rondônia, Estado para onde me mudei com minha mãe e irmão, logo após a separação dos meus pais, quando eu tinha cinco anos.

Além do aprendizado prático – a complementar a formação teórica recebida na Universidade – o estágio propiciou, também, uma importante forma de ajuda financeira à minha família, que – após a separação dos meus pais, e durante a minha infância e adolescência – oscilou entre a classe baixa e a média baixa.

Após essa primeira experiência, fiz vários estágios, nas seguintes entidades, órgãos e escritórios de advocacia: comissão permanente de licitações da extinta Telecomunicações de Rondônia S/A; Superintendência da Polícia Federal no Estado de Rondônia; departamento jurídico regional da Caixa Econômica Federal – Rondônia e Acre; procuradoria jurídica da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - Superintendência Regional para Rondônia e Acre; escritório de advocacia Carlos Troncoso, Naza Pereira e Advogados Associados - OAB/RO 020/99, associado ao Escritório Bandeira de Mello e Advogados Associados; e escritório de advocacia Robercílio Pinheiro – OAB/RO nº 010/01-3.

Logo depois de formado em Direito, fui convidado pelo meu ex-professor e procurador de Justiça Jackson Abílio de Souza, do Ministério Público do Estado de Rondônia, para atuar como seu Assessor Jurídico, tendo tomado posse em 14/9/2001.

Em maio de 2001, fui aprovado, em primeiro lugar, no concurso público de provas e títulos para o cargo de Advogado do Banco da Amazônia S/A. O certame foi realizado pelo Cespe, da Universidade de Brasília – UnB. Por necessitar ajudar financeiramente minha família, optei por não tomar posse nesse cargo e continuar como Assessor Jurídico do MPRO, //

porque a respectiva remuneração, diferentemente da de Advogado do Basa, permitia-me tanto auxiliar minha família, quanto arcar com os custos de viagens para fazer concursos em outros Estados.

Em 17/11/2002, pedi exoneração do cargo de Assessor Jurídico do MPRO, após ser aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de **Juiz de Direito** Substituto do Estado do Pará, no qual fui empossado em **6/12/2002**. Após vitaliciado em 12/1/2005, fui titularizado na Comarca de Brasil Novo, em 3/5/2006. Também fui titular da Comarca de Cachoeira do Arari, para a qual fui removido, a pedido, em 2/7/2007. Em 7/8/2007, fui promovido para a Comarca de Alenquer (2ª entrância), sendo removido, a pedido, para a 1ª Vara da Comarca de Cametá, em 28/3/2008. Em 13/9/2010, fui novamente removido, a pedido, para a Vara única de São Miguel do Guamá.

Após realizar o sonho de ingressar na magistratura, retomei os estudos, paralelamente à intensa atividade profissional. Assim, após seleção feita pela Escola Nacional da Magistratura, tive a oportunidade de fazer o curso intitulado "Humanismo em Nove Lições", realizado pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - Iuperj, no período de 20 a 30/6/2005.

Pouco tempo depois, no segundo semestre de 2005, iniciei o Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas II na **Universidade de Coimbra (Portugal)**. Em 26/9/2008, defendi a dissertação intitulada "*Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*", tendo obtido o título de **mestre**, com a nota final de 16 (na escala de 0 a 20), equivalente a "bom com distinção". O título foi validado pela Universidade Federal de Minas Gerais. A primeira fase desse mestrado rendeu, também, o título de pós-graduado em Ciências Jurídico-Políticas II, também pela Universidade de Coimbra.

Em **1º/8/2008**, tive a felicidade de ter sido convocado pelo **Supremo Tribunal Federal**, para atuar como **Juiz Auxiliar** junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa, tendo permanecido nessa função até 31/7/2010, uma vez que, a partir de 1º/8/2010, fui nomeado para a função de **Juiz Instrutor do Supremo Tribunal Federal**, também junto ao gabinete do ministro Joaquim Barbosa.

Os estudos na Universidade de Coimbra, aliados ao comprometimento do pouco tempo livre que o trabalho propiciava, foram essenciais para que eu pudesse escrever o **livro** intitulado "***Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais***", publicado pela editora Renovar (Rio de Janeiro), em 2011.

Tive, também, a grata satisfação de ter sido convidado para atuar em seminários e proferir palestras, como, por exemplo, o curso de formação inicial para juízes substitutos do

Estado do Pará, ministrado na Escola Superior da Magistratura daquele Estado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, lecionando a disciplina intitulada "impactos econômicos e sociais das decisões judiciais". Esse curso foi realizado nos dias 12 e 13/4/2013, com o total de 20 horas-aula.

Permaneci como Juiz Instrutor do STF até 31/7/2012, quando fui convocado para o cargo de **Juiz Auxiliar** da Presidência do **Conselho Nacional de Justiça**, tendo sido nomeado em 1º/8/2012. Desde então, exerço essa função.

Todas essas atividades exercidas deram-me a oportunidade, que acredito ter aproveitado, de adquirir experiência profissional e formação técnica em diversos ramos do Direito.

Espero, sinceramente, poder contribuir para que o Conselho Nacional do Ministério Público, para o qual tive a honra de ter sido indicado pelo Supremo Tribunal Federal, possa alcançar sua elevada e ampla missão, seja no controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, seja na fiscalização quanto ao cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, seja, ainda, no desenvolvimento de políticas e de ações preventivas e de aperfeiçoamento desta instituição essencial à garantia do Estado democrático de Direito.

Na expectativa de contar com a confiança do Senado Federal, reafirmo meu compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do Brasil, e de exercer com dedicação e prontidão as funções que me forem cometidas.

Brasília, 20 de junho de 2013.

Leonardo de Farias Duarte

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES
Nºs 561 E 562, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que Insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena.*

PARECER Nº 561, DE 2013
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATORA: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Direitos e Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 186, de 2008.

De iniciativa do Senador Cristovam Buarque, a proposição altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), com o objetivo de assegurar o respeito às particularidades culturais das comunidades indígenas nos processos de avaliação acadêmica da escolarização oferecida a esse segmento étnico.

Ao justificar a medida, o autor destaca a necessidade de suprir lacuna, na legislação educacional vigente, quanto aos processos de avaliação na educação indígena, que pode dar margem ao emprego de processos não condizentes com as especificidades culturais dos povos a que se destina.

Distribuída à apreciação deste colegiado e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde terá decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre fiscalização, acompanhamento e avaliação das políticas governamentais relativas, entre outras matérias, aos direitos humanos e das minorias sociais ou étnicas. Daí a legitimidade da Comissão para se pronunciar sobre a proposição de que se cuida.

No que tange ao mérito, a preocupação do Senador Cristovam Buarque tem respaldo fático, constitucional e legal. Sendo a educação indígena oferecida de maneira diferenciada, de modo a respeitar as idiossincrasias culturais dos educandos, é de se esperar que também se observem tais particularidades na avaliação de sua aprendizagem, em todos os momentos. Assim, a proposição é oportuna para imprimir maior efetividade às prescrições legais voltadas ao sucesso escolar de indígenas, evitando-se eventuais constrangimentos em face do emprego de processos avaliativos inadequados à sua realidade.

Parece-nos, no entanto, que, para maior eficácia, a medida precisaria de algum ajuste. É que, por um lado, o art. 79 da LDB, dispositivo cuja alteração está sendo proposta, contém comandos específicos para a União. Por outro, a educação indígena é desenvolvida e ministrada em nível local, sob encargo dos Estados, consoante disposto na Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, editada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE).

Com efeito, o tratamento do assunto ficará completo e mais coerente, a nosso juízo, se envolver a parte da LDB de observância compulsória pelos sistemas de ensino dos Estados. Nesse caso, a inovação, uma vez incidindo sobre as disposições atinentes aos currículos do ensino obrigatório, contempladas, sobremaneira, no art. 32 da LDB, alcançará os entes federados diretamente responsáveis pela oferta da educação indígena, viabilizando e assegurando o respeito às particularidades desses povos na avaliação de rendimento e de aprendizagem a que se procede no próprio processo educativo.

Caso seja admitida a sugestão aventada, formalizada por meio das emendas que ora apresentamos, a ementa original deverá ser igualmente modificada, para refletir o novo teor da proposição, ressalvando-se que o seu objeto remanesce o mesmo. Para tanto, oferecemos, igualmente, nova redação a essa parte do projeto.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº 1 – CDH
(ao PLS nº 186, de 2008)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, a seguinte redação:

> "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena."

EMENDA Nº 2 – CDH
(ao PLS nº 186, de 2008)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, a seguinte redação:

> "**Art. 1º** Os arts. 32 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

'**Art. 32.** .....

.....

§ 3º A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação.

.....' (NR)

.....

'**Art. 79.** .....

.....

§ 3º Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas.' (NR)"

Sala da Comissão, 9 de junho de 2010.

, Presidente

Pleide , Relatora

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2008

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/06/2010, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1 – VAGO
FÁTIMA CLEIDE (RELATORA)	2 – SERYS SLHESSARENKO
PAULO PAIM	3 – VAGO
PATRICIA SABOYA (PDT)	4 – MARINA SILVA
JOSÉ NERY (PSOL) (PRESIDENTE)	5 – MAGNO MALTA
PMDB/PP	
GILVAN BORGES	1 – VAGO
GERSON CAMATA	2 – ROMERO JUCÁ
VAGO	3 – VALTER PEREIRA
VAGO	4 – MÃO SANTA
PAULO DUQUE	5 – VAGO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO	1 – HERÁCLITO FORTES
ROSALBA CIARLINI	2 – JAYME CAMPOS
ELISEU RESENDE	3 – MARIA DO CARMO ALVES
VAGO	4 – ADELMIR SANTANA
ARTHUR VIRGÍLIO	5 – VAGO
CÍCERO LUCENA	6 – MÁRIO COUTO
FLÁVIO ARNS	7 – PAPALÉO PAES
PTB	
VAGO	1 – SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 – JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 562, DE 2013
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**
RELATOR "AD HOC": Senador **PAULO PAIM**

I – RELATORIO

Submete-se à análise desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, de autoria do Senador CRISTOVAM BUARQUE. A proposição objetiva modificar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, para assegurar aos estudantes da educação indígena, o respeito às particularidades culturais das respectivas comunidades nos processos de avaliação acadêmica.

O art. 1º do projeto acrescenta o § 3º ao art. 79 da LDB, para dispor que nos processos de avaliação educacional serão observadas as particularidades culturais das comunidades indígenas.

O art. 2º determina a entrada em vigor do novo dispositivo na data de sua publicação.

Na Justificação, o autor informa que o projeto pretende, em síntese, suprimir lacuna existente na legislação educacional, no que diz respeito aos procedimentos avaliativos na educação indígena, para que sejam respeitadas as diversidades culturais dos povos indígenas. Isso porque, prossegue o autor, deve ser levado em consideração que os estudantes indígenas não podem ser submetidos aos mesmos processos de avaliação das demais escolas e alunos, razão pela qual será necessário criar processo específico de avaliação para os alunos dos diferentes povos indígenas.

A proposição foi inicialmente distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e posteriormente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde terá decisão terminativa.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o

projeto foi distribuído a Senadora FÁTIMA CLEIDE, que emitiu relatório favorável à aprovação da matéria, mas com a proposição de duas emendas, sendo a primeira relativa à reformulação da ementa do Projeto, para que seja feita remissão à lei, em lugar da menção direta ao dispositivo pretendido a alteração. Pela emenda nº 2 foi sugerida que a inserção original do § 3º no art. 79 da LDB fosse contemplada no art. 32 da norma, para constar que a avaliação diferenciada fosse tratada na educação básica dos povos indígenas.

A CDH, então acolhendo a sugestão das duas emendas pela relatora, aprovou a matéria em 09/06/2010.

Já na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o projeto foi distribuído a então Senadora GLEISI HOFFMANN. Entretanto, em razão de a Senadora ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a presente proposição foi redistribuída nesta Comissão, cabendo a mim a honra de relatá-la.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar, dente outras matérias, sobre proposições relativas às diretrizes e bases da educação nacional. Daí a legitimidade da Comissão para pronunciar-se a respeito do Projeto em questão.

Impende assinalar, preliminarmente, que em relação à juridicidade, a proposição acertadamente altera legislação já existente sobre a matéria – no caso, a LDB, e também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Quanto ao mérito, a proposição tem respaldo reconhecido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que garantem aos povos indígenas direitos linguísticos e educacionais nos processos de ensino e aprendizagem próprios de cada comunidade.

Com o fim de conferir maior reconhecimento à educação indígena, o Conselho Nacional de Educação lançou, em 1999, as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena* – Parecer 14/CEB-CNE e Resolução 03/CEB-CNE, orientando os sistemas de ensino quanto ao tratamento a ser dispensado à sociodiversidade indígena, objetivando contribuir para que os povos indígenas tenham assegurado o direito a uma

educação de qualidade, que respeite e valorize seus conhecimentos e saberes tradicionais. Nesse sentido, um importante passo foi considerar a *escola indígena* como uma categoria específica de escola com normas e procedimentos próprios, além de recomendar processos diferenciados de formação de docentes indígenas, considerando-se as peculiaridades do ensino intercultural e multilíngue das comunidades.

Corroborando essa orientação, nota-se que o Projeto de Lei em debate evidencia que o reconhecimento de uma educação própria, específica e diferenciada a cada povo, demanda instrumentos de avaliação educacional que respeitem as particularidades da educação escolar de cada povo quanto aos usos linguísticos, ensino intercultural e projetos político-pedagógicos das escolas indígenas. Dessa forma, não se vislumbra a possibilidade de cumprimento dos objetivos traçados na legislação educacional, se não forem observada as particularidades culturais dos alunos indígenas no processo educativo, entre o qual se inclui o da avaliação.

Todavia, entendemos que a especificidade de processos de avaliação da educação escolar indígena tenha seu alcance ampliado à educação básica, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59, à educação profissional e ao ensino superior. Citar o uso das línguas originárias somente no ensino fundamental pode acarretar questionamentos dos sistemas de ensino quanto a esse direito linguístico restrito a essa etapa de ensino que, na prática, hoje, das escolas indígenas, dos processos formativos de docentes indígenas e na formação superior, é demandado com ênfase pelos estudantes e lideranças indígenas.

Desse modo, ampliar esse direito à educação básica, à educação profissional e ao ensino superior fortaleceria enormemente o apoio ao desenvolvimento que essas línguas minoritárias têm garantido e que se configura como um dos componentes fundamentais da avaliação educacional.

Verificadas a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria, propomos a aprovação do PLS 186, DE 2008, na forma da subemenda apresentada.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, pela aprovação da Emenda nº 1 da CDH e pela aprovação da Emenda nº 2 – CDH, nos termos da subemenda:

SUBEMENDA CE

à Emenda nº 2 – CDH ao PLS nº 186, de 2008

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, a seguinte redação:

"**Art. 1º** Os arts. 32 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

'**Art. 32**.....

.....

§ 3º A educação básica, o ensino profissionalizante e o ensino superior serão ministrados em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação.

.....' (NR)

'**Art. 79**.....

.....

§ 3º Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas.' (NR)"

Sala da Comissão, 18 de junho de 2013.

Presidente

, Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esportes - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2008

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 27ª REUNIÃO, DE 18/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: (Senador Cyro Miranda)

RELATOR: (Senador Paulo Paim)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
VAGO	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Luiz Henrique (PMDB)
VAGO	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. VAGO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 126 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA					LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ	X			
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM	X				VANESSA GRAZZIOTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LÍDICE DA MATA	X				ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA	X				JOÃO CAPIBERIBE	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÊGO				
ROMERO JUCÁ					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA					LUIZ HENRIQUE				
VAGO					PEDRO SIMON				
ANA AMELIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA	X				VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA					CÍCERO LUCENA	X			
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO				
PAULO BAUER	X				CÁSSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES					LÚCIA VÂNIA				
JOSÉ AGRIPINO	X				ATAÍDES DE OLIVEIRA	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO					EDUARDO AMORIM	X			
VAGO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
VAGO					MOZARILDO CAVALCANTI				
VAGO					VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 6 / 2013

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE — LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL — EMENDA AO PLS 126/2007 Nº 1 - CDH / CE

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA					LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ	X			
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LÍDICE DA MATA	X				ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA	X				JOÃO CAPIBERIBE	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÊGO				
ROMERO JUCÁ					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA					LUIZ HENRIQUE				
VAGO					PEDRO SIMON				
ANA AMÉLIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA	X				VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA					CÍCERO LUCENA	X			
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO				
PAULO BAUER	X				CÁSSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES					LÚCIA VÂNIA				
JOSÉ AGRIPINO	X				ATAÍDES DE OLIVEIRA	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO					EDUARDO AMORIM	X			
VAGO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
VAGO					MOZARILDO CAVALCANTI				
VAGO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 6 / 2013

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE — LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL — PLS 156/2005 SUBEMENDA [illegible]-CE Emenda nº 2-CDH

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA					LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANÍBAL DINIZ	X			
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LÍDICE DA MATA	X				ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA	X				JOÃO CAPIBERIBE	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÊGO				
ROMERO JUCÁ					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA					LUIZ HENRIQUE				
VAGO					PEDRO SIMON				
ANA AMÉLIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA	X				VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA					CÍCERO LUCENA	X			
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO				
PAULO BAUER	X				CÁSSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES					LÚCIA VÂNIA				
JOSÉ AGRIPINO	X				ATAÍDES DE OLIVEIRA	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO					EDUARDO AMORIM	X			
VAGO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
VAGO					MOZARILDO CAVALCANTI				
VAGO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 6 / 2013

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2008

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena."

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

"**Art. 1º** Os arts. 32 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

'**Art. 32**.....

.....

§ 3º A educação básica, o ensino profissionalizante e o ensino superior serão ministrados em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação.

.....' (NR)

'**Art. 79**.....

.....

§ 3º Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas.' (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de junho de 2013.

, Presidente

, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009

Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

~~rt. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

.....

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

.....

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

.....

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011)

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 72/2013/CE

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
NESTA

Sala da Comissão, 18 de junho de 2013.

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2°, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque, que "Insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena.", com as emendas e subemenda oferecida.

Atenciosamente,

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **GLEISI HOFFMANN**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 186, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, modifica a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), para assegurar aos estudantes da educação indígena, nos processos de avaliação acadêmica, o respeito às particularidades culturais das respectivas comunidades.

A matéria foi distribuída à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde terá decisão terminativa.

Na apreciação da matéria na CDH, a relatora, Senadora Fátima Cleide, sugeriu que a questão da avaliação fosse tratada, também, na parte da LDB dedicada aos objetivos da educação básica – notadamente no art. 32, que contém determinações de observância compulsória pelos sistemas de ensino.

Assim, uma vez incidindo sobre esse dispositivo, entendeu a relatora, a inovação alcançaria os entes federados diretamente responsáveis pela oferta da educação indígena, logrando, por conseguinte, maior poder de coerção.

A CDH adotou, então, o entendimento da relatora, aprovando a matéria com duas emendas. A primeira delas (Emenda nº 1 – CDH) foi dedicada à reformulação da ementa do PLS, fazendo remissão à lei, em lugar da menção direta ao dispositivo a ser modificado.

Pela Emenda nº 2 – CDH, o art. 1º do projeto tomou nova redação, para, mantida a inserção original do § 3º no art. 79 da LDB, contemplar a nova redação sugerida ao citado art. 32 dessa norma, nos seguintes termos.

> **'Art. 32.** .....
>
> .....
>
> § 3º A educação básica regular será ministrada em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação.
>
> .....' (NR)

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a CE é o colegiado temático competente para opinar sobre matérias que dizem respeito às diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com o art. 91 do mesmo normativo, essa manifestação pode assumir caráter terminativo. Daí a legitimidade da Comissão para se pronunciar sobre a proposição em tela, dispensada a audiência do Plenário do Senado Federal.

Observa-se, de início, que o projeto envolve assunto incluído entre aqueles de iniciativa cabível ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, não se encontrando, ademais, entre os que estão reservados à iniciativa privativa do Presidente da República. Além disso, a espécie normativa escolhida para normatizar a matéria é adequada. Desse modo, no que tange ao aspecto constitucional, a proposição não apresenta

andamento com alunos do ensino fundamental dificilmente sofreria interrupção de continuidade quando da passagem destes para o ensino médio.

Essa compreensão permite o contorno do equívoco de técnica legislativa, anteriormente mencionado, por meio de subemenda tendente a restabelecer parte do texto original do § 3º do art. 32 da LDB. É dizer, fazendo com que esse dispositivo se mantenha afeito ao ensino fundamental. Essa alternativa contorna outra dúvida que poderia ser suscitada a respeito da ampliação proposta, qual seja, a de que a educação indígena pode vir a constituir um subsistema escolar de feições próprias, da creche à universidade. Particularmente, ponderamos que esse é um assunto que merece aprofundamento no futuro. Mas, por enquanto, as medidas em análise, a nosso ver, atendem às necessidades dos estudantes indígenas.

Saneada a falta apontada, e não se identificando qualquer óbice no que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, a matéria é digna de acolhida do Senado Federal.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, pela aprovação da Emenda nº 1 – CDH e pela aprovação da Emenda nº 2 – CDH, nos termos da subemenda a seguir.

SUBEMENDA Nº – CE

(à Emenda nº 2 – CDH)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, a seguinte redação:

"**Art. 1º** Os arts. 32 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

'**Art. 32.** .....

.....

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua

portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação.

.....' (NR)

'Art. 79. .....

.....

§ 3º Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas.' (NR)"

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 72, de 2013**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei Senado nº 186, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 72/2013/CE

Brasília, 18 de junho de 2013

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008, de autoria de Sua excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque, que "Insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena", com as emendas e subemendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Ofício nº 72, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi encaminhado ao Congresso Nacional o **Ofício nº 341, de 2013**, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2013, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 25 de junho do corrente.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 341/2013

São Paulo, 22 de maio de 2013.

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência encaminhar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2013, ante o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2.000.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

NEWTON DE LUCCA
Desembargador Federal Presidente

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 474, DE 24 DE MAIO DE 2013

Republica o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, *"ad referendum"*,

CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução nº 184, de 12/1/2012, do Conselho da Justiça Federal,

CONSIDERANDO a republicação do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), referente ao 1º quadrimestre de 2013, pela Secretaria do Tesouro Nacional, no Diário Oficial da União de 24/5/2013, Seção 1, páginas 103 e 104,

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 474, de 24/5/13, foi disponibilizada com incorreção no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região de 28/5/13,

RESOLVE:

Art. 1º Republicar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2013, na forma do anexo, em substituição ao Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região divulgado por meio da Resolução nº 473, de 22 de maio de 2013.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 473, de 22 de maio de 2013, publicada no DOU de 24/05/2013, Seção I, página 177.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

NEWTON DE LUCCA
Presidente

Certifico e dou fé que a Resolução nº 474 de 24 de Maio de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União – Seção I, em 31/05/2013, págs. 154/155.

DCOR- RF 1916

Certifico e dou fé que a Resolução nº 474 de 24 de Maio de 2013, foi republicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região, edição 99/2013, em 03/06/2013, págs. 6/9, por ter sido publicada com incorreção no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região, edição 97/2013, em 28/05/2013, págs. 4/6.

DCOR- RF 1916

ANEXO
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") *R$ Mil*

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.350.919,68	1.293,84	1.352.213,51
Pessoal Ativo	1.180.491,25	1.179,90	1.181.671,15
Pessoal Inativo e Pensionistas	170.428,42	113,94	170.542,36
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	158.334,81	132,48	158.467,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	217,72	0,00	217,72
Decorrentes de Decisão Judicial	351,87	0,00	351,87
Despesas de Exercícios Anteriores	2.790,89	120,98	2.911,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	154.974,33	11,50	154.985,83
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.192.584,86	1.161,35	1.193.746,22

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				621.158.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,191994%	0,000187%	0,192181%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,356130%			2.212.132,98
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,338324%			2.101.526,33
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,320517%			1.990.919,68

Fonte: SIAFI Gerencial

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Conforme Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário, não foram computadas as despesas com o auxílio-natalidade e auxílio-funeral no montante das despesas com pessoal e encargos sociais.

3) No elemento de despesa 31.90.11.01 há uma diferença, a maior, de R$ 328.763,18 (trezentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e dezoito centavos), em relação ao valor registrado no SIAFI, visto que a compensação de férias da folha de pagamento de janeiro de 2013 da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul foi lançada no elemento de despesa 31.90.11.01 ao invés de ser lançada no elemento de despesa 31.90.11.46.
O registro contábil foi regularizado em maio de 2013, com o lançamento da aludida compensação no elemento de despesa 31.90.11.46.

ANDREA BUGANO PASSANEZI
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

AMELINO RABELO CUSTÓDIO
Diretor-Geral

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado n° 260, de 2011**, do Senador Vicentinho Alves, que *denomina a Escola Técnica Federal localizada na cidade de Porto Nacional -Tocantins de Senador Antônio Luiz Maya.*

Tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 23 de junho do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 594, de 2012**, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2013, transformado na Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos a todos.

Sob a benção de Deus e da paz, nós vamos terminar nossos trabalhos, primeiro, cumprimentando a cidade de Canoas, onde houve um grande movimento. E pelas informações que me chegaram, lá na cidade onde tenho meu berço político, onde resido, não houve nenhum quebra-quebra. Mas, lamentavelmente, também me chegaram informações de que, em Porto Alegre, capital de todos os gaúchos, tivemos problemas de confronto e quebra-quebra na Cidade Baixa e na Esquina Democrática, inclusive um confronto entre policiais e grupos que, infelizmente, partiram para a violência.

Um apelo que fica, mais uma vez – os movimentos são legítimos e estão ampliando-se –, que a gente combata todo tipo de violência. Paz, amor, sabedoria, na busca de um Brasil melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais*

produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

10

REQUERIMENTO Nº 596, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 596, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional).*

11

REQUERIMENTO Nº 597, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 597, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2003 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 214, de 2007; 56, de 2009; e 188, de 2011), com o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 260 e 413, de 2008; 91, de 2010; 542 e 561, de 2011; e 77, de 2012, por regularem matéria correlata (Planos de Benefícios da Previdência Social).*

12

REQUERIMENTO Nº 602, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 602, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

13

REQUERIMENTO Nº 603, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 603, de 2013, do Senadore Ciro Nogueira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2010; com o 341, de 2012 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011; 69 e 179 de 2012), por regularem matéria correlata (Planos de Benefícios da Previdência Social).*

14

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 604, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta do Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 2003; com o 341, de 2012 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011; 69 e 179 de 2012); 162 e 175, de 2013, por regularem matéria correlata (Planos de Benefícios da Previdência Social).*

15

REQUERIMENTO Nº 605, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 605, de 2013, do Senador José Agripino, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 129, de 2007; e 278, de 2012 (tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 24 e 111, de 2008), por regularem matéria correlata (atendimento especializado a deficientes visuais e auditivos por instituições financeiras).*

16

REQUERIMENTO Nº 606, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 606, de 2013, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011, por regularem matéria correlata (abatimento de dívidas relativas a programas de investimentos).*

17

REQUERIMENTO Nº 622, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 622, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (reduz o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação de empresas instaladas em ZPE).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102,108)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. n° 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Prazo final: 12/06/2013
Prazo prorrogado: 24/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final: 02/06/2013
Prazo prorrogado: 14/10/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013
Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Adacir Reis

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:
1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final: 17/11/2013

MEMBROS
João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013
Instalação: 13/06/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PSD)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS

Notas:
*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. n° 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. VAGO (23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
*********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Paulo Paim (PT) (92)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR n° 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB n° 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of n° 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. n° 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. N° 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício n° 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício n° 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício n° 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:
1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
VAGO (74,17,41,60)	5. Pedro Simon (PMDB) (75,41,44)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (70,5,59)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (62,8,42,43,59,61)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (64,66,55)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (66,67,1,40)
VAGO (66,11,24)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,73,34,35,57)
VAGO (66,24,58)	4. VAGO (65,66,49,50,56)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício n° 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício n° 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício n° 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício n° 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício n° 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n° 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. n° 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. n° 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS n° 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. n° 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. n° 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. n° 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício n° 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento n° 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of n° 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. n° 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF n° 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of n° 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. n° 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of n° 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Oficio n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO (14)

Notas:
1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
VAGO (2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
*********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. n° 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (48,7)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,47)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. VAGO (19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB n° 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS n° 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG n° 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG n° 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR n° 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR n° 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. N° 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
*********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunicio Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,50,51,52,55)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Lideres do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. n° 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. N° 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. N° 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. n° 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. n° 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. n° 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. n° 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. n° 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. n° 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1°.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. n° 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of n° 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. n° 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. n° 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. n° 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. N° 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB n° 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. N° 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR n° 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. n° 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (36,31)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (35,5,6,13,15)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (37,30)	1. VAGO (37,30)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (21,24)	
Gim (PTB) (39,25)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,3,16)	2. VAGO (39,16,29)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
Pesquisador com produção científica relevante
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) [8]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
Francisco Dornelles (PP/RJ)[7]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.
4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.
5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.
6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.
8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE)[7]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB[1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 20]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 20]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL [2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim [14 e 16]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Magda Mofatto (PTB/GO) [15]	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 11-5-2013

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha[3]
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz [4]
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares[4]	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 304 páginas

(OS: 13210/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL